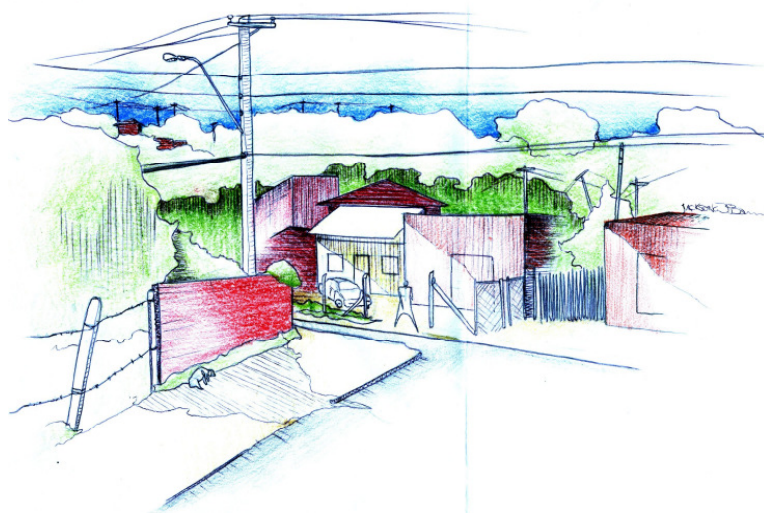


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A PRODUÇÃO DA PERIFERIA: DAS REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO AO
ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO NO BAIRRO RESTINGA – PORTO ALEGRE/RS**



NOLA PATRÍCIA GAMALHO

ORIENTADOR PROF. DR. ÁLVARO LUIZ HEIDRICH

**Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em
Geografia como requisito para obtenção
do título de Mestre em Geografia.**

PORTO ALEGRE, MARÇO DE 2009

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A PRODUÇÃO DA PERIFERIA: DAS REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO AO
ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO NO BAIRRO RESTINGA – PORTO ALEGRE/RS**

NOLA PATRÍCIA GAMALHO

ORIENTADOR: PROF. DR. ÁLVARO LUIZ HEIDRICH

**BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Márcio Piñon de Oliveira
Prof. Dr. Oscar Alfredo Sobarzo Miño
Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares**

**Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-graduação em
Geografia como requisito para obtenção
do título de Mestre em Geografia.**

PORTO ALEGRE, MARÇO DE 2009

Gamalho, Nola Patrícia
A produção da periferia: das representações do espaço ao
espaço de representação no bairro Restinga. - Porto Alegre/RS. /
Nola Patrícia Gamalho. - Porto Alegre: UFRGS/PPGEA, 2009.
[159 f.] il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande
do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em
Geografia, Porto Alegre, RS - BR, 2009.
Orientador: Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich

1. Espaço. 2. Representações. 3. Malocas. 4. Periferia. 5.
Restinga. I. Título.

Catálogo na Publicação
Biblioteca Geociências - UFRGS
Miriam Alves CRB 10/1947

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho foi realizado a partir do diálogo e colaboração com diversas pessoas que, de diferentes formas trilharam esse caminho comigo, tornando-o mais leve, prazeroso e instigante. A todos, meus sinceros agradecimentos.

À minha família, sólida base de afeto e solidariedade. Aos meus pais, que mesmo com apenas o ensino fundamental, foram e seguem sendo fonte de aprendizado. Às minhas irmãs, Luiza e Amélia, exemplos de luta e força.

Ao meu orientador, sempre paciente, incentivador e presente. Seu olhar tornou essa caminhada mais lúcida e sua postura humana e ética são inspirações para mim.

Aos amigos da vida, que pela compreensão da ausência e carinho, são eles a Cissa, o Mozart, a Grasci, o Marco, a Izo...

Às “minhas Bruxas”, Raquel e Sabrina, fonte de importante divertimento e companheirismo.

Ao Marlon, Márcia e Martha, sempre presentes, solidários e compreensivos.

À Ana e Felipe, colegas do curso de letras, grandes interlocutores sobre a Restinga.

A Bruna Anhaia, por nossos diálogos, importantes na composição da dissertação.

Aos amigos, colegas e professores com os quais trabalhei nos projetos das Unidades de Conservação: Bruno, Lucimar, Marli, Márcia, Verdum, Luis Fernando, Aldomar...

Aos amigos e colegas, cujos laços nasceram na Universidade, mas perpetuam-se na caminhada da vida. Nossos diálogos, provocações e ajudas, provam que a solidariedade é uma condição do fazer Geografia. Alguns amigos não me furto de citar diretamente: Lenize, Circe, Carla, Zeca Mineiro, Willian, Adriano, Hildete, Alexandre, Evandro, Camila, Maurício, Alex, Rosa, Marcelo.

Ao Sr. Aldovam Moraes, que ao socializar seu imenso conhecimento, aprofundou as possibilidades de conhecimento do bairro.

A todas as pessoas com quem conversei na Restinga, em especial a alguns contatos, que admiro muito.

Ao “Beleza” e sua família, que desde 2004 me recebem em sua casa e compartilham suas vivências comigo.

Ao Alex, Bolívar, Ventura, Oldair, Tica, Cínara, Neca, grandes amigos e pessoas cujas vivências, me mostraram que é necessário sempre lutar.

Ao Marcos, cuja contribuição e companheirismo foram inestimáveis.

Ao Carlos Américo, Augusto, Alcides, Carlos Vieira, Dona Aparecida, Fernando, Denise, Edilse, Maria Emi, Adriano, Isovaldyr, Sonia, Maria Geneci, Silvia, Paulo, Beloni, Cleide, Zinclair, Elizabete, Maria Borges, Roselaine, Roberta, Tuila, Carlinhos, Maribel, Antônia, Maria de Lurdes, Ercy, Alceu, Enildo e Alexandre, por compartilharem comigo suas vivências.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, universidade pública e gratuita.

Aos professores do Departamento de Geografia, pelos diálogos, indicações de leitura, ensinamentos...

À Zélia e todos os bolsistas que trabalharam no programa de Pós-Graduação.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela oportunidade de cursar o mestrado e auxílios dispensados aos alunos.

À Coordenação e aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (Capes), pelo fomento à pesquisa.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender a produção do espaço e de suas representações no bairro Restinga - Porto Alegre/RS. São construções atravessados por materialidades, idéias, intenções e vidas, que formam, de forma contraditória, complexa e singular, o bairro. Sua produção material é indissociável de seus imaginários e, embora o espaço seja abstração, é também materialidade na vida das pessoas, envolvendo desde a ordem distante, do Estado e instituições, até a ordem próxima, dada pelas relações em redes ou de vizinhança. Nesse sentido, a produção do espaço é acompanhada por distintas (e contraditórias) representações, constituídas dentro e fora da Restinga. São imaginários que originaram com a produção do bairro e a remoção das malocas, reproduzindo hoje, sob outras roupagens, as distâncias sociais. Contudo, o morador que encontra no bairro o abrigo dentro de uma sociedade desigual, constitui valores positivos, dissociando-o dos imaginários que o estigmatizam. É nesse sentido, que fatos e idéias compõem o viver do morador da periferia, constituindo os vínculos entre sujeito e bairro, em elaborações constantes do espaço de representação.

Palavras- chave: espaço, representações, malocas, periferia, Restinga.

ABSTRACT

This research aims to understand the production of space and its representations at Restinga neighborhood, in Porto Alegre, RS. They are constructions built by materialities, ideas, intentions and lives, which form, in a contradictory, complex and singular way, this neighborhood. Its material production is not separable from its imaginary and, although the space is abstraction, it is also materiality in people's lives, evolving from the distant order – State and institutions – to the nearer order, given by the relationships of neighborhood or in nets. Thus, the production of space is kept up with distinct (and contradictory) representations, formed inside and outside Restinga. These imaginaries were created with the production of the neighborhood and the removing of the poorest handmade houses, which reproduces, in another way, the social distances. However, the person who finds in the neighborhood a shelter inside an unequal society has positive values, undoing it from the imaginaries that stigmatize it. Facts and ideas compound the people from outskirts' lives, which build the links between individual and neighborhood, in constant elaborations of space of representation.

Key-words: space, representation, handmade houses, outskirts, Restinga.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Tripé que explica a produção do espaço.....	13
Figura 2: Rede de contatos.....	23
Figura 3: Malocas da Vila São José em 1956.....	35
Figura 4: Localização das Vilas de Malocas em 1951.....	38
Figura 5: Praça Piratini, João Pessoa, Jerônimo de Ornelas, Escola Julinho, Ilhota e Av.Azenha em 1963.....	39
Figura 6: Fotografia das Malocas a Ipiranga.....	48
Figura 7: Vila Santa Luzia - em 1956.....	50
Figura 8: Casas na Restinga Velha.....	54
Figura 9: Uso do solo em 1966 e 1971.....	58
Figura 10: Uso do solo em 1978 e 1990.....	66
Figura 11: Vila Castelo- carência em infra-estrutura.....	67
Figuras 12 e 13: Restinga Velha.....	78
Figuras 14 e 15: Barro Vermelho.....	78
Figuras 16 e 17: Nova Santa Rita e Elo Perdido.....	81
Figuras 18 e 19: Figueira.....	83
Figuras 20 e 21: 5ª Unidade Vicinal.....	85
Figuras 22 e 23: Vila Castelo.....	86
Figuras 24 e 25: Restinga Nova - 2ª e 4ª Unidades Vicinais.....	89
Figuras 26 e 27: Cabriúva e Loteamento Núcleo Esperança.....	92
Figuras 28 e 29: Conjuntos Habitacionais Monte Castelo e Loureiro da Silva.....	93
Figuras: 30 e 31: Vila Beco do Bita.....	95
Figuras 32 e 33: Vale do Salso em 2000 e 2009.....	98
Figuras 34 e 35: Ocupação do Asun.....	99
Figuras 36 e 37: Rocinha.....	101
Figuras 38 e 39: Chácara do Banco.....	103

Figuras 40 e 41: Flor da Restinga.....	104
Figuras 42 e 43: Distinções entre Restinga Velha e Nova.....	134
Figura 44: Marcas de Tiro no asfalto- morte de menino de 13 anos.....	141

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização da área de estudo.....	16
Mapa 2: Divisão Interna da Restinga.....	21
Mapa 3: Localização das Vilas de malocas que originaram a Restinga Velha.....	51
Mapa 4: Formas de acesso ao lote.....	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Entrevistas realizadas.....	24
Tabela 2: Dados sobre a população das vilas de malocas.....	43
Tabela 3: Famílias imigrantes e Porto Alegre.....	45
Tabela 4: Núcleos e vilas removidos.....	50
Tabela 5: Média de renda e anos de estudo dos responsáveis por domicílio das Regiões do Orçamento Participativo -2000.....	64
Tabela 6: Produção do espaço por re-assentamentos.....	76
Tabela 7: Produção do espaço por programas habitacionais.....	88
Tabela 8: Produção do espaço por ocupações.....	94
Tabela 9: Produção do espaço por loteamentos clandestinos.....	103
Tabela 10: Dados das unidades de desenvolvimento humano da Restinga.....	134

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	14
PERCORRENDO CAMINHOS	17
ENCONTRANDO PESSOAS NO CAMINHO	19
DAS FALAS ÀS INTERPRETAÇÕES.....	25
LEVANTAMENTO DE DADOS SECUNDÁRIOS.....	26
1. PENSANDO A PRODUÇÃO DO ESPAÇO	28
1.2 AS MALOCAS: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO A PARTIR DOS RE-ASSENTAMENTOS	34
1.2.1 DA VILA DE MALOCAS À PERIFERIA: A INVENÇÃO DO ESPAÇO	41
1.3 RESTINGA: VELHA RESTINGA, RESTINGA VELHA	52
1.3.1 A PERIFERIA A PARTIR DA DISTÂNCIA	58
1.3.2 PERIFERIA: DISTÂNCIA SOCIAL.....	62
1.3.3 PERIFERIA: INFRA-ESTRUTURA COMO PRÁTICA E COMO DISCURSO	64
1.3.4 PERIFERIA: CONCRETUDE, DUBIEDADE E VIDAS.....	67
2. HABITAÇÃO: A CASA, A RUA E O LUGAR NA CONSTITUIÇÃO DOS VÍNCULOS COM O ESPAÇO.....	69
2.1 A PRODUÇÃO DE VÍNCULOS A PARTIR DA PRODUÇÃO DA MORADIA	71
2.1.1 DEFININDO O ACESSO AO ESPAÇO.....	74
2.1.2 A PRODUÇÃO DA MORADIA A PARTIR DOS RE-ASSENTAMENTOS.....	75
2.1.3. AQUISIÇÃO DE MORADIA POPULAR EM PROJETOS HABITACIONAIS.....	88
2.1.4. PRODUÇÃO DO ESPAÇO POR OCUPAÇÃO	93
2.1.5 AQUISIÇÃO POR LOTEAMENTO CLANDESTINO	102
2.1.6 DA CASA AO LUGAR: O PROGRESSO.....	105
3. O LUGAR DO SUJEITO NO MUNDO-A PRODUÇÃO DOS VÍNCULOS	107
3.1 O LUGAR DO POBRE	110
3.2 VIZINHOS: ESPAÇOS DE CONFLITO, ESPAÇOS DE SOLIDARIEDADE	114
4. VIOLÊNCIA: AS CONTRADIÇÕES NA PRODUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES	123
4.1 TRÁFICO: REPRESENTAÇÕES E CONTEÚDO SOCIOESPACIAL NA CONSTITUIÇÃO DAS TERRITORIALIDADES.....	128
4.2 REPRESENTAÇÕES E CONTEÚDOS ESPACIAIS: FISSÕES ENTRE AS RESTINGAS	132
4.3 AS REPRESENTAÇÕES DO TRÁFICO: A CONSTRUÇÃO DA EXTERIORIDADE DO FENÔMENO .	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	148
ANEXOS	
Anexo A.....	156
Anexo B:.....	157

INTRODUÇÃO

“A Restinga é uma cachaca (...) a Restinga é diferente, é única”.
(Entrevista 7, morador da Restinga Nova- 2ª Unidade, em 20/03/2008)

A pesquisa se insere na problemática da distância entre as representações do bairro Restinga - Porto Alegre/RS e sua produção material, gerando conhecimentos superficiais e até mesmo equivocados sobre a realidade concreta do bairro. Essa distorção incide na vida das pessoas, que de um lado se reconhecem dentro das distinções espaciais, internalizando sua posição e de outro, subvertem-na, reconstituindo sua valoração. A Restinga está posta no imaginário da cidade como lugar de precariedades, ausências, pobreza e violência. Contudo, a realidade é mais ampla, complexa e contraditória, envolvendo dramas humanos, gerando formas e conteúdos espaciais em uma intrincada relação da história de vida dos moradores e da produção do espaço.

O bairro Restinga (MAPA 1), compõe um amplo campo em que ao espaço e ao morador são atribuídos divergentes significados. O espaço é um produto social plenamente preenchido de intencionalidades e representações, integrando ou contrapondo ordens distintas de sua produção. É amplamente fracionado, fracionando também as pessoas, que constroem suas identificações a partir do pertencimento à determinada área. Por essa lógica, o morador do bairro, ao mesmo tempo em que representa o espaço, é representado por ele. Assim, os conhecimentos acerca dos lugares são elaborados e hierarquizados, classificando os espaços como nobres ou marginalizados, constituindo representações alicerçadas nas distinções socioespaciais.

Há alguns espaços aos quais são atribuídos os males da sociedade. São identificados enquanto produto e produtores da desordem, do caos, numa relação em que as pessoas e os espaços estão contidos uns nos outros, um significa

e é significado pelo outro e, ao identificar a Restinga a partir de elementos que a depreciam, projeta-se os mesmos nos moradores, imbricando sujeitos e espaço. “E vão se encarnar em ti, porque tu mora na Restinga, porque tu é negrona” (Entrevista 6, morador da Restinga Nova -2ª Unidade, em 14/02/2008).

Essas distinções e seus estigmas estão presentes na produção do espaço e das representações sociais, constituindo as motivações da presente pesquisa. Esses liames materializam-se, de forma explícita ou velada, na produção da Restinga, significando-a. No bairro, é visível que as desigualdades se vestem de distinção, de alteridade e, nesse sentido, torna-se imprescindível desconfiar do senso comum, desconfiando da naturalização de uma sociedade hierarquizada.

Ao ser significado pela sua posição no espaço, o morador percebe sobre si o olhar que o identifica dentro de hierarquias sociais, sendo comum sua associação à condição de “bandido”, “marginal”, não confiável, pois é pobre e mora em um lugar reconhecido como violento e precário. *“Porque se fala que mora na Restinga, os homens se pelam de medo”* (Entrevista 12, moradora da 5ª Unidade, em 24/05/2008). Sente, a partir do outro, o estigma sobre si, que não o coloca apenas à margem física, localizado nas bordas de uma malha urbana, mas à margem social, à margem do trabalho, à margem da dignidade de um reconhecimento que o localiza em uma sociedade desigual, sem necessariamente aceitar a desigualdade enquanto questão social. Generaliza-se no senso comum o imaginário do trabalhador, que vence na vida, reduzindo a questão social a um problema individual. *“Eu falava em levar empregada para trabalhar lá no edifício dos burguês lá, e eles não queriam: - Mora na Restinga? Nós não queremos”*. (Entrevista 5, morador da Restinga Nova -1ª unidade, em 11/08/2008). Fica evidente o impacto das representações do espaço no sujeito e, nesse contexto,

Os membros das classes populares desse modo deixam de tornar-se trabalhadores porque sua própria condição de pobres ameaça e amedronta os que lhes poderiam fornecer emprego. Em outras palavras, eles são perigosos antes de efetivamente o serem... (ZALUAR, 1994, p.17)

É desconfiando do senso comum e refletindo acerca do que não é dado de antemão sobre a produção do espaço que essa análise procurou balizar-se, objetivando ir além da representação do “maloqueiro”, do “marginal”, do “vileiro”, do pobre, em um exercício de compreensão de sua gênese, intencionalidades e

finalidades. Nesse sentido, alguns entendimentos adquiriram contornos, entre eles a criação da Restinga como ato político, que de um lado serviu e serve ao clientelismo e, de outro, segregou essa população. “(...) e essas pessoas [políticos] se orgulham de ter criado isso aqui, é um depósito de seres humanos, atiraram num lugar...” (Entrevista 21, morador do Elo Perdido, em 28/08/2008).

O espaço é também entendimento das pessoas que o vivenciam, é conhecimento que elabora e é elaborado por representações, são construções a partir dos fatos socioespaciais. Servem para interpretar, agir e tomar posição acerca do mundo (JODELET, 1997). As representações são atravessadas por contradições, impregnadas de sentido, valores, sentimentos... Nesse sentido, a Restinga é a “cachaça”, é imagem criada a partir das histórias de vida, construindo e consolidado os vínculos entre morador e lugar.

A construção das representações dá-se a partir do reconhecimento da estratificação socioespacial, pautada na condição de consumo do solo, onde o morador se percebe a margem desse consumo. “E daqui a pouco eles vão ser jogados daqui no Guaíba, porque os condomínios estão chegando aqui, infelizmente o que manda é o dinheiro.” (Entrevista 21, morador do Elo Perdido, em 28/08/2008). O bairro é um intenso adensamento de pessoas que estão mais à margem do mercado de consumo do solo urbano. Contudo, é um bairro que cresce e que se recria continuamente, agregando novas áreas às já existentes, atraindo segmentos populacionais distintos. “Hoje a Restinga é uma lata de sardinha, tá como São Paulo...” (Entrevista 4, morador Restinga Nova - 1ª Unidade, em 18/06/2008).

A analogia com a lata de sardinha é elucidativa do adensamento que cresce em diversos sentidos, dentro dos próprios lotes, em novas áreas, em solo criado formalmente e informalmente, sendo como uma sardinha enlatada, em que, na proximidade, não se vive apenas a vida privada, restrita à casa, à família, mas à vida em comunidade, de dificuldades compartilhadas, de relações complexas, solidárias e contraditórias.

O bairro envolve uma pluralidade de metáforas e sistemas de significação que, em sua maioria, afirmam o espaço enquanto diversidade cultural e populacional. “Eu digo que aqui, que a Restinga é um pequeno Brasil, tem tudo que é classe, tem várias classes sociais, várias raças, estilo cultural um monte, tem o pessoal que gosta de capoeira, música, dança”. (Entrevista 10, moradora da Restinga Nova - 4ª Unidade, em 04/08/2008).

O entendimento da produção do espaço na Restinga parte da leitura de Lefebvre (2000), na tríade (FIG 1) do espaço concebido (da visão dos planejadores, teóricos e o conhecimento generalizado no senso comum), vivido (corpóreo, afetivo, significado na própria história de vida) e percebido (das práticas socioespaciais). O concebido é associado à produção das representações do espaço, o vivido ao espaço de representação. Uma rua tem um traçado, uma racionalidade, é concebida, ao mesmo tempo em que é vivida, nos trajetos, nas relações entre os sujeitos, nas suas funções. São planos que se imbricam, influenciando-se mutuamente. São perspectivas que atravessam os quatro capítulos da pesquisa, em um exercício de desnaturalizar o imaginário sobre o bairro, sua formação e a própria distinção social, intrínseca à concepção de uma sociedade segmentada.

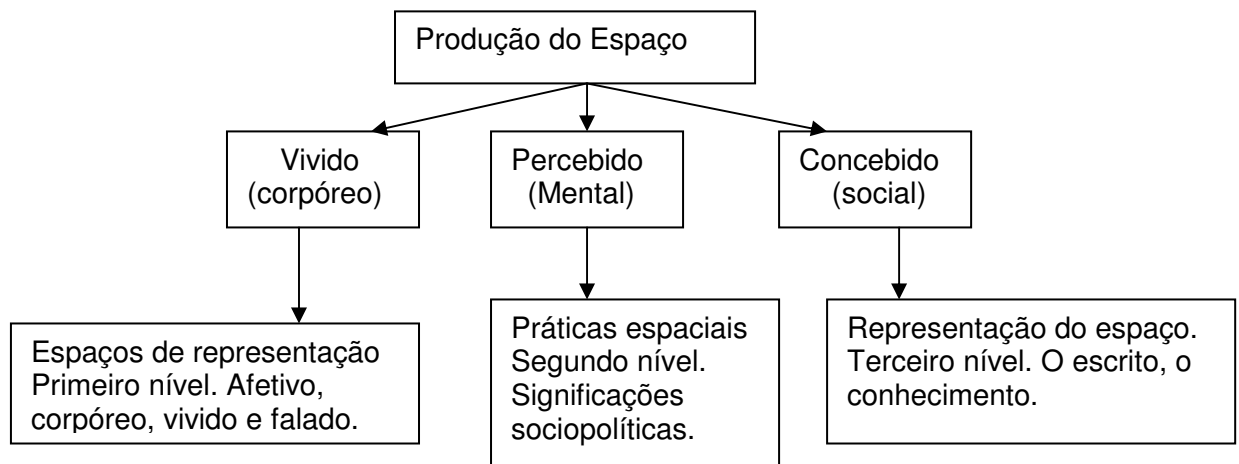


Figura 1- Tripé que explica a produção do espaço
Fonte: CARDOSO, Cristiane.

O primeiro capítulo aborda a origem da representação estigmatizante do espaço, que é inerente à forma como ocorreu sua produção. Nele é discutida a formação do bairro a partir dos re-assentamentos de vilas de malocas próximas às localidades centrais de Porto Alegre. Articula as representações das malocas às da periferia, assim como reflete acerca da ambigüidade de sua produção e significação.

O segundo capítulo expõe sobre a produção de espaços dentro do próprio bairro e a constituição do acesso à moradia como um dos vínculos que ligam o sujeito ao espaço, reelaborando as representações do bairro e do morador. Nele, a Restinga é fragmentada em unidades de sua produção, percorrendo os mecanismos de acesso à casa própria e suas significações.

O terceiro capítulo aborda a condição do pobre, das estratégias de sobrevivência que atravessam as relações de proximidade, do reconhecimento de cidadão negado no âmbito da cidade. Constitui-se outro momento da produção de vínculos com o espaço e, conseqüentemente, sua resignificação e valorização. Nesse capítulo, as diferenças não são abordadas a partir do fracionamento do bairro, entendendo como realidades que atravessam as diferentes Restingas.

Por fim, o quarto capítulo foi produzido a partir da complexa relação entre violência, produção do espaço e a produção de representações sociais, que a partir do fato e de sua negação constrói a externalização da violência e a recusa do fenômeno como inerente ao bairro e aos seus moradores. São mecanismos que constituem o elemento negativo como externo, seja em outra localidade, seja em uma fração da rua ou na segmentação dos próprios moradores. Aqui, a fragmentação do bairro parte de generalizações entre as Restingas Nova, Velha e as ocupações.

Os capítulos foram constituídos a partir do objetivo da pesquisa, que corresponde à compreensão da produção do espaço e as suas representações. Quais os elementos que compõem essas produções? Quais são as suas gêneses, liames e contradições? As inquietações que motivaram a pesquisa germinaram no entendimento do bairro como um produto da desigualdade social, revestido de símbolos e significados, divergentes ou convergentes, conforme a intencionalidade da criação.

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

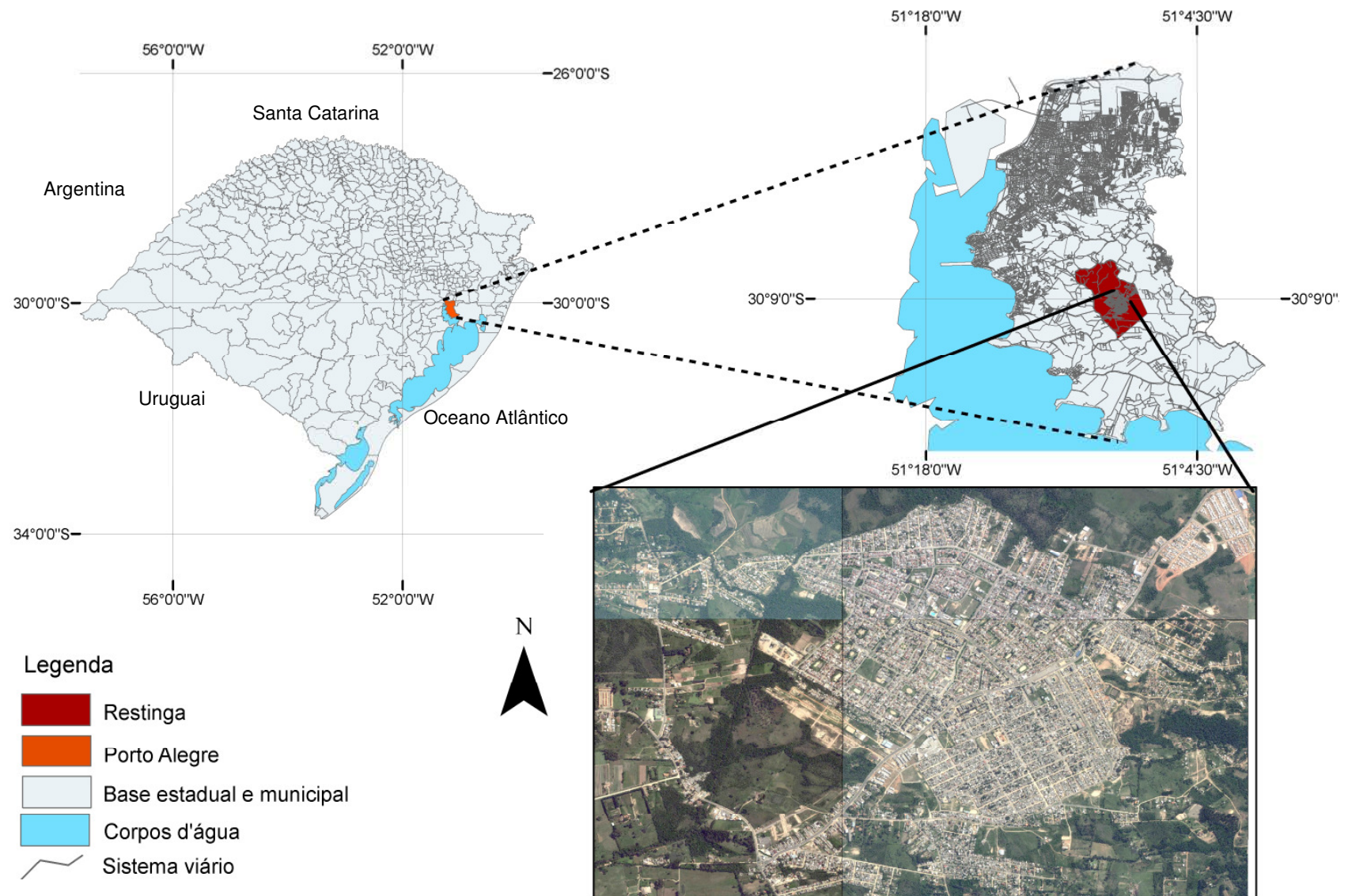
A Restinga localiza-se na zona sul de Porto Alegre, distante aproximadamente 26 km do centro da cidade (marco: Prefeitura Velha). Tem, ao sul, o Morro São Pedro e é contornada pelo arroio do Salso. O nome do bairro tem origem na vegetação ciliar do arroio, na presença de figueiras e maricás.

O bairro foi oficializado pela lei 6571, de 8 de janeiro de 1990. Seu principal acesso dá-se ao sul, pela Av. Edgar Pires de Castro, ao encontrar a Estrada João Antônio da Silveira, que divide os dois principais núcleos do bairro:

Restinga Nova e Restinga Velha; a oeste, pela estrada Costa Gama, e ao norte, pela estrada Rincão.

É o terceiro bairro em população de Porto Alegre¹, com 53.794 habitantes (OBSERVA POA). Possui aproximadamente 21 km², dos quais cerca de 1/5 são de área urbana, sendo o restante rural e área verde. (HEIDRICH, 2000)

¹ O primeiro é o bairro Sarandi, na região Norte, com 90.665; o segundo é o bairro Santa Tereza, com 59.222 habitantes. (OBSERVA POA).



Mapa1 - Localização a área de estudo
 Fonte: Nola Gamalho

PERCORRENDO CAMINHOS

As pesquisas percorrem e constroem caminhos que visam alcançar os entendimentos das questões postas. Optar por um caminho é também declarar um entendimento de mundo, pois a metodologia é tão reveladora da pesquisa quanto os resultados. Constitui uma constante aprendizagem e reflexão; não apenas a pesquisa é pensada, mas como fazê-la, e é ao superar os percalços que novos entendimentos e questionamentos se fazem presentes.

Um forte alicerce dessa pesquisa foi o levantamento de dados primários, que, ao determinar como objetivo o entendimento dos processos de produção do espaço e suas representações, envolvendo dados objetivos e subjetivos, precisou optar por um instrumento que possibilitasse a compreensão não apenas do que é explicitado, mas também do que está oculto, velado. A partir dessa intenção, foi realizado um levantamento qualitativo, com o uso de entrevistas não diretivas – semi-estruturadas (THIOLLENT, 1980).

A lógica de organização do pensamento e constituição dos valores dos sujeitos não é revelada em perguntas diretas, mas diluída nas histórias, nos relatos do cotidiano. Por esse motivo, a escolha recaiu sobre o uso de entrevista semi-diretiva e não sobre o questionário estruturado². O diálogo inicia ou com a história de vida ou com fatos e situações que suscitem a fala. A partir de então, o entrevistador passa a mediar, estimular e direcionar a conversa. Dessa forma, segundo Michelat (1980, p. 193),

(...) a informação conseguida pela entrevista não-diretiva é considerada como correspondendo a níveis mais profundos, isto porque parece existir uma relação entre o grau de liberdade deixado ao entrevistado e o nível de profundidade das informações que ele pode fornecer. A liberdade deixada ao entrevistado (sendo a não-diretividade, todavia relativa) facilita a produção de informações sintomáticas que correriam o risco de serem censuradas num outro tipo de entrevista.

O universo de interpretação não se reduz ao diálogo falado, mas na observação de todos os elementos presentes, como a receptividade, o

² Em questionários estruturados, a resposta está implícita na pergunta, limitando o raciocínio e formulação da resposta do próprio entrevistado ao questionamento do entrevistador. O objetivo aqui não é questionar a validade desse método, mas identificar suas desvantagens com relação à proposta da pesquisa.

compartilhamento do ambiente caseiro, os silêncios, as censuras, as cordialidades. Nesse sentido, buscando alcançar a profundidade das informações, à entrevista semi-diretiva foi associada a abordagem acerca da descrição densa de Geertz (1989)³. O autor destaca a necessidade de entendimento dos códigos para a apreensão da realidade. É um exercício de absorver não apenas o que está na superfície, tal qual a aparência fornece, mas sim interpretações que busquem compreender o que não está dado explicitamente, identificando as estruturas de significação. É necessário compreender o que está além da fala, como bem explicitado na relação de Franz e Sabina⁴:

Ele a escutava falar de sua vida avidamente e ela o ouvia com a mesma avidez. Compreendiam exatamente o sentido lógico das palavras que pronunciavam, mas sem ouvir o murmúrio do rio semântico que corria entre essas palavras. (KUNDERA, 1985, p. 94)

A análise a partir da descrição densa visa potencializar as entrevistas não-diretivas. As relações socioespaciais são produzidas e percebidas de múltiplas formas, produzindo significados distintos. Com uma descrição densa, objetiva-se ultrapassar a “película” que oculta o real, realizando a leitura dos diferentes códigos socioespaciais pelos diferentes sujeitos entrevistados, pois está obscurecida “(...) a maior parte do que precisamos para compreender um acontecimento particular, um ritual, um costume, uma idéia, ou o que quer que seja insinuado como informação de fundo antes da coisa em si mesma ser examinada diretamente” (GEERTZ, 1989, p. 7).

O espaço social assemelha-se a um texto cujos códigos necessitam de tradução, de entendimento. Sua escrita não está dada, mas deve ser compreendida em seus quadros de interpretação, permeados por contradições e superposições. Ora, é necessário que o pesquisador desvencilhe-se de seus pré-conceitos para compreender o outro não a partir de si, de seu modo de vida e valores, mas a partir das estruturas e entendimentos desse outro.

Nesse processo o instrumento de pesquisa tornou-se também de aprendizado. E foi na experiência da aplicação da proposta que alguns

³ Geertz fala pontualmente na descrição densa dentro da etnografia, o que não é a intenção aqui. O uso, nesta pesquisa, da descrição densa é como uma ferramenta a mais para o entendimento do fato espacial.

⁴ Personagens do romance *A insustentável leveza do ser*, de Milan Kundera.

entendimentos se fizeram presentes, como contraditoriamente a internalização, na própria pesquisadora, de elementos da representação, como o temor de percorrer alguns espaços sem a companhia de moradores. A compreensão de que esse temor somente existia em função de não compartilhar os códigos locais, as relações de proximidade, ocorreu no decorrer do trabalho, ao vivenciar os espaços ao caminhar pelas ruas, vivenciando a passagem das representações do espaço para o espaço de representação, sendo esse entendimento indispensável também à compreensão das dinâmicas espaciais.

Os estranhamentos são inerentes ao processo, o diálogo é atravessado por hierarquias, onde a própria figura do pesquisador é fetichizada e o entrevistado tem dificuldades de se identificar como detentor de saberes. “Devemos, não obstante, fazer um esforço para criar um ambiente em que as pessoas tenham condições de estabelecer os próprios limites e de tomar as próprias decisões (PORTELLI, 1997, p. 20). Adotar uma postura receptiva, participar da rotina da família, utilizar um vocabulário acessível são essenciais à produção de um diálogo fluído.

ENCONTRANDO PESSOAS NO CAMINHO

Ainda objetivando atenuar o estranhamento entre pesquisadora e entrevistado (a), foi constituída uma rede de contatos (FIG. 2), em um emaranhado de relações, alguns mais solidamente consolidados, outros mais efêmeros. Segundo Michelat (1980), a amostra em uma pesquisa qualitativa deve ser diversificada, abrangendo uma multiplicidade de atores, alcançando a amplitude dos universos de significação. Assim, a constituição dessa rede possibilitou um levantamento diversificado, pois cada novo contato levava a outros. Foram homens, mulheres, trabalhadores (as), aposentados(as), desempregados(as), estudantes.

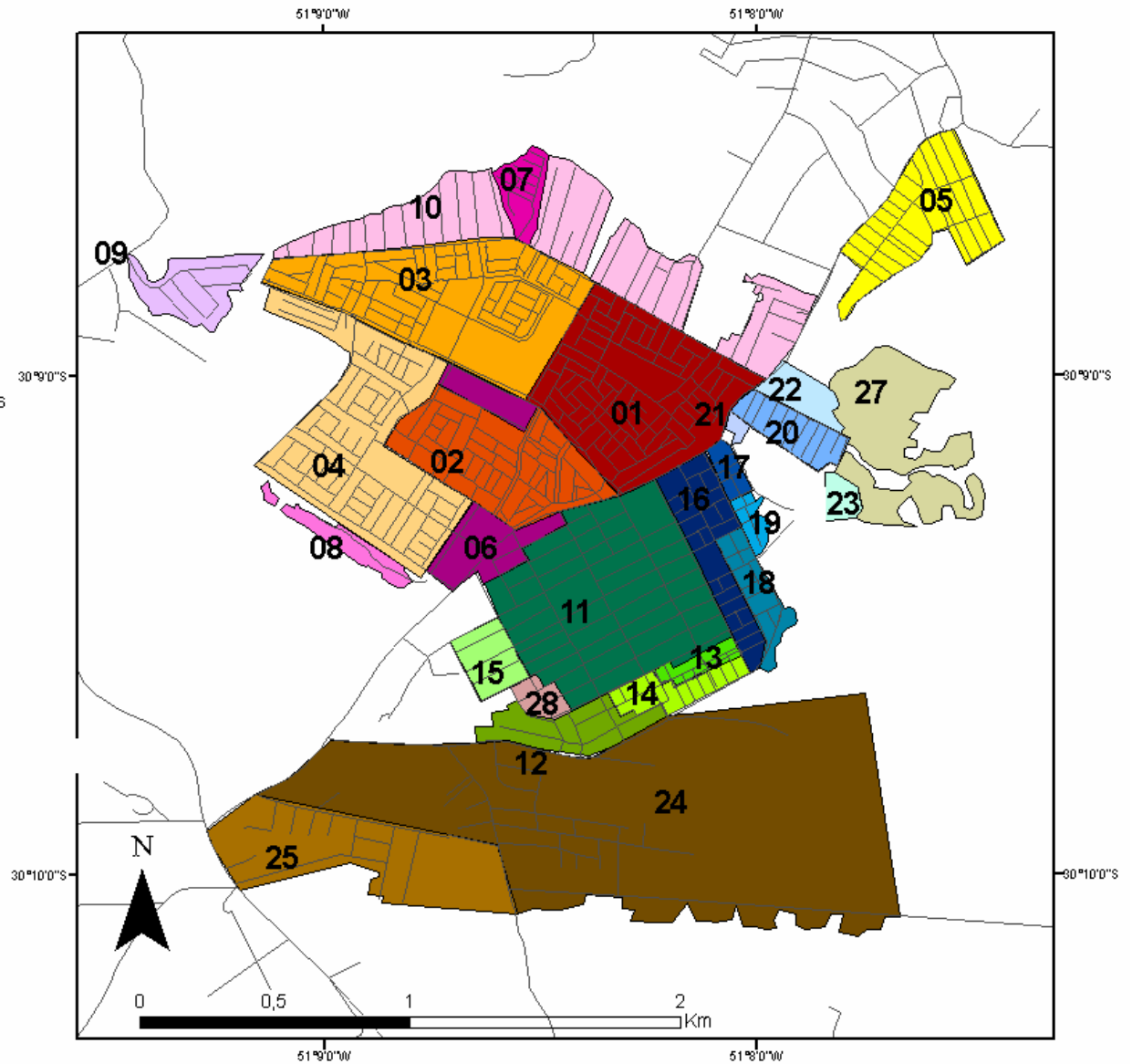
O levantamento procurou dar conta da diversidade de produção do espaço no bairro, pois o mesmo é fracionado em aproximadamente 28 unidades, entre loteamentos clandestinos, ocupações e políticas habitacionais (re-assentamento e produção de moradia popular). O levantamento de campo

contemplou as diferentes formas de acesso ao solo, priorizando as unidades mais significativas e reconhecidas pela comunidade. Nesse sentido, foram realizadas entrevistas em 22 localidades (TAB 1). Apenas duas entrevistas não foram realizadas na rede de relações, mas corresponde também à rede de contatos da pesquisadora.

Uma postura ética e transparente é essencial, pois consolida as relações da rede, repassando a confiança para os contatos seguintes. As entrevistas foram realizadas com o uso de gravador MP3, o que por um lado possibilita uma maior atenção da pesquisadora à conversa, pois dispensa o uso unicamente de anotações; mas, por outro lado, pode constituir um entrave à fala, já que a conversa passa a ser documentada. Nesse sentido, um pacto entre entrevistadora e entrevistados foi realizado, já que em diversas ocasiões os diálogos envolviam situações delicadas que poderiam, de certa forma, comprometer o entrevistado. Com o compromisso ético firmado com os entrevistados, de que suas identidades não são reveladas, as entrevistas aparecem com numerações, identificação da localidade da moradia, sexo, idade e data de sua realização.

Legenda

- 01- 1ª Unidade Vicinal
- 02- 2ª Unidade Vicinal
- 03- 3ª Unidade Vicinal
- 04- 4ª Unidade Vicinal
- 05- 5ª Unidade Vicinal
- 06- Conjuntos Residenciais
- 07- Beco dos Bitas
- 08- Ocupação do Asun
- 09- Vale do Salso
- 10- Loteamentos Av. Ignês E. Fagundes
- 11- Restinga Velha
- 12- Barro Vermelho
- 13- Elo Perdido
- 14- Figueira
- 15- Nova Santa Rita
- 16- Núcleo Esperança
- 17- Núcleo Esperança II
- 18- Cabriúva
- 19- Caixa d'água/Rocinha
- 20- Vila Castelo
- 21- João Antônio da Silveira
- 22- Chácara Pedroso
- 23- Invasão Recente
- 24- Chácara do Banco
- 25- Flor da Restinga
- 27- Cooperativa Habitacional
- 28 - Baltimore



Mapa 2: Divisão Interna da Restinga
Fonte: Nola Gamalho

Os trabalhos de campo para realização das entrevistas ocorreram de fevereiro a outubro de 2008, em média duas entrevistas por semana, cada dia para uma entrevista. A importância de manter uma conversa fluida, sem a pressão do tempo, partilhando os ambientes do(a) próprio(a) entrevistado(a), limitou o número de entrevistas por dia de campo – em apenas três ocasiões foram realizadas duas entrevistas no mesmo dia. Contudo, os trabalhos de campo envolvem o diálogo oficial e diversos outros, pois importantes contatos são contínuos, em múltiplas conversas que se somam ao conjunto de entendimento do bairro. O número de visitas ao bairro foi muito superior ao de entrevistas, e segue acontecendo, pois há um compromisso entre pesquisadora e moradores, que participam ativamente da pesquisa, discutindo, lendo, opinando, contestando.

A rede amenizou os estranhamentos sem, contudo, eliminá-los. No entanto, esse não é um fato que torne a pesquisa frágil, mas compõe um dos entendimentos do decorrer do processo e inerentes à própria análise. As hesitações, respostas curtas, postura rígida são tão reveladoras quanto as falas soltas e sem censura. O que está oculto, censurado, diluído na fala, naturalizado no senso comum é essencial para uma análise densa e coerente com as dinâmicas socioespaciais.

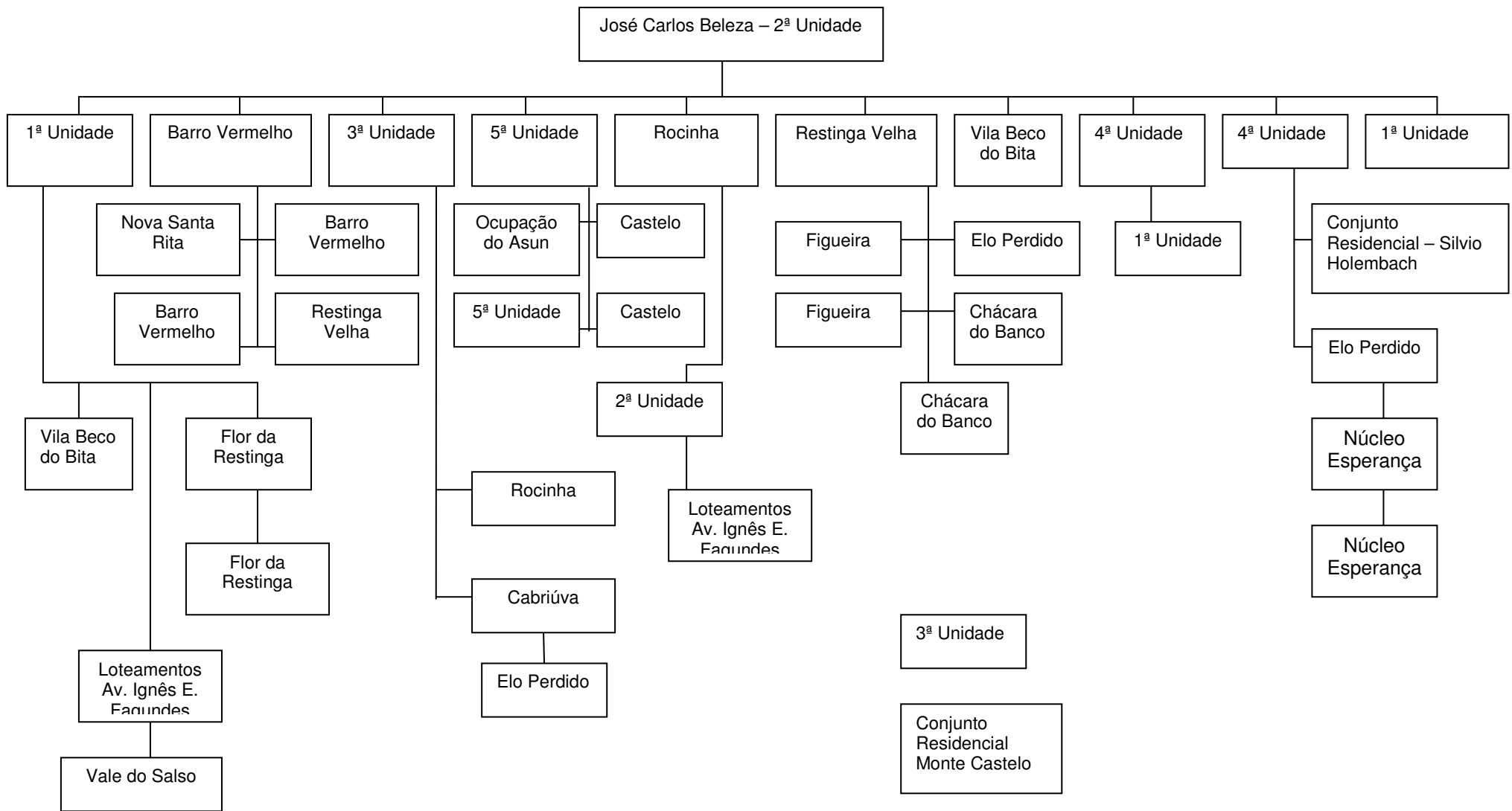


Figura 2- Rede de contatos
 Fonte: levantamento de campo 2008.

Tabela 1: Entrevistas realizadas				
Local	Entrevista	Sexo	Data	Idade
Restinga Velha	1	M	02/07/08	47
	2	M	06/06/08	51
Restinga Nova – 1ª Unidade	3	M	14/03/08	40
	4	M	18/06/08	38
	5	M	11/08/08	65
Restinga Nova – 2ª Unidade	6	M	14/02/08	57
	7	M	20/03/08	41
Restinga Nova – 3ª Unidade	8	F	05/03/08	70
Restinga Nova – 4ª Unidade	9	M	28/05/08	28
	10	F	04/08/08	42
Restinga Nova – 5ª Unidade	11	M	02/04/08	37
	12	F	24/05/08	49
Vila Beco do Bita	13	F	28/03/08	40
	14	M	16/06/08	37
Rocinha	15	F	14/03/08	34
	16	M	02/10/08	24
Cabriúva	17	F	12/06/08	42
Vila Castelo	18	F	19/04/08	29
	19	F	19/04/08	47
Elo Perdido	20	F	12/06/08	33
	21	M	28/08/08	42
	22	F	05/08/08	31
Barro Vermelho	23	M	08/02/08	58
	24	F	29/04/08	38
	25	M	06/06/08	37
Flor da Restinga	26	F	18/04/08	49
	27	F	21/05/08	55
Ocupação do Asun	28	F	05/04/08	40
Loteamentos Av. Ignês Fagundes	29	F	20/03/08	15
	30	M	28/06/08	28
Chácara do Banco	31	M	26/06/08	45
	32	M	10/07/08	71
	33	F	10/07/08	44
Nova Santa Rita	34	F	11/04/08	50
Núcleo Esperança	35	F	04/09/08	47
	36	F	11/09/08	82
Figueira	37	M	15/08/08	71
	38	F	15/08/08	58
Vale do Salso	39	M	18/07/08	51
Conj. Resid. Sarg. Silvio Holembach	40	F	28/08/08	43
Conj. Resid. Monte Castelo	41	M	26/09/08	50

Fonte: Levantamento de campo 2008.

DAS FALAS ÀS INTERPRETAÇÕES

A análise das entrevistas não ficou restrita à fala dos entrevistados, mas a todo o contexto de sua realização, no próprio trilhar pelo bairro, nos encontros e desencontros, nas observações em campo e nos diálogos. A comunicação não se encerra na fala do sujeito; essa é apenas uma das formas de conversação, pois os gestos, silêncios, risos, pausas, tudo tem um significado a ser compreendido, ampliando o entendimento das experiências sociais, dissolvendo sua opacidade ou a censura da fala, como observa Michelat (1980 p. 202-3):

Se uma entrevista não diretiva é utilizada de preferência a uma entrevista dirigida a partir de um questionário é porque se considera que a informação fornecida por perguntas diretas solicita apenas à parte da informação imediatamente acessível ao entrevistado, isto é, a informação mais superficial, mais estereotipada, mais sensível às pressões da deseabilidade social. É também a que está mais sujeita aos fenômenos de bloqueio e de censura (...).

Na entrevista não diretiva, todos os detalhes devem ser observados, atingindo não apenas o raciocínio expresso, mas o latente, o censurado. Michelat (1980) destaca que as entrevistas devem ser lidas e relidas, impregnando-as, gerando interpretações capazes de relacionar os elementos manifestos e ocultos nas mesmas. O contato com as falas ocorreu em diversos momentos: na ocasião da conversa, na respectiva transcrição, que, ao ser realizada pela pesquisadora, perdeu seu caráter mecânico, quando foram realizadas leituras já com o objetivo de interpretações e classificações e na redação, quando as compreensões transformam-se em palavras escritas. A cada leitura, a cada momento de impregnação, novos entendimentos foram somados aos já consolidados.

Cada entrevista possui uma lógica própria, uma verticalidade e algo em comum, uma horizontalidade, relacionando os elementos entre as entrevistas (MICHELAT, 1980). Portelli (1997), pensando a história oral, tem um entendimento que relaciona o que está no âmbito do indivíduo e o que é compartilhado: "(...) em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são – assim como as impressões digitais, ou, a bem da verdade, como as vozes – exatamente iguais" (p. 16). Cada fala traz algo de coletivo e de individual, assim "como um mosaico ou colcha de

retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente, depois de reunidos” (p. 16).

Essa sistemática possibilita novos questionamentos a partir da própria singularidade ou recorrência, como a identificação dos elementos comuns e dos divergentes, contribuindo para um entendimento que reconheça o que as “diferentes Restingas” têm de semelhanças e singularidades.

As categorias foram construídas no processo, entendendo-o como, coloca Diógenes, “(...) dentro de um tempo de maturação e solidificação a partir de sua importância no campo de investigação” (1998, p.34). O objetivo da pesquisa indicava direções, contudo, foi no levantamento e nas interpretações das entrevistas que as categorias adquiriram contornos mais precisos. Nesse contexto, foram constituídas algumas direções que compuseram a pesquisa:

1. As histórias de vida;
2. Os processos de identificação das representações do espaço e do espaço de representação;
3. As trajetórias da aquisição da moradia;
4. A produção das representações das alteridades internas, a fragmentação do bairro;
5. O Tráfico de drogas e suas representações no espaço;

É a partir dessas categorias que a pesquisa foi delineada, constituindo entendimentos do espaço, do viver local, das representações e das relações de pertencimento ao lugar.

LEVANTAMENTO DE DADOS SECUNDÁRIOS

A própria demanda de interpretação suscitada pelo levantamento primário levou à procura de dados secundários que trouxessem outros elementos às questões postas. Entre elas, destacam-se as alteridades entre bairro e cidade e entre setores do bairro.

Com a intenção de problematizar a condição de classe buscou-se os indicadores de renda e educação. A análise foi pautada pela associação de escalas e tipologias distintas: recorte do bairro por formas de acesso ao solo e alteridades espaciais; do município, das regiões do orçamento participativo⁵ – a Restinga constitui uma região do OP – do bairro e de sua fragmentação em localidades.

Em um primeiro momento, buscaram-se tais informações nas unidades censitárias do IBGE. Contudo, as mesmas não coincidem com as fragmentações existentes no bairro. Assim, recorreu-se ao Atlas de desenvolvimento humano da região metropolitana de Porto Alegre, que constituiu uma tipologia da cidade adequada às alteridades aludidas no levantamento primário. O levantamento de informações referentes aos indicadores de renda e educação contemplou as escalas do município, do bairro e a sua divisão em cinco tipologias: Restinga Velha, Restinga Nova, Barro Vermelho, Vila Beco do Bita e 5ª Unidade.

Referente à produção da Restinga, foi realizado um levantamento bibliográfico, destacando os materiais produzidos pelo DEMHAB, assim como demais trabalhos, monografias, dissertações e teses publicados acerca do bairro. Além disso, também foi realizado o levantamento de notícias de jornais entre as décadas de 1960 e 1980, no Museu de comunicação Hipólito José da Costa.

Integrando esses dados referentes aos levantamentos (primário e secundário), tem-se o aporte teórico dos conceitos utilizados. Essa etapa instrumentalizou as interpretações. Considerou-se pertinentes à leitura espacial aqui realizada os conceitos de representações (MOSCOVICI, 1997 e 2003; LEFEBVRE, 2000; JODELET, 1997), espaço (LEFEBVRE, 1999, 2000 e 2006; CARLOS, 1994, 2001, 2004 e 2007; DAMIANI, 2004; MARICATO, 1982 e 1996), território e territorialidades (SACK, 1980; REFFESTIN, 1993) e *habitus* (BOURDIEU, 2007 (a e b)). Procurou-se dialogar a teoria com o empírico em interpretações da produção do espaço e de suas representações. A partir desse imbricamento entre teoria e prática, foi constituído um entendimento da produção do espaço e de suas representações, identificando os mecanismos de diferenciação internos e externos ao bairro, percorrendo escalas distintas, de acordo como o fenômeno foi identificado.

⁵ Mecanismo de consulta popular quanto às prioridades na aplicação dos recursos públicos na comunidade.

1. PENSANDO A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

*Se o sinhô não tá lembrado
dá licença de contá
que aqui onde agora está
esse edirfiço arto
era uma casa véia
um palacete assobradado.
Foi aqui seu moço,
que eu Mato Grosso e o Joca
construímos nossa maloca,
mas um dia nós nem pode se alestrar
veio os home co'as ferramenta
o dono mandou derrubá.
Peguemos todas nossas coisas
e fumos pro meio da rua
preciá a demolição.
Que tristeza que nós sentia
cada táuba que caía
duía no coração...
(Adoniran Barbosa – Saudosa Maloca)*

A compreensão acerca da produção do espaço no Bairro Restinga é um exercício complexo, dado o emaranhado de variantes que compõe o conceito e a própria produção do bairro, que envolve uma intrincada rede de elementos que formam suas singularidades e alteridades, compondo um viver e estratégias fortemente vinculadas ao espaço Restinga. É ainda um importante instrumento de interpretação dos processos que se materializam no espaço, articulando múltiplos planos.

O espaço não pode ser reduzido à perspectiva de palco, no qual as relações sociais se desenvolvem, ou ao substrato que condiciona a existência humana. Parte-se de uma concepção a partir de seu viés social, pois “O espaço em si pode ser primordialmente dado, mas a organização e o sentido do espaço são produto da translação, da transformação e da experiência sociais” (SOJA, 1993, p.101). Sua produção é social, portanto é atravessado por intencionalidades que se revelam ou se ocultam segundo a lógica de sua produção. Dessa forma, de acordo com (CARLOS, 2007, p. 21) “(...) a cidade se reafirma enquanto espaço social na medida em que se trata da realização do ser social — produzindo um espaço — ao longo do processo histórico”. Destaca também a importância de se pensar a

formação do espaço na cidade enquanto produto histórico das práticas socioespaciais, dando ênfase à produção na escala do lugar.

A análise espacial da cidade no que se refere ao processo de produção revela a indissociabilidade entre espaço e sociedade, na medida em que as relações sociais se materializam num território concreto, o que significa dizer que, ao produzir sua vida, a sociedade produz/reproduz um espaço, enquanto prática socioespacial. (CARLOS, 2004, p. 14)

Entende-se, portanto, o “(...) espaço como produto material, com a relação entre as estruturas sociais e espaciais do urbanismo e com o conteúdo ideológico do espaço socialmente criado” (SOJA, 1993, p. 97). Pensar espacialmente ultrapassa o entendimento do espaço como recipiente a ser preenchido, no qual são alocados objetos e sujeitos, ou um quadro físico, em que a ação humana é mera coadjuvante. Não é uma representação cartográfica constante e ordenada, é um produto no qual “as práticas sociais espacializam em vez de se localizarem no âmbito de alguma malha repressiva de controle social” (HARVEY, 2006, p. 197). “Ora a configuração espacial é um dado técnico, enquanto o espaço geográfico é um dado social” (SANTOS, 2002, p.75).

É a partir de sua produção social que o espaço agrega sentido, englobando desde a produção de formas amplamente reconhecidas como sociais, assim como a cidade, até a intencionalidade presente na forma da natureza, que perpassa nossas percepções, sendo então humanizada e participando da lógica de produção. “Assim se desloca o enfoque da localização das atividades no espaço para a análise do conteúdo da prática socioespacial (...)” (CARLOS, 2004, p.15).

Nesse sentido, não há espaço que não contenha intencionalidade, envolvendo planos que se imbricam, como o econômico, político e social (CARLOS, 2001). São esferas que envolvem diversas escalas e atores, atuando de forma contraditória em sua produção e reprodução.

O espaço é também abstração, que perpassa interesses vinculados aos diferentes planos, articulando a ordem distante (do Estado, das instituições) e a ordem próxima (relações de vizinhança) (LEFEBVRE, 2006). Faz parte das estratégias do capital, das relações de poder e da experiência de vida dos sujeitos. Nesse sentido, a perspectiva a partir da tríade *concebido, percebido e vivido* (LEFEBVRE, 2000) é essencial para um entendimento da produção do espaço a

partir das relações de proximidade, relacionando com outras escalas de sua produção.

É concebido, planejado e participa dos jogos de poder dominantes, produzindo as representações do espaço, que, não obstante, servem para encobrir as distinções materializadas nos lugares, ou seja, o que é definido como caos, não é estranho ao planejamento. É vivido a partir da experiência e cultura, produzindo o espaço de representação, lugar metamorfoseado em acolhimento ou repulsa. É percebido a partir das experiências corpóreas, das práticas socioespaciais, da produção da existência humana no cotidiano. Esses três planos realizam-se em inter-relação, cada um contém os outros e, embora possamos desmembrá-los para finalidades analíticas, no plano da realização da vida, eles amalgamam-se. A partir dessa tríade, tem-se a produção das representações sociais, conhecimento compartilhado no senso comum e impregnado de intencionalidades.

Soja (1993) destaca o espaço e a espacialidade como físico, mental e social em inter-relações e sobreposições. Possui um substrato, é um exercício de entendimento de uma sociedade, mas não deve ser reduzido a uma dessas características, pois é produzido no conjunto de seus imbricamentos, uma vez que, separadamente, não se tem a amplitude de sua essência. Essas ligações avançam pelas múltiplas formas de vivenciar as espacialidades, desde o nível familiar e as relações que sucedem na escala da casa. Em seguida tem-se o da vizinhança, das relações travadas na rua, no bairro, o do trabalho, o âmbito econômico. O espaço não confina, mas limita a circulação delineando as relações de uso ou de pertencimento. Há todo um universo simbólico que atua na familiarização dos espaços, tornando-os estranhos para os sujeitos que não compartilham de seus códigos. Ora, transitar em um bairro de alta renda, como o Moinhos de Vento⁶, ou no bairro Restinga envolve conhecimentos e sensações de afinidade ou repulsa distintos.

Percebe-se que é um texto, contém e comunica mensagens, símbolos e significados, participando das representações sociais, de um lado com o espaço de representação, de outro com as representações do espaço. É a interdependência entre sua face física, social e mental, pois enquanto produto, está mergulhado em

⁶ O bairro pertence a Região do Orçamento participativo do centro e possui os mais elevados indicadores de renda e educação do Município. A renda média do responsável pelo domicílio é de 29,7 salários mínimos. (OBSERVAPOA)

ideologias que atuam tanto na dominação quanto na libertação. Prisão e abrigo são dois de seus vieses que, paradoxalmente dialogam: prisão a partir do condicionamento de segmentos sociais a seus fragmentos e abrigo porque o habitar não é apenas um consumo, mas uma necessidade humana.

Contudo, quem produz esse espaço, essas espacialidades? Essa é uma questão que transpassa a obra de Lefebvre (2000). A resposta encontra-se oculta no cotidiano, na “inocente” articulação entre a ordem próxima e a ordem distante, indo desde a produção da moradia, a fixação do sujeito ao solo, suas trajetórias diárias, até os ditames mais abstratos da economia e política. Essa produção do espaço transcorre arranjos mentais, produzindo espacialidades de inclusão e exclusão, de acolhimento e de repulsa, de repressão e libertação, ou seja, condiciona múltiplas representações. Nos termos “vila” e bairro “nobre”, é explícita a distinção entre as suas representações.

É nessa relação da produção do espaço que o mesmo é fragmentado de forma que a ordem distante predomina na intencionalidade da fragmentação. O Estado, em conjunto com os empreendedores imobiliários, intensifica a característica do solo urbano enquanto valor de troca. Tem-se a contradição entre a reprodução ampliada do capital, das necessidades econômicas e políticas e a reprodução da vida. Carlos (2001, p. 15) destaca a ação do poder público a serviço do capital.

A ação do Estado – por intermédio do poder local – ao intervir no processo de produção da cidade reforça a hierarquia de lugares, criando novas centralidades e expulsando para a periferia os antigos habitantes, criando um espaço de dominação. Com isso, impõe sua presença em todos os lugares, agora sob controle e vigilância (seja direta ou indireta). Nesse nível de realidade o espaço produzido assume a característica de fragmentado (em decorrência da ação dos empreendedores imobiliários e da generalização do processo de mercantilização do espaço), homogêneo (pela dominação imposta pelo Estado) e hierarquizado (pela divisão espacial do trabalho).

Damiani reflete nesse mesmo sentido, afirmando que:

(...) são, inclusive, momentos diversos do capital, já que ele se realiza de modos temporalmente diferentes – e o poder estatal que o sustenta – cada vez mais necessário, considerando a importância ampliada, na produção e reprodução do capital, do capital fixo independente, investimento, majoritariamente, patrocinado pelo Estado (2004, p. 90).

Silva (1991) analisa a produção do espaço a partir de relações complexas inerentes ao sistema capitalista, alertando que a terra é a mercadoria contida no espaço. É através dessa fragmentação do solo, que se agregam valores diferentes às distintas espacialidades, predominando os desejos sobre as necessidades, e nesse processo os sujeitos são igualmente segmentados. Como consequência da fragmentação, tem-se a produção de espaços marcadamente hierárquicos, produzidos pelo conflito latente de reprodução da sociedade. A metamorfose do solo em mercadoria compõe uma forma sutil de dominação, cujo produto a – segregação - é percebida como um efeito espontâneo da produção da cidade, encobrendo a contradição entre a cidade formal ou informal. São processos que na cotidianidade tornam-se alienados, ocultos nas produções ideológicas, nas representações do espaço.

Se por um lado o espaço é produzido socialmente, seu consumo se dá na forma de propriedade privada. Enquanto mercadoria, compõe um paradoxo: de um lado torna-se homogêneo, é comercializado, tem uma medida quantificável nas relações de troca, de outro tem a encenação de sua heterogeneidade, pois enquanto mercadoria deve adequar-se aos gostos de seu mercado consumidor. Nesse sentido, a diferença é produzida a partir de uma ordem distante, incidindo na proximidade, artificializando-a. O espaço contém, em sua produção, lógicas que se precipitam contraditoriamente na configuração de suas espacialidades, pois “para além dos conflitos sociais, das diferenças que persistem, se instauram, recobrimo-as e ampliando-as, as diferenças espaciais (...)” (DAMIANI, 2004, p. 85). A relação contraditória entre Estado e capital, apropriação e dominação, homogeneização e fragmentação são inerentes à produção do espaço. Nessa perspectiva de raciocínio, Soja (1993, p. 115) afirma que:

(..) o espaço socialmente produzido (essencialmente, o espaço urbanizado do capitalismo tardio, mesmo o campo) é onde se reproduzem as relações dominantes de produção. Elas são reproduzidas em uma espacialidade concretizada e criada, que tem sido progressivamente ‘ocupada’ por um capitalismo que avança, fragmenta em pedaços, homogeneiza em mercadorias distintas, organizada em posições de controle e ampliada para a escala global. A sobrevivência do capitalismo tem dependido dessa produção e ocupação distintas de um espaço fragmentado, homogeneizado e hierarquicamente estruturado – obtido, sobretudo, através do consumo coletivo burocraticamente controlado (isto é, controlado pelo Estado), da diferenciação do poder estatal na vida cotidiana.

Não são processos simples, pois para sua legitimidade tem-se a necessidade de enquadramento simbólico das distinções sociais, que são materializadas nas possibilidades de consumo. É o duelo constante entre os atores hegemônicos e hegemonzados (SANTOS, 2002). Por esses questionamentos, percebe-se que há um campo de força na produção do espaço e que alguns segmentos impõem mais fortemente a sua lógica nessa produção.

A partir da perspectiva das distinções sociais, Bourdieu traz uma importante contribuição ao definir o espaço social como uma forma de representar o mundo social, suas diferenciações e distribuições. “Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas *posições relativas* nesse espaço social”⁷ (2007 (a), p. 134). É, em sua forma e conteúdo, um complexo mosaico de fragmentos, sendo que, segundo Santos (1987, p. 81), “Cada homem vale pelo lugar onde está, o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, dependente de sua localização no território”. A diferenciação social a partir do capital cultural e do estilo de vida traduz a condição de classe do sujeito, localizando-o na estratificação do espaço. Dessa forma:

Às diferentes posições no espaço social correspondem estilos de vida, sistemas de desvios diferenciais que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência. As práticas e as propriedades constituem uma expressão sistemática das condições de existência (...).(BOURDIEU, 1983, p. 82)

São estratégias de tornar opaca as distinções sociais da configuração espacial, naturalizando-as na configuração dos lugares que agregam *status* ou que depreciam os sujeitos. Serpa (2007), em uma análise da *Produção do espaço* de Lefebvre, aponta o imbricamento da dimensão simbólica nessa produção, destacando o papel dos ajustes cognitivos na intrincada relação entre os aspectos físico, social e mental de sua produção. Para ele,

O espaço concebido é símbolo que carece de perceptos, que busca se incorporar às estruturas cognitivas sem a legitimação das práticas espaciais cotidianas, influenciando, porém, diretamente os espaços de representação. Estes últimos são, em última instância, o lócus dos processos cognitivos e das representações sociais. É também o espaço vivido dos conflitos e lutas. (SERPA, 2007, p. 174)

⁷ Grifo do autor.

A produção de espacialidades é permeada por símbolos e significados que atraem e repulsam diferentes segmentos sociais. Destacam-se os espaços do luxo, construídos prioritariamente para o segmento de alta renda. Desde a sua forma, seus objetos, os sujeitos e seus gostos requintados, a postura, tudo compreende um universo que compõe o pertencimento e o estranhamento dos diferentes segmentos sociais. Assim como o espaço do “caos” da pobreza, da ausência, os corpos, costumes, atitudes da periferia compõem um universo que unifica determinado grupo e que repele outro.

A capacidade de posse da terra, que impõe sua forma, criando os espaços do prazer, do sonho ou do caos, são expressões mentais de diferenças sociais fixadas no solo urbano e naturalizadas pela metamorfose do solo em mercadoria. São as representações corroborando no enclausuramento do sentido de pertencimento a determinado grupo socioespacial. É, a partir desse intrincado jogo entre planos distintos (econômico, político e social), e representações sociais (representação do espaço e espaço de representação) que o diálogo acerca da produção do bairro Restinga é desenvolvido.

1.2 AS MALOCAS: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO A PARTIR DOS RE-ASSENTAMENTOS

A dominação de classe é composta por mecanismos sutis, que ao mesmo tempo que promovem a materialidade das distinções, ocultam-nas em representações que naturalizam tais alteridades. A cidade, em seu constante movimento, é produtora de espaços que necessitam de ajustamentos nos âmbitos físico, mental e social a fim de manter a lógica dominante. É nesse sentido que as transformações que se materializam no lugar e no cotidiano dos sujeitos são o reflexo da intencionalidade humana, muitas vezes estranhas ao plano do lugar.

A cidade compõe um mosaico não apenas de texturas e morfologias, mas também de símbolos, significados e representações, compondo trunfos, armas na reprodução e legitimação do sistema de dominação. É nesse sentido que a reflexão acerca do imaginário das “malocas” (FIG. 3) e seus re-assentamentos são fatos que compõem as representações do bairro Restinga e da periferia.

Políticas de remoção constituíram-se fatos recorrentes na produção do espaço em Porto Alegre. Fator comum está na atribuição de valores morais, paisagísticos e assépticos que não se conformavam com a produção de um espaço moderno e normatizado para a cidade do século XX. É nesse sentido que, no final do século XIX e início do século XX, os becos e cortiços que ocupavam o centro da cidade tornaram-se um entrave social, justificando-se a necessidade de tornar o problema invisível. Para tanto, procedeu-se à remoção desses sujeitos para os então arrabaldes, lugares destinados aos pobres.

Nesse momento de fim de século, o beco foi identificado como o reduto das sociabilidades condenadas, era um espaço maldito da cidade, freqüentado pelos 'turbulentos' da urbe. A situação se definia tanto mais grave porque tais espaços estigmatizadores se achavam encravados no centro da cidade, que se encontrava em processo de renovação e saneamento, tanto técnico quanto moral. Verdadeiros 'lugares de enclave', eles ameaçavam a ordem, pois expunham, pela contigüidade inevitável e indesejável, o mau lado da urbe. Para os cidadãos da Porto Alegre ordenada e disciplinada que viviam no centro, o 'pecado' morava ao lado (PESAVENTO, 2001 (b), p. 98).



Figura 3- Malocas da Vila São José- em 1956.-
Fonte: Léo Guerreiro de Pedro Flores – Acervo do
Museu Joaquim Felizardo/Fototeca Sioma Breitman.

Os cortiços e becos simbolizavam o não aceito na sociedade. Constituíam a materialidade física e espacial das distinções, que eram ancoradas (MOSCOVICI, 2003) em representações que remontavam à promiscuidade, ao desleixo e à marginalidade. É a produção de um pensamento acerca do espaço que,

quando difundido e repetido, seja nos meios de comunicação ou no cotidiano, torna-se senso comum, verdade aceita e reproduzida. A representação aliena o mecanismo de distinção, naturalizando as diferenças sociais. Moscovici destaca que as representações são o ato de tornar o não familiar em algo familiar, então os modos de vida, as estratégias de sobrevivência que encontravam na materialidade dos espaços dos becos e cortiços sua possibilidade de reprodução são remetidas aos aspectos de subversão aos valores morais e sociais.

O contínuo movimento da cidade exigiu reajustes físicos, mentais e sociais. Na década de 1940, os então arrabaldes eram os setores de potencial desenvolvimento urbanístico. Contudo, havia, ocupando tais espaços, os pobres, decorrentes dos próprios processos de remoção anteriores e do vertiginoso crescimento populacional decorrente do êxodo rural.

A produção do símbolo dessa espacialidade concretizava-se na “maloca”. O símbolo como produto e sua força “(...) reside em sua habilidade para produzir sentido. Essa não é uma entidade descolada do mundo; refere-se sempre a alguma coisa fora de si, ou seja, a um objeto, e nasce pela ação de um ser humano” (JOVCHELOVICH, 1998, p. 71). Medeiros, enquanto contemporâneo desses processos, traz importantes elementos da produção das representações dos mesmos, abordando explícita ou implicitamente as malocas enquanto produtoras da desordem do espaço.

Em 1946 e especialmente em princípios de 1947 começou-se a observar o aparecimento de grupos mais ou menos numerosos de casebres em vários pontos da cidade.

Sempre existiram centenas de casebres e mesmo grupos localizados em determinados lugares. Mas por esta época (46-47) o fato apresentou características novas. A construção em massa em lugares determinados – terrenos baldios, margem de estrada, logradouros públicos – apresentou um ritmo acelerado, a ponto de aparecerem da noite para o dia verdadeiras vilas, que os próprios habitantes apelidaram de ‘vila de malocas’ (MEDEIROS, 1951, p. 15).

As Vilas de Malocas eram uma produção singular de espaço plenamente inserido na lógica de desenvolvimento, pois consistia em produto do mesmo processo. Contudo, não harmonizavam com o ideal de modernidade e progresso e ocupavam setores estratégicos para o desenvolvimento urbano da cidade. Constituíam o modo pelo qual um segmento social produzia a própria existência e o lugar, mas a cidade passava por um processo de intensas

transformações e ao crescimento populacional era atribuído o caráter de desorganizado, necessitando, portanto, de ordenamento. A pobreza tornava-se visível no modo de habitar, de ocupar a cidade, e a maloca era a materialização do processo. Assim como os becos e cortiços, as representações sociais das Vilas de Malocas eram ancoradas em fatos pejorativos, que tornavam ainda mais degradante a condição de vida desses sujeitos.

A distinção social não é apenas paisagística, não se reduz à forma, mas atravessa o direito de habitar, pautado por relações monetarizadas e normatizadas do acesso ao solo. Contudo, as Vilas de Malocas constituíam a subversão a esse sistema, ou seja, o ato de burlar a legislação e a negação da liberdade de ocupar a cidade.

É o espaço no âmbito mental de sua produção, em que suas representações estão contidas em uma trajetória de degradação do indivíduo. A produção social do espaço não possui uma única perspectiva, portanto, outra faceta das malocas constituía nas expressões das estratégias de habitar e sobreviver dentro do contexto social produtor de desigualdades. Tornou-se um símbolo de um determinado modo de vida.

Medeiros (1951) destaca que em 1949 havia 12 “vilas” (FIG. 4), e que as mesmas localizavam-se próximas a algumas importantes avenidas da cidade, como Protásio Alves, Bento Gonçalves, Farrapos, Cristóvão Colombo, João Pessoa, entre outras. A população, em sua maioria, era composta de migrantes do meio rural. Totalizavam aproximadamente 4558 malocas e 15.000 pessoas. No mesmo trabalho, são relacionados alguns fatores considerados causas do crescimento do número de malocas: falta de habitações para locação; carência econômica da população, que se refletia na falta de recursos para a construção, falta de incentivo para organizações privadas na produção de habitação; falta de conhecimento acerca da existência de poucas organizações privadas ou públicas que se destinavam à construção de habitações, falta de hábitos de poupança da população das malocas, falta de políticas administrativas e de um plano diretor eficiente; falta de espaços utilizáveis perto dos locais de trabalho, pois as vilas se localizavam próximas a esses locais ou às vias de transporte, falta de um amplo e eficiente sistema de transporte que possibilitasse a incorporação de novas áreas à cidade, uma suposta opinião pública favorável ao direito de construção da maloca e a especulação imobiliária em terrenos baldios (MEDEIROS, 1951).

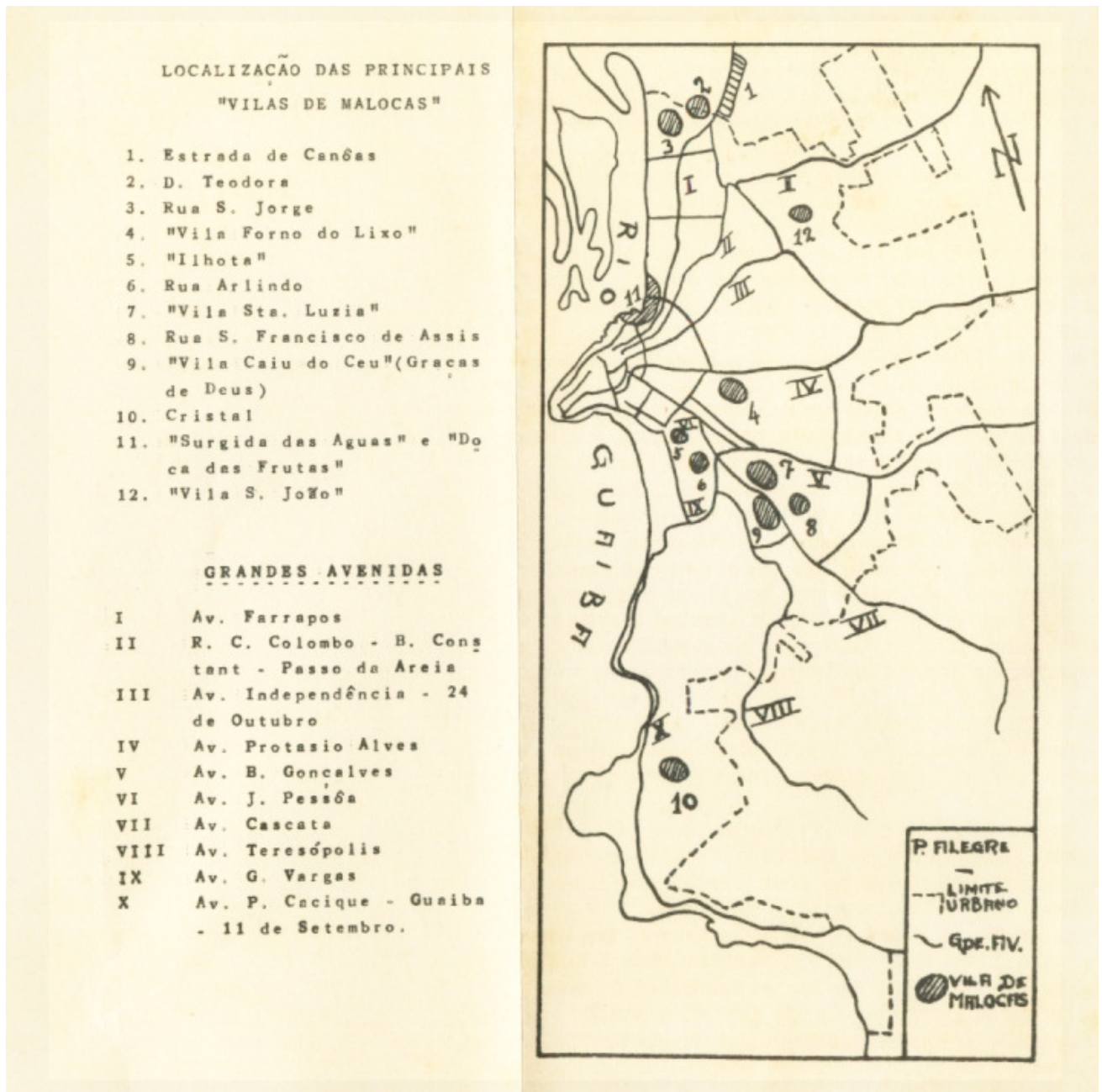


Figura 4- Localização das vilas de Malocas em 1951.
Fonte: Medeiros, 1951.

Dois agentes, o Estado e os habitantes das malocas, eram responsabilizados pela forma como a produção de habitação ocorria na cidade, sendo um problema percebido e concebido muito mais enquanto urbanístico do que social. Constatase a possibilidade de crescimento para outros arrabaldes, com integração pela incorporação de um sistema de transporte mais eficiente e abrangente, assim como a carência de planejamento urbano para a cidade, constituindo-se na política de tornar a pobreza invisível.

Tem-se a associação de imagens mentais, representações sociais, cultura, ideologia, como conceitos que integram e traduzem a realidade social, pois “(...) representação = imagem / significação. Em outras palavras, a representação iguala toda imagem a uma idéia e toda idéia a uma imagem” (MOSCOVICI, 2003, p.46).

Dentre as Vilas de Malocas, uma de destaque nesse imaginário, e da própria formação da Restinga, foi a Ilhota (FIG. 5), localizada próximo a Av. Ipiranga e Av. João Pessoa.

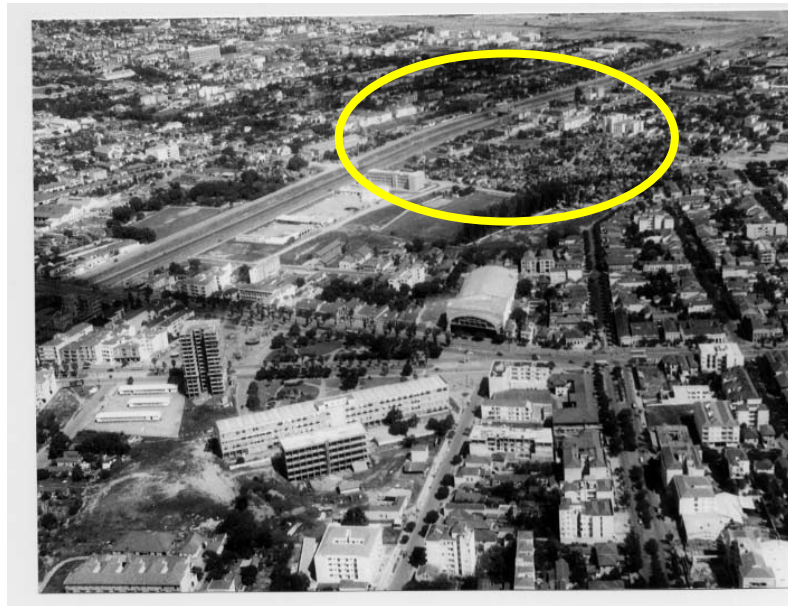


Figura 5 - Praça Piratini, João Pessoa, Jerônimo de Ornelas, Escola Julinho, Ilhota, Avenida Azenha – em 1963
 Fonte: Léo Guerreiro de Pedro Flores – Acervo do Museu Joaquim Felizardo/Fototeca Sioma Breitman.

O imaginário das malocas incorporava a idéia de contaminação, atribuindo ao modo de vida dos ‘maloqueiros’ uma questão patológica. A produção da alteridade a partir de valores morais é constante nas descrições das malocas, produzindo representações fortemente alicerçadas na condição de patologia.

Em breves palavras eis aqui a monografia dessa família. Reside numa casa tipo ‘inominável’ (...) é uma ‘malóca’ mal construída com alguns restos de madeira e os mais variados pedaços de latas enferrujadas; em forma de meia-água, com 2,10 m de altura na frente e 1,80 m nos fundos; tem 2,5 ms por 2,50 ms. de lado, isto é, 6,25 ms²; ésta superfície ainda foi subdividida, pois fizeram como que um quarto, sem porta, comportando exiguamente uma cama, que é a única ali existente [sic]. (MEDEIROS, 1951, p. 32).

Embora um produto ideológico a serviço do re-ordenamento espacial, o texto aponta para as condições das habitações. A precariedade é manifesta, contudo, não é identificada como um produto da sociedade, mas como algo intrínseco a essa população.

Nessa 'malóca', vivem sete pessoas: a mãe, cinco filhos e o amante de uma das filhas. Maior promiscuidade é impossível. T., que é a mãe, nasceu em Palmares, morou 20 anos em Osório, era casada, separou-se lá do marido para viver com outro, de quem teve os cinco filhos; veio a um ano para Porto Alegre, desde então está na 'vila'. Os filhos têm as idades de 17, 15, 10, 8, 7, 4 anos; homem é só o de 7 anos. A primeira filha amasiou-se aos 16 anos com V., de 28 anos, natural de Osório e aqui há um ano; moram na aludida 'malóca'; e a segunda aos quatorze anos passou a viver com um irmão de V., que aqui está também há um ano. Nesse ambiente vivem 4 crianças de 10 a 4 anos. Só o milagre impediria que estas criancinhas também não se pervertessem (...).E aquelas 125 crianças de 0 a 14 anos(...) vão adquirindo hábitos viciosos de toda sorte num meio vicinal e familiar onde apenas esporadicamente se cogita a existência das virtudes, mesmo aquelas básicas para o desenvolvimento pessoal e o bem estar social, e onde os exemplos e as condições materiais são as mais desfavoráveis à formação das novas gerações [sic] (MEDEIROS, 1951, p. 32-3).

As representações são produções vinculadas ao conhecimento presente no senso comum, que podem atuar revelando ou ocultando o fato social. Podem ser analisadas associadas ao ato de interpretação ou como produção de conhecimento, presente no cotidiano dos sujeitos e nas esferas acadêmicas e institucionais. A produção das representações das malocas foi útil, pois desempenhou um papel ideológico na produção da distinção dos sujeitos a partir de sua localização no espaço social. O discurso determinista na construção das alteridades e a permanência da degradação que percorre as gerações, contaminando-as são elementos da representação das malocas.

Prescindindo de todos os riscos para a saúde pública e inconvenientes para a beleza urbana, devemos considerar o que essas 'vilas' significam para as novas gerações que nelas surgem: numerosos indivíduos que não participam razoavelmente do bem comum que a sociedade deve assegurar; indivíduos que se acham num estado invencível de miséria material, cultural e moral, sem que a sua condição seja encarada à luz de conhecimentos científicos e técnicos, das ciências sociais e das ciências práticas, com que os administradores modernos podem contar; novas gerações, em fase de propagação, que podem contaminar pela repercussão em cadeia toda a estrutura social e moral da nação. Si a vizinhança é fato sobremodo importante para a formação do individuo e da sociedade, quer pelo que importa ao aspecto positivo do desenvolvimento pessoal e social, que pelo aspecto negativo da degradação e da contaminação, as 'vilas de malócas' infelizmente são fatos que se apresentam sobre este último aspecto [sic] (MEDEIROS, 1951, p.66-7)

As representações presentes no texto constituem uma produção intelectual, reproduzida no senso comum e nos meios institucionais, corroborando com a perspectiva de um planejamento urbano pautado na segregação social. A questão era apresentada como um problema intrínseco à condição de morador da maloca e, um obstáculo ao desenvolvimento urbano. Têm-se os pressupostos para a política de remoção das malocas, pois configurava um atraso ao processo da modernização e uma patologia social. As representações desses espaços foram imprescindíveis para aplicação das políticas de remoções que iniciariam no final da década de 1960. É a partir dessa conjuntura que o poder público deu início à substituição dessas habitações e a promoção de programas urbanísticos, com a ampliação da rede viária e produção de habitação destinada à classe média.

1.2.1 DA VILA DE MALOCAS À PERIFERIA: A INVENÇÃO DO ESPAÇO

A remoção das malocas serviu ao interesse estratégico da especulação imobiliária, produzindo novos solos para a comercialização, alterando a paisagem a partir do ideário de desenvolvimento urbano. Esses processos de transformação destruíram e recriaram novas formas, com novas funções, e a Restinga constituiu uma das novas espacialidades da cidade. Sua constituição envolveu os planos do percebido, concebido e vivido, que ocorreram a partir de oposições e conflitos (entre os moradores das malocas e o poder público). Na produção do espaço Restinga, é explícita “(...) a contradição entre as estratégias do Estado (visando à reprodução do capital e a produção de um espaço dominado) e os usos do espaço (objetivando a reprodução da vida) (...)” (CARLOS, 2001, p. 17). Constitui a intencionalidade da ordem distante se projetando no espaço, alterando a morfologia urbana e, conseqüentemente, as práticas socioespaciais. É um processo de criação e destruição, metamorfoseando a forma, a função e a estrutura e intensificando a fragmentação do solo. A produção de formas da urbanização ocorre no intuito de gerar as condições para a reprodução do capital. Nesse sentido a cidade é consumida intencionalmente. A criação da Restinga, em 1967, fez parte desse

processo envolvendo múltiplos planos e incidindo no lugar, alterando o espaço e as vidas.

A noção de malocas foi constantemente associada a adjetivos que remetiam à condição de guerra⁸ ou enclausuramento, como pode ser observado nos jornais da época: “Célio⁹ vai confinar as malocas. Conforme determinação do prefeito tôdas as malocas existentes atualmente em zonas residenciais serão removidas e confinadas em uma gleba de terra adquirida pela Prefeitura na Estrada da Restinga... [sic]” (ZERO HORA, 17 de nov. 1966, p. 2)¹⁰.

A consolidação das representações sociais das malocas e do progresso produziu um consenso acerca das remoções da população dessas vilas, que tiveram intenso crescimento em núcleos e em população durante as décadas de 1960 a 1970¹¹ (TAB 2). Em 1973, Porto Alegre possuía 124 núcleos irregulares, com 20.152 malocas, 22.336 famílias e 105.833 habitantes (DEMHAB, 1973). A amplitude da questão atingia níveis que não podiam mais ser ignorados; contudo, permanecia a associação da questão social a patologias e, enquanto herança social, aspectos presentes não apenas no senso comum, mas também no âmbito do planejamento, presente em materiais técnicos de autarquias municipais. “As malocas em Porto Alegre já ultrapassaram a fase migratória do fenômeno e encontram-se há algum tempo em outra mais avançada em que o favelamento é auto-perpetuável” (DEMHAB 1973, p. 34).

⁸ Nessa mesma época ocorria a Guerra no Vietnã, freqüentemente alarmado nos jornais como a 3ª Guerra mundial.

⁹ Célio Marques Fernandes, prefeito de Porto Alegre no referido ano.

¹⁰ Todas as referências a jornais entre as décadas de 1960 e 1980 foram possíveis graças ao trabalho de Moraes (2008), que fez uma ampla pesquisa nos veículos de comunicação e em demais fontes acerca da produção e/ou regularização do solo em áreas de propriedade do DEMHAB, assim como em demais áreas em que a autarquia tem atuado.

¹¹ Segundo o DEMHAB (1973), a população de Porto Alegre triplicou entre 1940 e 1970, sendo 272.232 na primeira e 888.545 habitantes na segunda.

TABELA 2 – Dados sobre a população das Vilas de Malocas¹²

Especificação	1951	1965	1972
Núcleos	41	56	124
Malocas	3.965	13.588	20.152
Famílias	4.636	15.326	22.336
Habitantes	16.303	65.595	105.833
Famílias Agregadas	671	1.738	2.184
Índice de coabitação	14.47%	11.34%	9.78%
Pessoas por maloca	4.11	4.83	5.25
Pessoas por família	3.52	4.28	4.74
Filhos por família	1.68	2.30	2.61
Filhos	7.799	35.250	58.323

Fonte: DEMHAB, 1973, p.9.

O desfavelamento consistiu em retirar núcleos habitacionais de baixa renda de alguns setores, que sob o pretexto da promoção e saneamento urbanos produziu novos contextos. Foi então agregado novo solo à cidade, cuja finalidade era de abrigar a população das malocas. Os principais locais de recebimento dessa população foram a Restinga, que na época pertencia ao bairro Belém Novo, e a Mapa, que pertencia ao bairro Lomba do Pinheiro.

Um dia surgiu a avenida. Já existia, mas agora tornara-se a AVENIDA... Iluminação a mercúrio. Uma beleza. Mas iluminada demais, ressaltava a feiúra das malocas. Era preciso removê-las e rapidamente. Os caminhões surgiram. Ninguém sabia o que era a tal Restinga, para onde iriam todos compulsoriamente... Um passarinho informara que seria uma espécie de Vila Mapa... Um pouco aborrecidos, um pouco esperançosos, lá se foram eles... Quilômetros e quilômetros de estrada e ao final o deserto... (FAILLACE, Zero Hora, 18 maio. 1967, p. 12-3)

As malocas constituíam uma escrita na cidade, materializavam-se no traçado, na moradia, nos modos de vida, com personagens e histórias. Contudo, eram percebidas e classificadas de acordo com códigos estéticos, morais e científicos. As representações sociais das malocas e seus moradores identificavam o modo de vida e as próprias estratégias de sobrevivência como desajustados à cidade formal.

A cidade, enquanto espaço social, é consumida de acordo com a participação nos códigos e o desajuste passou a ser tratado como patologia, o que corroborava com a legitimidade da eliminação das malocas e a proposta de

¹² A tabela é aqui utilizada como está na publicação da autarquia. Contudo, correções são necessárias, como as datas dos levantamentos, sendo respectivamente: 1951, 1964 e 1973 (MORAES, 1999).

ressocialização de seus habitantes. Esse imaginário era alicerçado em dados objetivos, sensíveis à percepção, como a própria maloca, e a dados subjetivos, como valores e moralidade. Pesavento, referindo-se aos becos, é elucidativa também para o imaginário das vilas de malocas:

Dentro da cidade, há uma má cidade que se encerra. A urbs moderna constrói as suas muralhas internas, simbólicas, mas nem por isso menos sólidas que as antigas, de pedra. Elas são estruturadoras de comportamentos, imagens, discursos discriminatórios. O outro, o perigoso, o indesejado, habita o intramuros (2001 (a), p.26)

De forma descontextualizada, as concepções vigentes enclausuravam os moradores das malocas na condição de inferioridade e a política pública de remoção e urbanização atuaria no intuito de retirar a condição de “maloqueiro” desses sujeitos. Associava-se à população e à problemática social a desvios que se materializavam na estratificação social, na forma de ocupação do solo, na inserção no mercado de trabalho (formal e informal) e na esfera cultural, a partir dos modos de vida. A sociedade é segmentada de acordo com a participação na cidade formal.

A solução da problemática reduzia-se à reeducação e acesso ao lote, pois, segundo os ditames morais e sociais, essa população não estava apta a viver em sociedade. É a constituição do imaginário que legitimou o processo de remoção, como pode ser observado a seguir: “O prefeito informou que é pensamento da administração municipal seguir o plano de Vilas de Triagem, onde o elemento seria educado para co-habitar” (ZERO HORA, 27 de fev. 1969, p. 2).

Associado as políticas de urbanização, tem-se a limpeza social de setores da cidade, processo que corresponde à racionalidade presente na lógica de classe, ou segundo Lefebvre (1999), à sócio-lógica ou ideo-lógica atuando na produção e fragmentação do solo urbano. As transformações físicas são acompanhadas por essa ideo-logia, pela produção de representações sobre os espaços e os sujeitos. É nesse sentido que as vilas de malocas são associadas à marginalidade, precariedade e à não inserção dentro dos códigos de uma sociedade normatizada. Simultaneamente, a maloca contaminava e era contaminada por atos desviantes, que passavam de geração a geração, dada a promiscuidade do meio. A dominação se expressa de forma concreta no acesso ao solo e na forma subjetiva, nas estratégias que utilizam o universo simbólico para manter o controle, intensificando as alteridades.

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções (BOURDIEU, 2007 (a), p. 10).

Na manutenção do sistema de desigualdades, a maloca, enquanto expressão do habitar do segmento pobre, foi reduzida ao seu aspecto material e na não inserção na cidade que se almejava produzir. A produção das malocas está intrincada ao sistema de produção e à modernização do país, que teve, entre suas conseqüências, o êxodo rural (TAB. 3). Por outro lado, o sistema urbano incorporou parcialmente esse segmento, aproveitando a mão-de-obra barata, inserindo-os no mercado de trabalho informal. É nesse sentido que se deve desvincular a diferenciação social, materializada no acesso formal ao solo urbano, das possibilidades de consumo, que naturalizam, ocultam, dominam e perpetuam a estratificação social. O urbanismo, oculto na ideo-lógica, seria a solução para as patologias da cidade, pois “(...) saberia discernir os espaços doentes dos espaços ligados à saúde mental e social, geradores dessa saúde. Médico do espaço, ele teria a capacidade de conceber um espaço social harmonioso, normal e normalizante” (LEFEBVRE, 2006, p. 43).

TABELA 3: Famílias imigrantes em Porto Alegre

Naturalidade	1951	%	1965	%	1972	%
Porto Alegre	1.039	22.41	2.797	18.25	6.315	28.27
Interior do Estado	3.374	72.78	10.645	64.46	14.166	63.42
Outros Estados	221	4.77	1.878	12.25	1.847	8.27
Outros Países	2	0.04	6	0.04	8	0.04
Totais	4.636		15.326		22.336	

Fonte: DEMHAB, 1973, p.12.

A percepção dos espaços é efêmera e mutável, pois no movimento contínuo de escrita do urbano, as áreas de remoções foram re-funcionalizadas e agregadas à cidade formal e desenvolvida. Constituiu-se sob um conjunto de fatores materiais e simbólicos, que alteraram a representação do espaço, dado que o mesmo ocorre a partir das relações sociais, as quais foram violentamente alteradas.

Para a população removida, fazia-se necessária a adequação mental e emocional à nova condição. Por fim, foi também de caráter social, pois novas estratégias se fizeram necessárias, assim como novos laços de vizinhança, dada a junção de vilas distintas em um mesmo lugar.

De um lado têm-se vidas e cotidianos, a ordem próxima, de outro, tem o interesse do Estado e do capital, a ordem distante. A cidade passava por um momento de transformações radicais na forma e estrutura da rede urbana. Empreendeu-se a articulação da rede viária, que visava ampliar a circulação, os programas do DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento) para contenção de cheias e a produção de habitações. Para o novo modo de vida urbano, pautado na velocidade, circulação e assepsia, as sub-habitações eram entraves, ocupando áreas de interesse e cujas imagens eram contrárias ao novo modo de vida, pois “(...) o urbano é mais que um modo de produzir, é também um modo de consumir, pensar, sentir; enfim, é um modo de vida (CARLOS, 1994, p. 84).

A produção física de um espaço racional, integrado e asséptico é acompanhada da representação dessa produção e da incorporação de um *habitus* (BOURDIEU, 2007 (a)), um modo de vida que insira os sujeitos nessa nova temporalidade. Contraditoriamente, a modernidade e o progresso impuseram a segregação social que se concretizou nas políticas de remoção, legitimada pela própria modernização da cidade. Um dos momentos de remoção das malocas foi devido à ampliação de algumas avenidas, a exemplo da Princesa Isabel e da Guilherme Alves, como segue:

O Departamento Municipal de Habitação [declaração do então diretor da autarquia, Milton Pozzolo] iniciará hoje a remoção das malocas que estão impedindo o prolongamento da Avenida Princesa Isabel, próximo à Avenida Ipiranga. Cerca de 80 casebres que impedem o prolongamento d'aquela artéria que por coincidência é a rua da sede do DEMHAB, serão removidos para a Restinga, onde já se encontram os moradores que habitavam a Ilhota (ZERO HORA, 10 jul. 1967, p. 14)

O Departamento Municipal de Habitação prossegue na tarefa de remoção de casebres de diversos pontos da cidade. O Sr. Milton Pozzolo de Oliveira, diretor da autarquia, vem de oficiar ao prefeito Célio Marques Fernandes, para informar da ordem de remoção de 17 casas da rua Cabral e que se achavam precisamente no leito da via pública. Por sua vez, da rua Guilherme Alves, também leito do logradouro, foram transferidas 20 malocas, a fim de permitir a continuação dos trabalhos de ligação da via pública com a Avenida Ipiranga. (CORREIO DO POVO, 11 nov. 1967, p. 10)

Nota-se que são recorrentes termos que indiquem o conflito entre os diferentes segmentos sociais devido ao uso ilegal do solo urbano, denotando a construção do senso comum enquanto população intrusa. O desenvolvimento urbano transformou lugares e vidas. Situação semelhante ocorreu com a construção da perimetral, a *Free-way* e a BR 290, como segue na reportagem:

Enquanto aguardava a hora da partida para São Paulo, o sapateiro João de Brito, a mulher e oito filhos continuavam morando na casa de número 584, na rua Avaí, desapropriada há alguns anos pela Prefeitura. Ontem os funcionários da companhia demolidora mandaram que os moradores se retirassem e, sem maiores explicações, começaram a destelhar o quarto do sapateiro João. É a perimetral que não pode esperar, arrasando as casas da Avaí, sem o menor interesse pela sorte dos moradores. (ZERO HORA, 16 jul. 1969, p. 11).

Em “Malocas da rua Avaí vão para a Restinga” (ZERO HORA, 16 jan. 1970, p. 9), destaca-se a constituição da legitimidade da remoção frente a população, pois a associação entre os maloqueiros e os aspectos relacionados à contravenção eram diretamente relacionados.

Um grupo de maloqueiros, remanescentes da vila que existia nas imediações do início da futura avenida Perimetral, entre a rua Avaí e Travessa do Carmo, estão sendo transferidos para a Vila Restinga, próximo a Belém Novo. Com a medida, recentemente adotada pelo Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), fica solucionado um grave problema social existente na zona central. O grupo de malocas produzia mal-estar entre os habitantes do local, que se queixavam de roubos atribuindo sua autoria aos maloqueiros [sic].

Foram removidas famílias de diversas vilas, sendo motivação constante do discurso da modernização, com o desenvolvimento de avenidas, estradas e novas zonas de habitação, distintas das malocas, como pode ser observado em Zero Hora (23 jan.1973, p. 6).

O diretor do DEMHAB, Norman de Paula Arruda informou que dentro das prioridades determinadas pelo prefeito Thompson Flores, estão sendo removidas cerca de 1.300 malocas para a Vila Velha Restinga e para terrenos próprios dos interessados. São 800 malocas existentes na Vila Santa Luzia, que será totalmente limpa para dar lugar a construção de unidades habitacionais para os municipais; 300 malocas que estão ao longo da Avenida Ipiranga e mais 200 da Vila Teodora. Além dessas, vai ser realizada a remoção de 700 malocas da Avenida Dique II, cuja área é necessária para que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) possa executar os trabalhos de implantação e asfaltamento da BR 290, visando a ligação com a free-way.

Outro momento que relaciona a produção de obras de infra-estrutura, modernização e remoção são os projetos do DNOS. As obras do DNOS implicaram em inúmeros re-assentamentos para a Restinga, destacando-se as obras de canalização do arroio Dilúvio, a construção da Avenida Ipiranga, o dique de proteção da Vila Sarandi, as casas de bombas no bairro Navegantes, o aterro da Praia de Belas, o Dique Navegantes e o viaduto do Navegantes. (CORREIO DO POVO, 25, nov. 1967)

Constantemente, as remoções são relacionadas à limpeza, à assepsia e ao ordenamento, elas vinham “libertar” a cidade da proximidade com a pobreza manifesta nas Vilas de Malocas.

Está sendo totalmente limpa a zona das proximidades da Ponte sobre o Guaíba, com o trabalho de remoção de malocas adquirindo um ritmo elogiável. A remoção , que é feita pelo DEMHAB, visa a rápida conclusão do trevo de acesso, à ponte e, ainda a complementação das obras contra a seca do DNOS. De outra parte, o Departamento Municipal de Habitação, vem removendo malocas da faixa esquerda de quem vai do centro da Avenida Ipiranga. [sic] (CORREIO DO POVO, 06 set. 1968, p. 7)

Quando a pobreza é explícita, a solução é escondê-la. A precariedade era uma realidade material e social, o que intensifica a perversidade da redução a uma questão estética. Essa condição é perceptível em “Malocas: o feio da avenida vai sair”, nota de fotografia (FIG 6) da Zero Hora .



Figura 6- Fotografia das malocas da Avenida Ipiranga.
Fonte: Zero Hora, Porto Alegre, ano 6, n.1599, 11 ago. 1969, p. 3.

Procedeu-se a uma radical alteração da cartografia da cidade, que através do ideário de modernização promoveu de um lado a incorporação de setores considerados como deteriorados e ausentes de urbanização e, de outro, criou áreas que, de forma contraditória ao suposto ideário, permaneceram um longo período com profundas ausências de infra-estrutura urbana. Revela-se, portanto, a falácia do lema do programa: “Remover para promover”, pois o eixo de desenvolvimento e geração de empregos predominava no centro administrativo, que devido a sua localização torna-se de fácil acesso aos municípios da região metropolitana e da zona norte, em contato com as vias de ligação com o norte do país (BR 101) e com o sul do estado (BR 290). A zona sul do município de Porto Alegre, local de acolhimento da população removida era predominantemente rural assim como Viamão, município vizinho.

Destacam-se, na formação do bairro Restinga (TAB 4), a Vila Lulu, que teve suas remoções iniciadas em 1969, a Vila dos Marítimos e a Vila Santa Luzia (FIG. 7), nas quais feitas remoções em 1970, Vila Maria Degolada, ou Vila Maria do Golpe, ou Vila Maria da Conceição, em 1971. No período de 1969 a 1974, foram removidas pela prefeitura de Porto Alegre 11.027 malocas, totalizando 48.194 pessoas, das quais algumas foram deslocadas para terrenos próprios, e outras para áreas de recebimento dessa população, sendo que 10% das remoções tiveram como destino a Restinga Velha. Foi uma política intensiva, removendo aproximadamente duas mil malocas e 8 mil pessoas por ano (ZERO HORA, 24 jan. 1975).

TABELA 4: Núcleos e vilas removidos¹³

Nome	Malocas	Nome	Malocas
Vila Secular	47	Av. Ipiranga	119
Ilhota	1004	Rua Barão de Bagé	18
Antigo Prado	13	Passo do Lami	12
Ilha do Pavão	79	Cristal	11
Assunção	24	Piratini	7
Rua Cabral	37	Beco do Salso	46
Vila Areia e Outras	384	Vila Dique I	20
Beco do Butiá	11	Vila Dique II	264
Colégio Parobé	7	Vila Dique III	2
Vila Ipiranga	176	Vila Marítimos	833
Vila Languiru	30	Vila Teodora	623

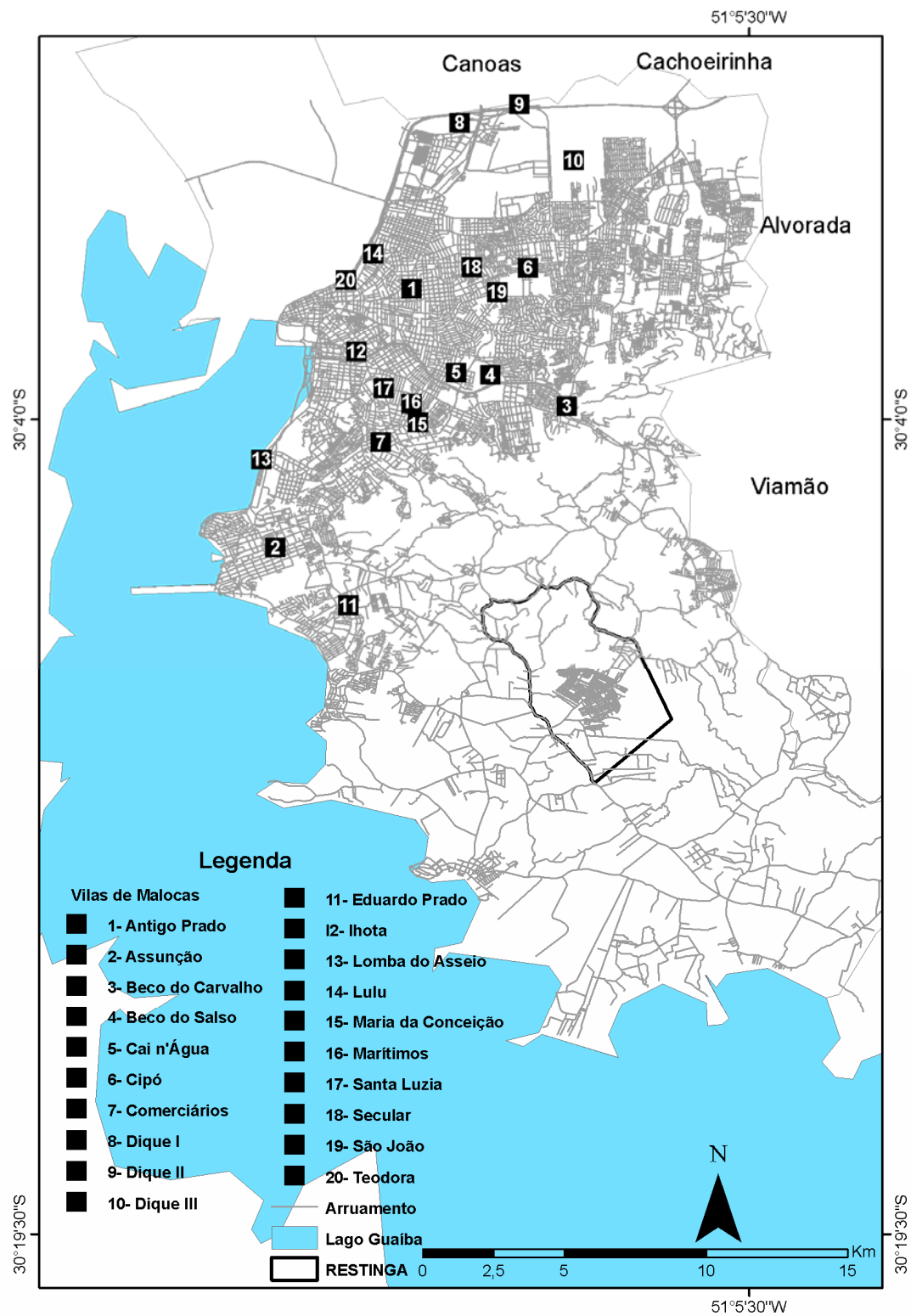
Fonte MORAES, 2008.



Figura 7- Vila Santa Luzia – em 1956

Fonte: Léo Guerreiro de Pedro Flores – Acervo do Museu Joaquim Felizardo/Fototeca Sioma Breitman.

¹³ Essas informações foram reunidas e correspondem ao relatório do DEMHAB de 1968 e de 1971. Não contemplam a totalidade da problemática, mas apresentam alguns elementos para a reflexão. Tais remoções não foram todas re-assentadas na Restinga.



Mapa 3 – Localização das Vilas de Malocas que originaram a Restinga Velha
 Fonte: Nola Gamalho ¹⁴- 2008.

¹⁴ Compilação feita a partir de Moraes, 2008 e DEMHAB, 1973.

1.3 RESTINGA: VELHA RESTINGA, RESTINGA VELHA

No início, era apenas Restinga, novas alteridades seriam produto da produção do espaço concebido com a criação da então Nova Restinga. Mas o que era a Restinga? Era ausência de tudo, precariedade superior que a vivenciada nas malocas, pois eram as mesmas, com o diferencial do novo lugar, reduzindo o promover ao mero discurso. Contraditoriamente, era também presença de pessoas, de histórias de vida, de opressões. A área do bairro foi adquirida em 1966¹⁵, sendo primeiramente denominada como Restinga e, com a criação da Primeira Unidade Vicinal da Restinga Nova, passou a ser reconhecida como Velha Restinga; atualmente, é chamada de Restinga Velha.

A criação do bairro significou a emergência de uma situação que articulava elementos da espacialidade da conjuntura das vilas de malocas e da periferia. Junto com o morador veio a materialidade do estigma, a maloca, em que tanto a condição da habitação quanto do sujeito, o maloqueiro, constituíam uma espécie de “herança”, material e simbólica, que se sobrepunha à nova condição.

O espaço Restinga foi artificialmente criado a partir da ordem tecnocrática de uma corrente de pensamento que se colocava como racional e modernizante, re-projetando a conjuntura social, cuja manifestação teve materialidade na segregação socioespacial. Oculta na ideologia da higienização, havia a contradição do programa de urbanização, que incluía e excluía os sujeitos, definindo quem partilharia dos benefícios da cidade moderna.

Em “Restinga, uma ‘vila’ ao abandono” (FAILLACE, Zero Hora, 18 maio. 1967, p. 12-3), tem-se explícita a contradição entre o discurso modernizante e a realidade posta no bairro:

Restinga, a nova Ilhota
 Vocês conhecem a Restinga? Quarenta minutos de jipe, quarenta centavos novos de ônibus... A Restinga não é uma vila, nem uma granja, nem um loteamento. Não é coisa alguma. Um deserto. Areia fina e seca, côr de cinza. Nem capim, nem árvores... capões de arbustos secos, também cinzentos, barbas de pau, plantas em agonia, uma sanga esverdeada de limo... Nem luz, nem água, nem comércio, nem hortas, nem indústria... nem trabalho. (...) A Restinga não tem coisa alguma. Isto é, tem gente. E

¹⁵ Decreto n. 3.416, de novembro de 1966, desapropriava terras de Ester Silveira na então estrada da Restinga.

malocas. Favela da Ilhota, que na solidão da Restinga tornou-se cinco vezes favela. Acabada a vantagem do comércio camarada da zona, que fiava por semana, e até por quinzena... Acabada a vantagem da patroa compreensiva, que dava roupa velha e restos de comida para a faxineira... Acabada a vantagem dos lavados de roupa... Acabada a vantagem das reformas de vestidos... Acabada a novela ouvida no rádio do vizinho... Acabada a consulta à Santa Casa... Acabada a Feira Livre... Acabada a escola... Acabados os médicos, a farmácia, a Polícia, os bombeiros, os vizinhos... (FAILLACE, Zero Hora, 18 maio. 1967, p. 12-3)

O universo de relações sociais foi fortemente alterado, as estratégias de sobrevivência consolidadas foram perdidas e novos grupos, distintos, tiveram que se reordenar em um espaço marcado pelas ausências e pela distância.

A água é fornecida de oito em oito dias por carros-tanques, que enchem as pipas públicas e as três ou quatro caixas d'água que existem... Água exposta a todas as contaminações. E quando o carro atrasa mais de quinze dias, eles bebem água da sanga... Em desespero de causa, os moradores tentaram perfurar poços por conta própria... só encontraram barro... A escola fica a mais de três quilômetros de distância e os pequenos que não podem caminhar tanto, perderam o ano... Os grandes perderam os empregos... (FAILLACE, Zero Hora, 18 maio. 1967, p.12-3)

Ora, o mal-estar gerado pela explicitação da pobreza nas malocas e pessoas tornava-se invisível pela distância, e o objetivo de constituir uma cidade moderna e urbanizada tornava-se explicitamente seletivo ao relegar a população das remoções a condições mais insalubres do que as vivenciadas anteriormente às remoções.

Não são nem uma, nem duas as mulheres e as crianças que somaram seus esforços para reerguer, canhestramente, as velhas malocas, com as mesmas tábuas podres, os mesmos caixotes quebrados, os mesmos pregos tortos e enferrujados, usados inúmeras vezes... As casas [FIG 8] são bem ventiladas, é preciso dizer-se...Algumas só tem três paredes, abertas como cenários teatrais, expondo escandalosamente a miséria de seu interior. Nas paredes levantadas, a média é de dois a três centímetros de folga entre uma tábua e outra... A chuva é pródiga. E , depois de uma tempestade, não há mais colchão nem roupa seca, nem corpo seco, de velha, velho , moça, moço, criança ou bebê. E não há mais tábuas, nem telhas, nem pregos para consertar os buracos (FAILLACE, Zero Hora, 18 maio. 1967, p.12-3).

As representações sociais sobre o bairro Restinga originaram-se na articulação das representações já constituídas acerca das malocas com a constituição da periferia: lugar distante, carente de infra-estrutura e preenchido por uma população marginalizada. “Na Vila Dique, quando se fala em Restinga todo mundo pensa um pouco, coça o tornozelo esquerdo com os dedos do pé direito e

acaba dizendo que seria bom, se não fosse tão longe” (ZERO HORA, 20 fev. 1970, p. 2). A distância social foi sobreposta à distância física, e o bairro, um enclave em meio a uma área rural.



Figura 8 - Casas na Restinga Velha.
Fonte: FAILLACE, Zero Hora, 18 maio. 1967, p.12-3.

A mídia atua como instrumento de disseminação de formas de pensar, mesclando representações de várias origens, do lugar, as ideologias do urbanismo... Em 1968, noticiava-se o bairro a partir dos elementos de precariedade e marginalidade: “Morte e desespero é só o que sobra na Restinga” (ZERO HORA, 25 jan. 1969, p. 13.). As palavras exercem importante função no processo de ancoramento das representações sociais, agregando significados às mesmas, construindo os lugares do medo. Nesse sentido, o uso de termos como *vietcong* atua na ligação do espaço à condição de guerra, violência e ausência de uma ordem legitimada.

(...) São cinco mil pessoas divididas em dois setores. Um de casas novas, o outro de malocas. A parte de casas velhas é chamada ‘vietcong’, os que lá moram esperam sempre a conclusão de casas do setor novo, onde têm que pagar NCr\$ 11,00 por mês durante 15 anos, até serem proprietários. Mas a grande maioria não tem trabalho, não pode pagar mensalidade da casa própria. Quando procuram emprego e declaram onde moram, são mandados embora, pois, ‘na Restinga só mora ladrão’. (ZERO HORA, 07 dez. 1968, p. 13.)

Juntamente com a constituição da Nova Restinga tem a produção das alteridades vinculadas ao não acesso da população das malocas às novas moradias, além das disposições financeiras dos moradores da Velha Restinga, que era identificada como Vietcong, alusão à distância social que se constituía internamente no bairro.

A população sofria devido a remoção, o distanciamento do mercado de trabalho e o estigma vinculado à sua condição social. O processo de remoção foi marcado por forte repressão, dado que o direito de habitar a cidade ocorre pela posse formal da terra, fator primordial do pertencimento diferencial à cidade. Os habitantes das Vilas de Malocas não tinham o direito formal ao solo urbano, constituíam-se em ocupações e, portanto, não participavam do mercado do solo urbano enquanto consumidores do mesmo. A alteridade posta no reconhecimento da legitimidade de estar no espaço justificou o processo de remoção. A irregularidade foi associada a um desajuste social, constituindo a distância física e o isolamento as soluções para não contaminar a sociedade e re-socializar essa população.

Vila Restinga simbolizou, dentro da problemática habitacional de Porto Alegre, uma espécie de 'campo de concentração', para onde eram levadas as famílias residentes em núcleos irregulares. Quando o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) adquiriu a área, propôs-se transformá-la em local de triagem, isto é, um lugar onde os moradores receberiam orientação técnica para a elevação de seu 'status social'. (ZERO HORA, 29 set. 1970, p. 3)

A hierarquização social impôs-se espacialmente na política de remoções, em que, a partir da legitimidade de ocupação formal e ditames morais, remetia o viver da população das Vilas de Malocas à condição de desajuste social. Essa sistemática de construção foi reproduzida no decorrer da década de 1970 e recorrente nos veículos midiáticos: "Combate aos loteamentos clandestinos" (ZERO HORA, 23 mar. 1972, p. 3).

A periferia é então construída, física, a partir dos re-assentamentos, pela ausência de infra-estrutura, saneamento, serviços públicos, social pela proximidade forçada, dado o assentamento de famílias de diversas vilas, pelas estratégias de sobrevivência que perpassavam as relações de proximidade; e mental, a partir das inúmeras representações do espaço, vinculando-o ao confinamento de segmentos desajustados da sociedade.

A urbanização enquanto modo de vida, que envolve políticas públicas supostamente de melhoramentos para a sociedade, atinge apenas seletivamente a cidade. A localização do bairro no extremo sul, em um contexto de faltas, de distância do mercado de trabalho, associado à morfologia, que, além da existência de morros, é próximo ao lago Guaíba, tornando menos densa a estrutura viária, é elemento que corroborava para o confinamento e a segregação dessa população. Oculto na ideologia, tem-se a própria produção da existência do segmento mais empobrecido, cuja condição social é ainda mais encoberta na própria malha urbana.

O então diretor do DEMHAB, afirma que a área que abrigaria as malocas estava integralmente urbanizada para receber os maloqueiros (ZERO HORA de 16 jan. 1967). Aproximadamente um mês depois, em reportagem do mesmo jornal no dia 14 fev. 1967, assume-se que a área ainda não possuía energia elétrica, nem água, mas que em trinta dias esses problemas seriam solucionados. Em 22 ago. 1968, DEMHAB afirma que a implantação de energia elétrica foi encaminhada e que seriam escavados poços artesianos. No início de 1969, a situação ainda era precária, não existia iluminação pública, a qual seria efetivada em setembro do mesmo ano. Ainda em 1969, começam as obras de implantação da rede de abastecimento de água para a Velha Restinga e a Restinga Nova; contudo, apenas a segunda teria a ligação domiciliar, iniciando também a produção de alteridades internas. (MORAES, 2008).

As palavras, quando disseminadas sem consistência, perdem o sentido, e o Estado, a credibilidade. Contudo, atingem as existências das pessoas, cujas histórias de vida são marcadas pela supressão do direito à cidade. O imaginário de modernização e progresso, associado à política de urbanização, é contraditório ao direito universal à cidade. A reportagem da Zero Hora, de 25 fev. 1967, alerta para a existência de apenas quatro ônibus responsáveis pelo percurso para a Restinga, mas que em dois dias esse número aumentaria. Ainda em 1968, o problema persistia, não havendo ainda ônibus após as 21 horas (MORAES, 2008). O sistema de transporte foi, durante longo tempo, outra falácia e deficiência que contribuía para o confinamento dessa população.

A Restinga Velha foi o primeiro momento de constituição do bairro, marcada pela distância, ausências e constituída por sujeitos marginalizados pela sociedade. As dificuldades fizeram parte da história das pessoas, do pai, da mãe, do homem, da mulher, que passaram a ocupar um espaço rural, a percorrer uma

distância muito maior, dependentes de um sistema de transporte oneroso e precário. A Restinga “acabou fazendo a limonada do limão, mas levou 40 anos para fazer isso” (BIFFIGNANDI, Fernando¹⁶).

Pensar a Restinga hoje como periferia envolve muito mais o campo das representações sociais do que propriamente a posição geográfica do bairro. Embora a distância física seja a mesma de sua formação, a sensação de isolamento é que foi alterada. Alguns elementos, como o avanço tecnológico, presente principalmente nas tecnologias de comunicação, a ampliação do tecido urbano em direção à zona Sul da cidade e a melhoria dos transportes alteram a sensação do espaço-tempo. Nesse sentido, a dicotomia centro-periferia não é mais suficiente para compreender algumas dinâmicas socioespaciais.

Atualmente, a Restinga é mais ampla e complexa que a dicotomia entre Velha e Nova; essa envolve outras áreas, ocupações e loteamentos. As representações acerca do maloqueiro foram re-projetadas na periferia, do “vileiro”. Contudo, a produção do espaço seguiu e sua complexidade torna ambíguo o termo periferia, que assim como a Maloca e o Maloqueiro, revela e oculta as intencionalidades presentes na produção de suas representações.

Os avanços tecnológicos não são homogêneos no espaço, e o acesso a um mundo “veloz” é seletivo. Uma significativa parcela populacional não transpõe a barreira física da distância, vivenciando-a cotidianamente, nas trajetórias diárias, no transporte público que conduz um número de passageiros superior a sua capacidade, na carência de ambientes de lazer, na fragilidade das infra-estruturas. Esses aspectos coexistem, e é a partir das trajetórias dos moradores que na periferia é composta uma espacialidade física e mental, cuja forma revela uma sociedade desigual.

A Restinga possui alguns elementos que a identificam com a periferia: (a) encontra-se distante do centro da cidade, com menor densidade das vias de acesso; (b) predomina uma população de baixa renda; e (c) possui defasagens em relação à infra-estrutura urbana, como saneamento, o acesso ao fornecimento legal de água e de energia elétrica. É a periferia em seu termo mais amplo: localização nas bordas da malha urbana, grande distância do centro, segmento populacional de menor renda. A identificação com o imaginário e as concepções acerca da periferia

¹⁶ Conversa realizada com arquiteto do DEMHAB, em outubro de 2008.

deu continuidade à produção de representações estigmatizantes do espaço no bairro, pois é “a função propriamente ideológica do discurso dominante, intermediário, estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio a imposição mascarada (BOURDIEU, 2007 (a), p. 14).

A segregação não se limita ao âmbito físico, mas contempla também à produção de valores e à própria metamorfose da cidade, que reelabora as novas formas de estratificação. Nesse sentido, o termo periferia pode aparecer mascarado pela posição geográfica, ocultando o viés de produção simbólica do mesmo.

1.3.1 A PERIFERIA A PARTIR DA DISTÂNCIA

Uma primeira perspectiva acerca de periferia é a associação entre a distância do centro e a descontinuidade de vias. A formação do bairro ocorreu na transformação de glebas rurais (FIG. 9), em um processo em que “a expansão do tecido urbano ocorre de forma descontínua, e a incorporação de novas áreas à cidade ocorre através da transformação do uso do solo rural em potencialmente urbano” (SPOSITO, 1996, p.80).

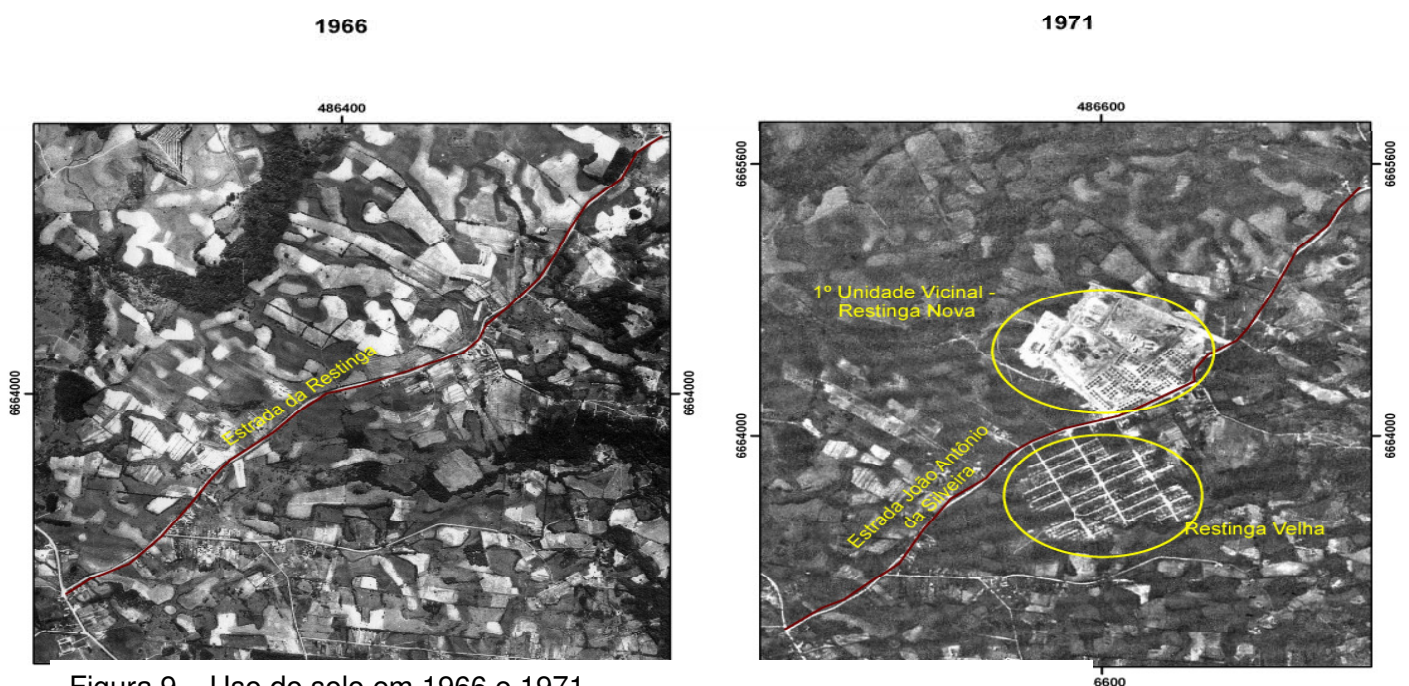


Figura 9 – Uso do solo em 1966 e 1971

Fonte: Fotografia aérea da Metroplan, alterado por Nola Gamalho.

A distância, associada à fragilidade do sistema de transporte, constituiu uma importante marca no reconhecer-se da Restinga. Se por um lado tem um forte viés simbólico, por outro lado concretiza-se no cansaço do trabalhador, que ainda hoje realiza deslocamentos diários, dada a escassez de oferta de emprego no próprio bairro.

Partindo do princípio de que “(...) a análise espacial deva ser concebida como um diálogo permanente entre a morfologia e as práticas e comportamentos” (GOMES, 2006, p. 290) e que a produção do espaço envolve a intencionalidade presente em planos distintos, tem-se a produção de relações socioespaciais singulares. A negação à cidade formal e normatizada intensificou a produção de códigos e normas, marcados pelas relações de proximidade, a exemplo da época em que se marcava o lugar na parada com uma pedra.

Então, o transporte era assim: um ônibus de manhã e outro no final da tarde. Era chamado Arca de Noé, porque o pessoal trazia bicho, trazia peixe, galinha, qualquer coisa, caixas, fardos. O pessoal parecia que estavam numa feira. Era aquela coisa, no meio do corredor tu ficava te esbarrando nos sacos, nas caixas de galinha... Aí as paradas eram marcadas com pedrinha, Deus o livre se alguém pegasse a pedrinha, dava briga. (...) Deixavam uma pedrinha pra marcar que tinha alguém esperando o ônibus. As pessoas respeitavam, já tinha gente esperando o ônibus pro centro. Sem contar que o ônibus era o Belém Novo, fazia o transporte muito precariamente, a gente sofreu muito. Quase duas décadas. Ônibus sucateado, volta e meia tu não sabia se ia quebrar no meio do caminho. Se quebrar tu te atrasava, tinha que ficar ligando pro patrão. (Entrevista 3, morador da Restinga Nova – 1º Unidade, em 14/03/2008)

O conflito decorrente da contradição do discurso de modernização e urbanização e o enclausuramento da população intensificaram o choque entre a ordem do Estado e do lugar. A melhoria dos transportes, condição para a diminuição da sensação da distância, foi conseqüência das reivindicações e conflitos.

Das guerras? As guerras foi brabo, né, menina, foi feio. Nós ficava de funda quebrando os vidros do ônibus, colocando aqueles miguelitos de baixo dos ônibus...(...) é uns pregos virados que a gente bota pra furar os pneus, isso aí nós fazia, fizemos muito, né? Tivemos que fazer pra poder ter ônibus na Restinga, se não nós tinha só Belém [sobre os ônibus]. Era tudo carro velho, era tudo caco. Às vezes tu chegava no meio da viagem e o ônibus estragava, aí tinha que esperar o outro pra baldeação e era pouco ônibus, naquele tempo não tinha ônibus a noite toda, agora nós temos ônibus a noite toda na Restinga. O último ônibus que fazia ainda fazia a Restinga primeiro e depois ainda ia pro Belém Novo, era 1 (uma) hora da madrugada, ficava até uma hora da madrugada e depois não tinha mais ônibus, hoje nós temos ônibus a noite toda. Graças a Deus e a nossa guerrilha que nós fizemos. Hoje nós temos. (Entrevista 5, morador da Restinga Nova – 1º Unidade, em 11/08/2008).

Paralelamente à melhoria do sistema de transporte público, havia a expansão da cidade em direção à zona sul, proliferando outro tipo de segregação: os condomínios fechados. E como “os eventos são idéias e não apenas fatos” (SANTOS, 2002, p. 148), observa-se a sincronia entre a transformação do espaço e de suas representações, desde a ordem do lugar, até o Estado e as Instituições. “*Hoje onde é a Hípica, onde está o tal de Ronaldinho, aquilo ali era cerca de maricá, não tinha nada, nada, nada e hoje o que que tá? Está uma cidade, a Restinga agora emendou, emendou, né?*” (Entrevista 36, moradora do Núcleo Esperança, em 11/09/2008).

A intencionalidade está presente nas representações, pois os condomínios não se localizam na periferia, mas sim na zona sul. É um processo que acompanha a própria desvalorização das áreas centrais, produzindo o “(...) deslocamento de seus habitantes para novas áreas residenciais, providencialmente criadas pelos agentes imobiliários” (SINGER, 1982, p. 29). São concebidas novas espacialidades, vendidas a partir do pressuposto de qualidade de vida decorrente do distanciamento do tumulto e da poluição, marcas da cidade. Sposito (1996, p. 80) faz essa leitura, a partir da segregação como uma estratégia de diferenciação social.

O aparecimento de grandes conjuntos habitacionais, bem como de condomínios fechados, respondem igualmente aos interesses de ‘valorização’ de territórios afastados do tecido urbano compacto e densamente ocupado, através da definição prévia (no caso dos conjuntos habitacionais e condomínios nos quais já houve a incorporação imobiliária) ou potencial (no caso dos loteamentos fechados) de conteúdo funcional e social aos novos espaços. Essa ‘valorização’ também se dá através da mercantilização dos signos que a esses imóveis se associam. (SPOSITO, 1996, p. 80)

São significativos os empreendimentos imobiliários na zona Sul da cidade. Contudo, a título de exemplificação, destacam-se dois, ambos localizados na Avenida Edgar Pires de Castro, próximos ao bairro Restinga. Há o “Lagos de Nova Ipanema¹⁷” e o “Moradas do Sul¹⁸”, os quais não são remetidos à distância enquanto entrave, mas enquanto solução, na busca por qualidade de vida, lugares calmos e arborizados, como segue nos anúncios abaixo:

¹⁷ Casas não padronizadas, cujos preços variam de R\$ 155.000,00 a 700.000,00.

¹⁸ O preço de pequenas casas com 2 ou 3 dormitórios é a partir de R\$ 60.750,00.

A preservação ambiental é outro ponto fundamental. O residencial **Lagos de Nova Ipanema** terá 40 mil metros quadrados de áreas verdes integradas ao projeto urbanístico. Todo o complexo foi concebido em sintonia com os mais altos padrões de desenvolvimento sustentável. (Nova Ipanema)

Este é o lugar da sua vida

O loteamento Moradas do Sul está localizado numa região de grande valorização da Zona Sul de Porto Alegre, na Avenida Edgar Pires de Castro, nº 2300, próximo à rótula da Juca Batista. O empreendimento se destaca pela sua completa e moderna infra-estrutura de lazer. (Bolognesi)

A distância incorpora valores positivos tanto ao espaço quanto aos sujeitos que adquirem *status* através da aquisição da moradia. A produção das representações dos condomínios fechados localizados na zona sul é inverso à da periferia. As representações acabam servindo para ocultar a produção da diferenciação socioespacial. Agregam-se valores de saúde, tranqüilidade, felicidade, os quais são associados à distância do centro e ao contato com a natureza. É a produção ideológica dos espaços de felicidade, o lugar do sujeito no mundo, desde que ele esteja apto a consumir essa mercadoria.

O acesso à moradia é a constituição da distância social, o que determina que um sujeito habite na periferia e outro na Zona Sul. É a hierarquização simbólica da estratificação social, em que o direito à moradia é reduzido ao direito de consumo. Contudo, o sonho da casa própria não é apenas um desejo mercantilizado, mas, para a população dita “periferizada”, é a estabilidade em um percurso de degradação entre aluguéis, favores e despejos.

Carlos (2004, p. 12) argumenta que “(...) não raro, a cidade vem sendo pensada ora como quadro físico, ora como meio ambiente urbano (nessa dimensão, “naturalizada”), e em ambos os casos, ocultando o conteúdo da prática socioespacial que lhe dá a forma e o conteúdo”. Reduzir a periferia a sua condição de distância física e sua condição social aos aspectos de pobreza constitui um equívoco, pois oculta toda a pluralidade das práticas sociais que produzem esse espaço.

1.3.2 PERIFERIA: DISTÂNCIA SOCIAL

O novo bairro surge trazendo consigo os estigmas da Vila de Malocas, somando assim a distância física à distância social e o não pertencimento à moderna cidade que surgia. É o produto da lógica excludente de desenvolvimento do capital e, nesse sentido, marcado também pela restrita participação no mercado de consumo, importante elemento de distinção social. A premissa da produção da Restinga enquanto periferia do mercado de consumo corresponde a uma realidade parcial, pois sua manifestação não é hegemônica nesse espaço, que comporta uma multiplicidade de formas de acesso à moradia e estratégias de sobrevivência.

O bairro foi concebido para as camadas de baixa renda da cidade, desde a parcela dos removidos até o segmento social que encontrou na Restinga a possibilidade de aquisição da casa própria. Permeado pelos obstáculos que marcaram a formação do bairro, desenvolveram-se os laços que ligam o pobre ao seu espaço. Ora, a fragmentação espacial implica na fragmentação social e, nessa linha,

A população pobre está em toda a parte nas grandes cidades. Habita cortiços e casas de cômodos, apropria-se das zonas deterioradas e subsiste como enclaves nos interstícios dos bairros mais ricos. Mas há um lugar onde se concentra, um espaço que lhe é próprio e onde se constitui a expressão mais clara de seu modo de vida. É a chamada periferia. A 'periferia' é formada pelos bairros mais distantes, mais pobres, menos servidos por transporte e serviços públicos. (DURHAM, 1986, p.86)

Embora a análise da autora não restrinja a população pobre a uma periferia vinculada à distância, destaca o termo como social, vinculando-o aos modos de vida desenvolvidos por determinada população, em que a partir da ordem próxima potencializa-se a constituição de redes de solidariedade, elemento essencial à reprodução da vida em um contexto de rarefação de políticas públicas. A periferia constitui-se a partir das redes de relações, do uso comum dos equipamentos públicos, da vivência não apenas do espaço da casa, mas também da rua, resquício de lugar de encontro, de brincadeiras de crianças. Possui um conteúdo simbólico que expressa os modos de viver construídos a partir dos dramas humanos, das histórias de vida.

A naturalização dessa estratificação tem a intencionalidade presente na expulsão, seja explícita como nos re-assentamentos ou velada como na aquisição da moradia popular. A segregação está oculta nos mecanismos de formação do preço do solo, naturalizando e legitimando as diferentes posições no espaço: o lugar de “direito” do pobre e do rico, fortemente reconhecido e reproduzido no senso comum.

Essa definição vincula os sujeitos de acordo com a possibilidade de aquisição de moradia, não associando diretamente à distância, pois proliferam zonas deterioradas no centro e enclaves de alta renda (condomínios fechados) nas zonas mais afastadas. A distância social não é exclusiva da distância física e tão pouco a distância física é exclusiva das camadas de baixa renda. Pelo contrário, pois através das metamorfoses do espaço setores são valorizados e desvalorizados, alterando sua renda diferencial.

A cidade configura-se a partir da proliferação de novas centralidades e da constituição de enclaves fortificados de segmentos, tanto da classe média-baixa, quanto da média-alta. Pavini (1996, p. 183) destaca que: “Processos recentes têm apresentado periferias ‘nobres’, no linguajar dos empreendedores imobiliários, isto é, ‘condomínios fechados’, ‘villages’, ou ‘cidades jardins’, ocupados pela classe média ou mesmo pela classe mais abastada (...)”. Essa é uma realidade presente na zona Sul de Porto Alegre, que vem crescendo a partir da multiplicação dos condomínios fechados, suprimindo uma demanda de moradia da classe média para a qual é produzido um novo espaço físico, social e mental.

Contudo, persiste a diferença social a partir da fragmentação em bairros (TAB. 5), nas ditas áreas nobres, com concentrações de renda e instrução e os bairros pobres. A Restinga, dentro da fragmentação da cidade, constitui o lugar da camada de baixa renda, visível na forma urbana e nos dados estatísticos, estando entre os bairros com menores indicadores de renda e instrução.

Tabela 5: Média de renda e anos de estudo dos responsáveis por domicílio das Regiões do Orçamento Participativo -2000

Região	Renda	Anos de Estudo
Nordeste	347,08	5,16
Lomba do Pinheiro	474,94	5,82
Restinga	485,46	6,15
Norte	616,43	6,51
Extremo Sul	631,00	6,18
Gloria	752,43	6,94
Ilhas/Humaitá/Navegantes	797,53	7,51
Eixo Baltazar	854,56	8,08
Partenon	1.003,28	8,20
Cruzeiro	1.013,78	7,54
Centro-Sul	1.079,29	8,40
Leste	1.195,45	8,25
Cristal	1.347,22	9,31
Noroeste	1.790,65	10,37
Sul	1.988,03	9,50
Centro	2.473,68	12,23

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano da Região Metropolitana de Porto Alegre

A zona sul, antes concebida como periferia, tem seu *status* alterado para o recebimento da nova população. Embora haja proximidade física entre esses condomínios e a Restinga, a distância social perpetua-se, alterando apenas a proximidade de trabalho para a população, em grande número de domésticas e trabalhadores da construção civil.

1.3.3 PERIFERIA: INFRA-ESTRUTURA COMO PRÁTICA E COMO DISCURSO

De um lado tem-se o discurso da modernização da cidade e a necessidade de urbanização, de outro, a aplicação do programa de reassentamentos, que apenas em parte concretizavam tal premissa. O início da Restinga foi marcado pela intensa ausência de infra-estrutura, precariedade no abastecimento de água e transporte. A urbanização e saneamento proclamados não incorporavam a Restinga, que se tornou “depósito” de vida humana.

A prefeitura largou nós com os cacos das nossas casas, eles não desmontaram, eles demoliram. Lá onde a gente morava, eles não desmontaram, eles demoliram, chegaram, quebraram tudo, jogaram dentro do caminhão e trouxeram pra cá, foi como eu te disse, a gente ficou aqui, diversos anos sem o auxílio de iluminação, sem rede de esgoto, nós tinha patente, nosso banheiro era patente nos fundos do pátio que a gente já nem tinha lugar, a gente cavava no terreno pra fazer outros buracos pras necessidades, era patente, então a gente abriu o buraco, fez aquele barraquinho de madeira, uma patentezinha ali, que tava toda velha, toda podre (...). Era patente e poço no mesmo terreno, não tinha água encanada, então tu fazia uma patente lá nos fundos e o poço logo aqui (...) e a gente acabava tomando aquela água, o que vai se fazer, não tinha outra, então era assim, era patente e poço no mesmo terreno. Iluminação, a nossa iluminação era a luz da lua, a luz da lua era uma maravilha... (Entrevista 1, morador da Restinga Velha, em 02/07/2008).

A ausência de infra-estrutura marcou não apenas o espaço no âmbito do que é visível, mas também a vida das pessoas. A essa população foi negado o direito à modernização e ao saneamento aludidos. Nas décadas de 1960 e 1970, não havia condições de subsistência aos moradores no bairro, eram inexistentes os empregos e o comércio era reduzido. Contudo, no decorrer das décadas, iniciou um pequeno comércio que se expandiu por conta própria. Há uma diversidade de madeireiras, estabelecimentos de alimentação, salões de beleza. Possui também grandes lojas, como a Rainha das Noivas, a Barriga Verde e a revendedora de motos Honda, supermercados (Kepler, Asun e Kan), bancos (Banrisul e Caixa Econômica Federal), farmácias (Panvel e Agafarma). Possui 12 (doze) escolas de ensino Fundamental e 3 (três) de ensino fundamental e médio, 5 (cinco)¹⁹ escolas à direita da Estrada João Antônio da Silveira, e à esquerda são 10 (dez) escolas²⁰, mais o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). Há ainda os tramites para a instalação da Escola técnica federal que se localizará no bairro. Possui um Fórum, a 16^º Delegacia de Polícia, duas escolas de samba, postos de saúde, equipamentos públicos, tais como o Estúdio Multimeios (é um projeto que está vinculado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana (SMDHSU), que visa à inclusão social a partir da cultura de jovens em situação de

¹⁹ EMEF Lidovino Fanton, EE. José do Patrocínio, EMEF. Carlos Pessoa de Brum, EMEF Mário Quintana; EMEI Paulo Freire.

²⁰ EMEEF Tristão Sucupira Vianna, EMEF Dolores Alcaraz Caldas, EMEF Nossa Senhora do Carmo, EMEF Prof. Larry José Ribeiro Alves, EMEF Senador Alberto Pasqualini, EMEI da Vila Restinga Nova, EMEI Dom Luiz de Nadal, EMEI Florência Vurlod Socias, EE Eng. Ildo Meneghetti, EE Raul Pilla.

risco) e o Cecores (Centro Comunitário da Restinga). Além disso, possui um distrito industrial, cuja atuação ainda é limitada.

O bairro comporta uma série de equipamentos que reduzem a necessidade de deslocamento da população. Embora haja produção de mercado de trabalho dentro da Restinga, ainda não é suficiente para as necessidades da população, potencializando outras estratégias para geração de renda. O bairro segue crescendo (FIG. 10), constituindo novas áreas, seja por ocupação, produzidas pelo Estado ou loteamentos clandestinos.

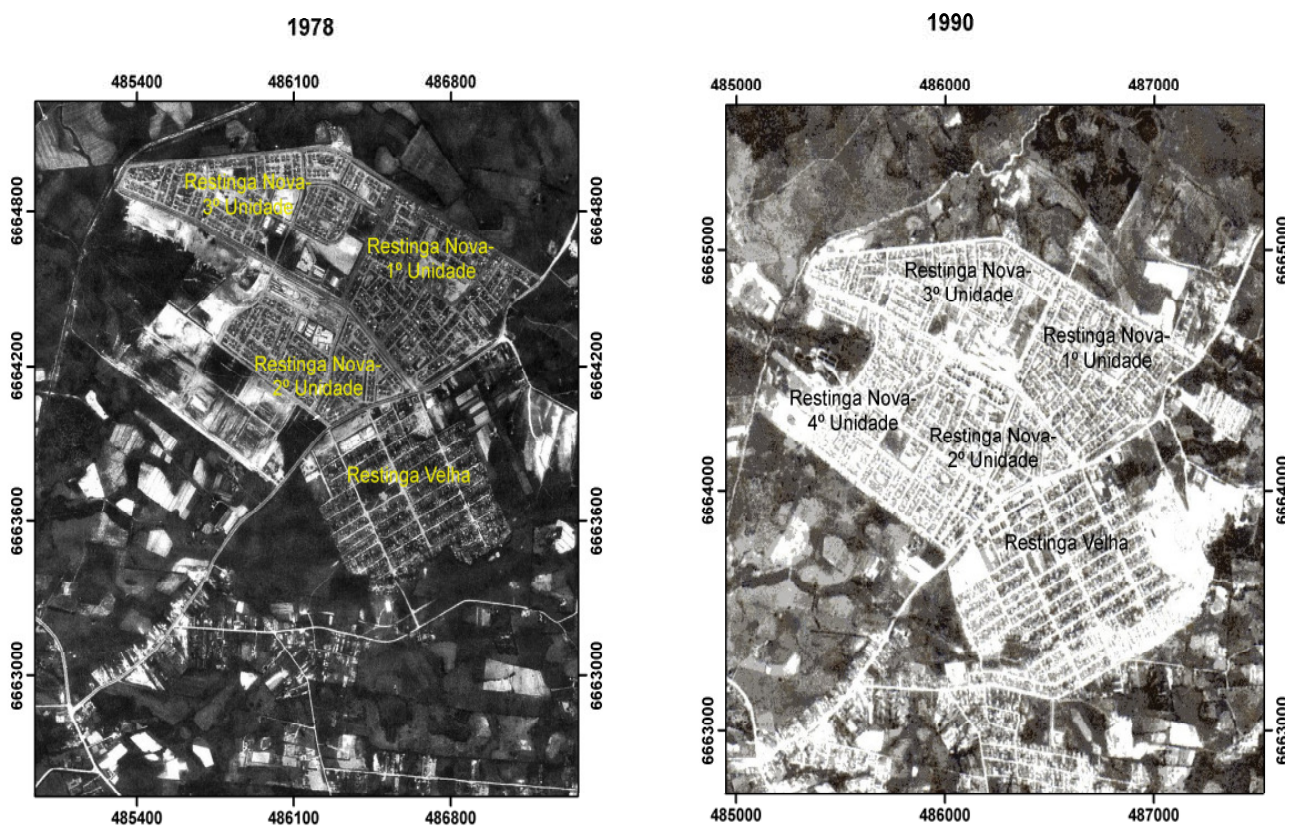


Figura 10- Uso do solo em 1978 e 1990.

Fonte: Fotografia aérea da Metroplan, alterado por Nola Gamalho.

O bairro é uma zona preferencialmente residencial; contudo, conta com o crescimento do comércio e serviços, sem com isso eliminar as dificuldades decorrentes da distância. A infra-estrutura, o acesso ao saneamento e a serviços básicos, produtos de intensas lutas e reivindicações, estão presentes na maioria das moradias. Mas como o bairro segue crescendo e proliferam-se as áreas de ocupação, a carência de infra-estrutura permanece como um dado do espaço, ainda

que a sua produção seja vinculada a políticas habitacionais da prefeitura, como no caso da Vila Castelo (FIG. 11).



Figura11 – Vila Castelo- carência em infra-estrutura
Fonte: Nola Gamalho, abril/2008.

1.3.4 PERIFERIA: CONCRETUDE, DUBIEDADE E VIDAS

A Restinga, enquanto periferia, não pode ser pensada distante de suas ambigüidades e contradições; essas são intrínsecas a sua produção. Nesse sentido, entende-se a formação da Restinga fortemente associada à periferia no que concerne à distância física e social. É indispensável a esse entendimento a interconexão de diversos elementos, das facetas mais visíveis, materializadas nas moradias, nas formas até mais ocultas, naturalizadas nas práticas cotidianas e nas representações do espaço. São processos alicerçados em aspectos ideológicos, naturalizando as distinções e distâncias sociais.

Pode-se assim representar o mundo social em forma de um espaço (a várias dimensões) construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que actuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder nesse universo. Os agentes e grupos de agentes são

assim definidos pelas suas posições relativas neste espaço. Cada um deles está acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas....(BOURDIEU 2007 (a), p.133-4).

O recorte espacial é também um recorte de classe, que através das representações intensifica as distinções sociais. A produção de alteridades e as representações tornam-se uma estratégia do capital. Os estilos de vida são uma tática em que um grupo socialmente localizável se marca e demarca, agregando, intencionalmente, valores positivos ou negativos aos espaços.

Cada segmento social, definido por seu padrão de consumo, cultural e de informação (estando o acesso à cultura e à informação também controlados pelo mercado), constrói uma representação de cidade, a partir de suas experiências, dos territórios de sua vivência, das espacialidades que constrói na dinâmica de circulação e acesso ao conjunto da cidade (SPOSITO, 1996, p. 82).

O senso comum identifica a periferia não apenas como um lugar à parte da cidade, mas a partir de seu viés identitário, agregando valores exóticos ou estigmatizados ao seu morador. As representações da Restinga foram produzidas pelo imbricamento de duas espacialidades estigmatizadas: as vilas de malocas e a periferia. Contudo, alguns elementos que identificam o viver periférico, tais como o modo de vestir, gosto musical, tornaram-se mercadoria, intensificando a alienação quanto à condição e ao contexto em que vive esse segmento social.

A produção do espaço, marcadamente segregada, é novamente produtora de múltiplas espacialidades. Nesse sentido, a periferia não pode ser reduzida a um modelo estruturado, negligenciando a pluralidade de contextos e histórias de vida, histórias produtoras do lugar. Além das dicotomias, existe a produção plural do espaço, que tem no acesso ao solo urbano da camada social mais empobrecida e na estigmatização de lugar violento os elementos para a produção do espaço de representação.

A alienação, quanto à condição da periferia e seu morador, encobre tanto a produção de uma sociedade desigual, quanto a pluralidade de mecanismos e relações que nela se desenvolvem. O acesso à moradia, passando pelos vínculos espaciais, as relações de vizinhança e a própria negação dos estereótipos constituem mecanismos em que o morador significa a si e o espaço positivamente.

2. HABITAÇÃO: A CASA, A RUA E O LUGAR NA CONSTITUIÇÃO DOS VÍNCULOS COM O ESPAÇO

Eu arranjei o meu dinheiro
Trabalhando o ano inteiro
 Numa cerâmica
 Fabricando potes e lá no alto da Mooca
Eu comprei um lindo lote dez de frente e dez de fundos
 Construí minha maloca
Me disseram que sem planta não se pode construir
 Mas quem trabalha tudo pode conseguir (...)
 Minha maloca, a mais linda que eu já vi
Hoje está legalizada, ninguém pode demolir...
(Adoniran Barbosa – Abrigo de Vagabundo)

É no plano do vivido que a apropriação dos lugares adquire sentido e valor para os sujeitos, independente se a forma de acesso foi formal ou informal. O bairro Restinga possui uma diversidade de mecanismos de apropriação e significação do espaço, produzindo uma intensa fragmentação interna. A produção do bairro a partir das formas de acesso ao solo urbano e, conseqüentemente, à moradia, juntamente com as trajetórias de vida das pessoas, compõem o contexto em que o bairro é identificado positivamente por seus moradores.

Trata-se da elaboração de um conhecimento que guia a interpretação da realidade, constituindo um saber do senso comum, produzido na tensão entre as representações do espaço, em que o mesmo é estigmatizado, e os espaços de representação, na produção dos vínculos do sujeito com o lugar de abrigo. E é no embate entre a produção do Estado e a auto-produção entre a cidade legal e a ilegal que a multiplicidade de localidades é composta.

A formação da Restinga a partir dos re-assentamentos das malocas compõe uma espécie de “mito de origem” do bairro, pois entre tantos outros elementos e novos espaços que surgiram, esse é ainda o seu principal marco de fundação e de reconhecimento espacial. Foi um processo intenso e violento, que marcou não apenas o lugar, mas as pessoas e suas histórias. Embora haja uma diversidade de formações espaciais, a referência aos re-assentamentos segue

sendo, de forma dissimulada ou explícita, primordial na produção de suas representações. O mesmo fato contribui para um imaginário comum e para a configuração de alteridades internas, pois a construção da Restinga Nova (a partir das Unidades Vicinais – 1ª, 2ª, 3ª, e 4ª²¹), que ocorreu na seqüência da Velha, foi direcionada para um segmento social com possibilidade de adquirir uma casa popular, em uma política de diminuição do *déficit* de moradias. De um lado tem-se o programa de urbanização e a conseqüente remoção de malocas; de outro, tem-se a produção de habitação popular, inacessível à maioria dos habitantes provindos das remoções, originando as alteridades e atritos entre Velha e Nova Restingas.

A produção de espaços no bairro transbordou a dicotomia iniciada com as distinções produzidas por políticas públicas entre os dois primeiros núcleos. A essas foram agregadas outras, diferenciadas pelo mecanismo de acesso à moradia. Inseridas na significação da casa própria estão as trajetórias de vida que conduziram o sujeito ao lugar, sob as quais se produzem os vínculos com o bairro. Entretanto, a perspectiva exclusivamente pela forma de acesso ao lote encobre o âmbito vivido da produção do espaço, cujas significações são alicerçadas nos percursos de aquisição da moradia. No intuito de abarcar essa complexidade, que a abordagem se dá pela integração entre dados objetivos, como o acesso à moradia e subjetivos, as produções de vínculos e significados. A moradia amarra o sujeito ao lugar e, através das transformações na mesma, das estratégias de sociabilidade e da formação do *habitus* de classe, em que o sujeito se localiza na estrutura da cidade, que o espaço é significado positivamente.

As representações do espaço incidem pejorativamente sobre o mesmo, identificando-o como lugar do pobre, do medo, da precariedade. Em oposição, o espaço de representação é constituído sobre laços afirmativos ou tornando externa a sua condição e os elementos que depreciam o bairro.

A Restinga é uma periferia que dentro dela tem várias periferias ainda. Tem mais periferias dentro dessa periferia. A Restinga é longe, né? Tem lugares na Restinga que são bem na periferia da Restinga. Tem aqueles lugares na Velha, de canto.(...) A Restinga é a periferia de Porto Alegre, mas tem a periferia da Restinga que é enorme. (...) , a Restinga, tu tira uma base, a Restinga é a periferia de Porto Alegre, se for tratar a periferia como a zona pobre da cidade a zona ..., tu calcula o que é a periferia da Restinga. (Entrevista 29, morador dos Loteamentos Av. Ignês E. Fagundes, em 20/03/2008).

²¹ A 5ª Unidade da Restinga Nova pertence a outra temporalidade e processo de formação, por isso está separada.

Os diferentes espaços não são vivenciados da mesma forma por todos os habitantes do bairro, pois sua identificação ocorre na internalização da diferença, que tem sua origem no acesso à moradia e vivência da especificidade do lugar. Nesse sentido, tem-se a generalização entre as localidades contíguas à Restinga Nova e as contíguas à Restinga Velha, cujo marco de separação é a Estrada João Antônio da Silveira.

A partir dessa complexidade, em determinados momentos a abordagem ocorre pela fragmentação, pela produção de diferenças, como o acesso ao solo e em outro, pelos modos de vida que não são restritos à determinada espacialidade, mas que compõem o viver na Restinga. A produção da habitação, promotora de imprescindível vínculo com o espaço, ocorre pela diferença de acesso ao solo e do momento de produção do mesmo, pois a evolução do solo na Restinga deu-se por sucessivos adicionamentos de novas localidades.

2.1 A PRODUÇÃO DE VÍNCULOS A PARTIR DA PRODUÇÃO DA MORADIA

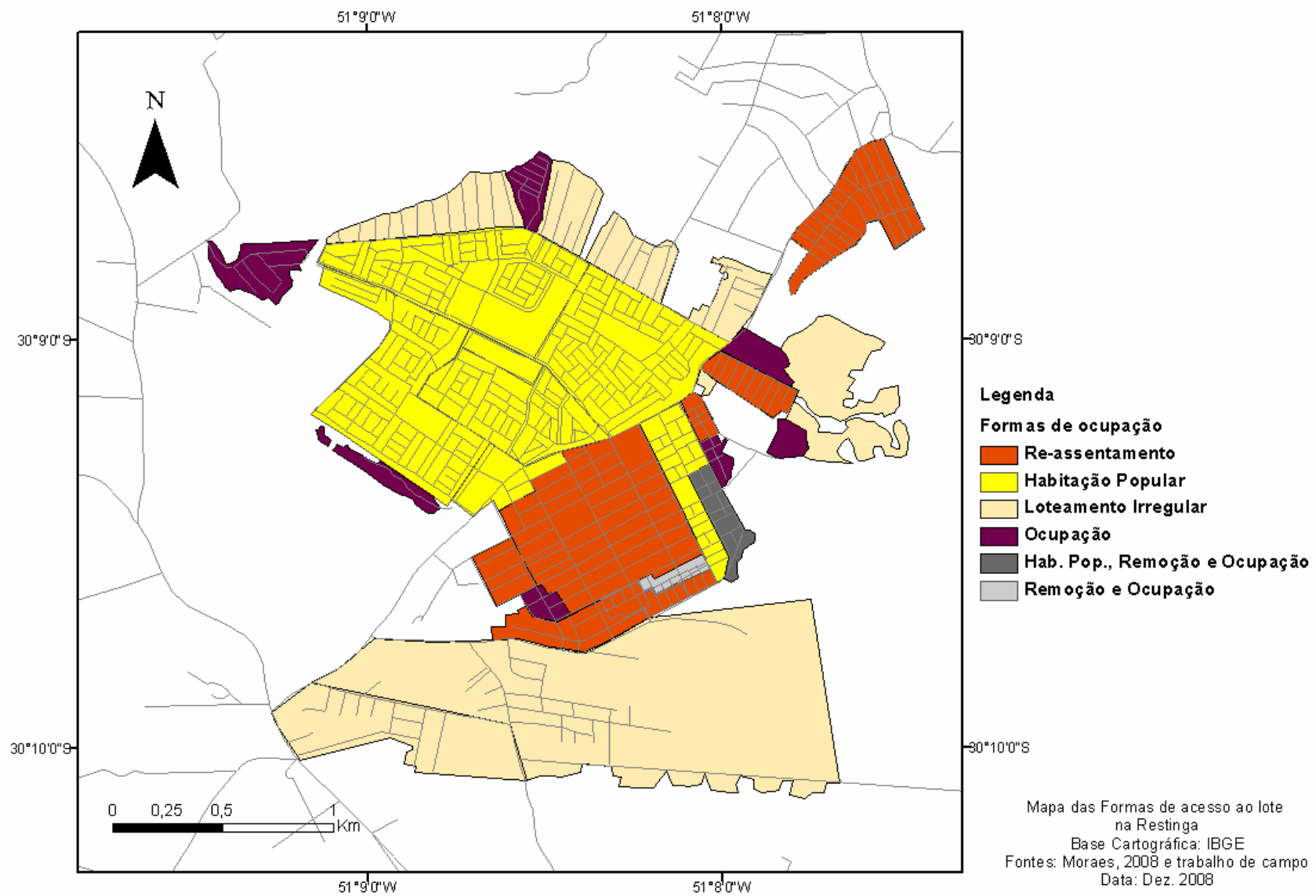
A fragmentação do bairro em localidades deu-se pelas diferenças em sua produção e a agregação de novos solos aos já estabelecidos, em um movimento contínuo e ainda inacabado. As diferentes localidades foram agrupadas (Mapa 4) de acordo com a forma de acesso a moradia, sendo eles:

- Reassentamento realizado pelo poder público: Restinga Velha, Barro Vermelho, Elo Perdido, Figueira, Nova Santa Rita, 5ª Unidade Vicinal, Cabriúva, Vila Castelo e Núcleo Esperança II;
- Aquisição de moradia popular em projetos habitacionais: Restinga Nova (1ª, 2ª, 3ª, 4ª Unidades Vicinais), Núcleo Esperança, Conjuntos Residenciais (Angico, Sargento Silvio Holembach, Monte Castelo, Harmonia e Loureiro da Silva), Núcleo Esperança e Cabriúva,
- Ocupações: Vale do Salso, Vila Beco do Bitá, Asun (também conhecido como Vila Unidão ou Vila Clara Nunes), Chácara

Pedroso, Rocinha (também conhecido como Vila Caixa d'água), as ocupações da João Antônio da Silveira e diversas outras pequenas ocupações em áreas de reserva técnica do bairro.

- Loteamentos clandestinos: Chácara do Banco, Flor da Restinga, Loteamentos da Avenida Ignês E. Fagundes, Cooperativa dos Bombeiros.

Os dois primeiros, re-assentamentos e produção de moradia popular, são concebidos como produção formal de solo, embora produto da exclusão social. O acesso ao solo a partir de ocupações e loteamentos clandestinos corresponde à cidade irregular, não formal. Ora, dada a distância, por si só os loteamentos e ocupações já são invisíveis à cidade, logo, não são um entrave ao desenvolvimento da mesma.



Mapa 4: Formas de acesso ao lote

2.1.1 DEFININDO O ACESSO AO ESPAÇO

A perspectiva jurídica divide a produção do espaço urbano em regular e irregular, caracterizando os espaços enquanto legais e ilegais. No âmbito do planejamento, a irregularidade constitui um problema para a cidade, devendo ser combatida, como o foi nos processos de remoção. A intencionalidade sobre determinada área, a especulação imobiliária e os conflitos decorrentes das reivindicações populares são as motivações para as demandas de remoção e regularização.

A ilegalidade e a irregularidade podem ser entendidas como indicadoras de segregação socioespacial. Essa dicotomia entre o acesso formal e o informal ao solo urbano oculta a lógica do espaço enquanto lugar de reprodução da vida. A perspectiva legal reduz a condição humana aos ditames burocráticos que regularizam a produção do espaço. A irregularidade é identificada, segundo Moraes (2007), em três situações: os loteamentos irregulares, loteamentos clandestinos e núcleos e vilas irregulares.

É caracterizado loteamento regular aquele que atende a uma série de condições: deve-se apresentar um projeto acerca do referido loteamento à Secretaria de Planejamento Municipal. Estando o projeto de acordo com leis, portarias e decretos, tem-se a aprovação inicial. Com essa aprovação, o loteador encaminha ao registro de imóveis, onde serão aguardadas as etapas finais. Cabe ao loteador a criação de logradouros, o fracionamento dos lotes, instalação de rede de energia elétrica, abastecimento de água, esgoto pluvial e cloacal. Seu valor comercial é alto, o que restringe o acesso ao mesmo.

O loteamento irregular é aquele que foi aprovado, mas que não seguiu corretamente os demais trâmites. Pode ter sido aprovado, mas não ter o registro, ou ter aprovação e registro, mas apresenta irregularidades em sua aplicação. São comercializados através de contratos particulares de compra e venda, não possuindo valor legal junto ao Cartório de Registro de Imóveis. Corresponde a um mecanismo amplamente utilizado na aquisição da casa própria para segmentos populares, pois a irregularidade reduz seu valor de compra.

O loteamento clandestino não possui nenhum tipo de projeto ou registro. Os lotes são fracionados e comercializados através de contratos de compra

e venda sem legitimidade junto ao Cartório de Registro de Imóveis. Normalmente, os loteamentos irregulares e os clandestinos diferenciam-se por suas infra-estruturas: quanto mais ilegal, menor a infra-estrutura e menor a renda de seus moradores, que dentro de suas possibilidades de consumo encontram no solo informal sua possibilidade de adquirir a casa própria.

As vilas irregulares são constituídas por sujeitos que não possuem nenhum contrato legal que lhes assegure a posse do lote. São ocupações em áreas públicas ou particulares. Assim como os loteamentos clandestinos, são áreas precárias em infra-estrutura, e a oferta de serviços ocorre via pressão da população junto aos órgãos públicos. Contudo, para os sujeitos que utilizam desses mecanismos irregulares para ter acesso ao solo, a posse está muito além de um documento registrado em cartório; é o direito à moradia que a cidade formal lhes negou.

2.1.2 A PRODUÇÃO DA MORADIA A PARTIR DOS RE-ASSENTAMENTOS

Os re-assentamentos envolvem uma diversidade de fatores internos e externos à população removida. Constituem a homogeneização social das diferenças sociais da cidade, intensificando a distância social e materializando-a na cidade. Participam da produção das representações do espaço e do espaço de representação; de um lado, há o estigma de não participar do consumo da cidade e de outro, a ascensão à condição de proprietários.

Os re-assentamentos envolvem a produção do espaço como coação e negação à cidade e o confinamento a frações da mesma. Sob a perspectiva do planejamento, o processo de remoção corresponde à regularização fundiária, sendo uma de suas premissas a própria urbanização e produção de infra-estrutura. No entanto, essa situação é contraditória com a realidade de assentamento das famílias removidas. É nesse conflito que se instala a falácia da produção formal do solo urbano, exemplo latente na produção da Restinga Velha, que seguiu durante anos sem o acesso aos serviços básicos. Contudo, nesse mesmo processo de espoliação

que foram produzidos os vínculos afirmativos e nessa conjuntura é produzida uma relação de pertencer ao espaço de acolhimento.

Os espaços produzidos a partir dos re-assentamentos localizam-se todos ao sul da Estrada João Antônio da Silveira, e são, portanto, associados à Restinga Velha. A TAB. 6 aponta essas localidades desses mecanismos de produção.

Tabela 6- Produção do espaço por Re-assentamento					
Localidade	Data de Ocupação	Data de Implantação	Nº de Lotes	Nº de Domicílios	O número de domicílios em relação ao de lotes
Restinga Velha ²²	13/02/1967	01/06/1968	1460	1884	+ 424
Barro Vermelho	08/1981	10/1981	252	340	+ 88
Vila Nova Santa Rita	12/1983	12/1991	249	299	+ 50
Figueira	-----	05/1992	319	411	+ 92
Esperança II	Cerca de 1955	01/1994	131	151	+ 20
Elo Perdido	-----	-----		117	
Restinga Nova – 5ª Unidade Vicinal	11/2000	10/10/1999	1623	616	- 1007
Castelo	-----	1988	273	299	+ 26

Fonte: Moraes, 2008

Uma significativa área corresponde à parcela produzida a partir de re-assentamento. Equivale a diferentes momentos de produção do espaço, apresentando singularidades e semelhanças. A demanda não se encerra na remoção, os núcleos familiares crescem e a necessidade por moradia aumenta; apenas na 5ª Unidade há maior número de lotes, em relação ao de domicílios. Contudo, esse diferencial ocorre devido à produção recente e ainda inacabada da área. Nas demais o número de domicílios é proporcionalmente superior.

Os re-assentamentos podem significar opressão ou progresso, pois ou são impostos ou desejados. Para as famílias removidas para a Restinga Velha, a partir de 1967, o processo foi pautado por opressão. Nas lembranças dos moradores é marcada a sua condição de inferioridade frente ao processo, em que o sujeito se

²² O levantamento de Moraes (2008) é muito preciso englobando inúmeras pequenas ocupações que, dado o objeto de pesquisa, foram somadas à Restinga Velha.

percebe pequeno e interioriza essa inferioridade na sua condição, assimilando sua posição na fragmentação da cidade. O sentir-se pequeno é a tomada de consciência da posição que ocupa dentro da sociedade, processo exponencializado pela opressão e campanha vinculados aos re-assentamentos, pois explicitavam que essas pessoas eram desajustadas à sociedade e aos ditames morais e estéticos.

E até que chegaram aqui, então quando entraram, que seguiram aquela avenida, a João Antônio da Silveira, que agora divide a Restinga Nova com a Velha, (...). Aí entraram naquela ruazinha, era só mato, passava batendo nos galhos de árvores em cima do caminhão e nós pequenininho ali no caminhão. (...) então dobraram e largaram nós no meio do campo onde tinha os arbustos, as árvores um pouco mais terrestres, um pouco mais no chão, mais pequenas. Então, largaram nós ali e por ali cada um foi ajeitando ao seu jeitinho, foi fazendo sua cerquinha. Foi uma coisa assim, tipo uma invasão que a prefeitura fez com nós, não foi uma... sabe? Um assentamento, não, isso não tinha, não tinha terreno demarcado, não tinha nada aqui, eles chegaram e largaram, largaram nós por conta ali e a gente foi capinando, cortando as árvores e ajeitando a cerca, então foi assim que foi. E o tempo passando, com o tempo se passando vieram trazendo outras vilas (Entrevista 1, morador da Restinga Velha, em 02/08/2008).

É a interpenetração dos âmbitos concebido, vivido e percebido, assim como a produção das representações do espaço e o espaço de representação, que se chocam, se articulam e se influenciam, como na analogia de Lefebvre (2000, p. 90): “ De même que l’espace dès canaux et celui dès rues, l’eau et la pierre, dans une doublé texture, dans um feffet réciproque”.²³

As ausências, coações e violência associadas aos re-assentamentos fazem parte da história de vida dessas famílias, que construíram suas trajetórias na formação do bairro, misturando sua história à história do lugar. Morador e lugar se confundindo e se refletindo reciprocamente, como a água e a pedra, o maloqueiro e a maloca, o pobre e a periferia. É a diferença social, que mascara a desigualdade em negatividade, no estigma de não participar da cidade formal.

Embora o assentamento tenha sido imposto, foram produzidos os vínculos do sujeito com o espaço. Se para a parcela da população que participa do consumo da cidade enquanto mercadoria a habitação adquire *status* de desejo, vinculado a amenidades, tais como localização, incidência solar, equipamentos, como elevador, piscina, entre outros, para o segmento desprovido da condição de

²³ Do mesmo modo que o espaço dos canais e o mesmo das ruas, a água e a pedra, em uma de uma dupla, em um reflexo recíproco.

consumidor, o desejo é fundido à necessidade e o ato de habitar produz o vínculo do sujeito com o espaço.



Figuras 12 e 13- Restinga Velha
Fonte: Nola Gamalho, abril de 2008

Assim como na Restinga Velha (FIG. 12 e 13), foram remoções de localidades externas ao bairro que originaram o Barro Vermelho, a Nova Santa Rita e a Figueira. Para o Barro Vermelho (FIG. 14 e 15) foram levadas famílias que ocupavam 3 hectares de propriedade do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), localizado próximo à Avenida Cavallhada, zona sul de Porto Alegre. Das 148 famílias cadastradas pelo DEMHAB, 68 foram deslocadas para o Barro Vermelho (MORAES, 2008)



Figuras 14 e 15- Barro Vermelho
Fonte: Nola Gamalho, fev. 2009.

São dramas, histórias de vidas em que a casa própria está muito além do consumo de uma propriedade, é a estabilidade, a produção da moradia enquanto abrigo, no sentido que as dificuldades enfrentadas pelas alteridades e precariedades

presentes no início do assentamento são superadas e os laços comunitários consolidados.

Foi uma invasão ali no Curral, na Cavallhada, no bairro Camaquã. Aí viemos para cá com a turma, com o apoio da Jussara Cony, do Pujol, Zanella [políticos], aqueles que intercederam referente às casas das famílias que estavam lá, perante o DEMHAB. Daí foi quando ofereceram essa área aqui para gente, tipo um loteamento. No início a gente tinha o quê? Quatro ou cinco famílias aqui, algumas não vieram, foram vindo depois, tiveram que construir, era uma coisa que até o pessoal se acostumar, ou se deslocar de lá pra cá... Muita gente não aceitou e foram ficando com os familiares até construir a coisa toda melhorar porque era meio perigoso. A gente tinha receio da Restinga Velha, e eram valões, tavam fazendo a parte hidráulica, as pessoas se escondiam nos morros de areia, uma série de coisas. (Entrevista 24, moradora do Barro Vermelho, em 29/04/2008).

A chegada ao lugar foi acompanhada do reconhecimento das representações que o englobavam, pois o imaginário da Restinga Velha já se encontrava alicerçado nos aspectos do medo, ainda que formulado por uma população igualmente marginalizada. Nesse percurso, o lugar já é depreciativo e a construção de sua afirmação dá-se nas práticas espaciais, na contínua produção da moradia e nas relações de vizinhança. O assentamento é apenas o primeiro passo para a consolidação dos vínculos, que serão alicerçados nas relações dos sujeitos com o local e com a vizinhança.

Os re-assentamentos não foram seguidos de melhorias na qualidade de vida, pois o lugar era desprovido dos recursos básicos. O marco inicial de sua produção é a atuação do poder público, no âmbito do concebido. Contudo, a produção do espaço possui camadas, ora desconexas, ora imbricadas, acúmulos de trajetórias, de histórias de vida, de formas e relações que marcam e são marcadas reciprocamente.

Sobreposto ao espaço concebido, incorpora-se a ação dos sujeitos, que modificam a forma, em um duplo movimento de melhoria da qualidade de vida e transformação dos significados associados à precariedade. É na vida, no dia-a-dia que o espaço é produzido, na construção de cercas, na ampliação da casa, que significa também o progresso individual, no reconhecimento enquanto comunidade, a partir das relações da rua, da localidade.

Quando nós viemos pra cá, o DEMHAB deu uma pecinha dessas de emergência, tábuas de compensado rosa. Acho que era 3 x 3 ou 2,5 x 2,5, e foi ali que a gente começou, depois fomos fazendo meia-água, depois fomos fazendo a parte da frente, construindo as dos fundos e assim foi indo. E isso com todas as famílias aqui, né? Porque tudo que o pessoal tem aqui teve que lutar pra construir, não é nada de mão beijada. (...) [sobre a infraestrutura] era a casinha de emergência, o terreno e não tinha nem cerca. A gente foi providenciando arame, taquara, coisas assim, pra fechar, pra não ficar muito aberto, muito desabrigado, por causa do pessoal que a gente não conhecia. (Entrevista 24, moradora do Barro Vermelho, em 29/04/2008).

A ordem distante prescreve o espaço concebido, nas políticas habitacionais, na remoção das famílias, produzindo novas espacialidades que podem ou não entrar em conflito com as já existentes, impondo contatos, como o relatado anterior, em que na formação do Barro Vermelho havia o estranhamento com a Restinga Velha, não apenas com o diferente, mas com um espaço já impregnado de representações. A ordem próxima se inscreve a partir das estratégias de regulação, das relações de vizinhança, nos laços socioespaciais. É na reprodução social da periferia que a ordem próxima se impõe com maior força.

Na luz um pouco instável fornecida por crises múltiplas e emaranhadas (entre as quais a da cidade e do urbano), entre as fissuras de uma 'realidade' que muito freqüentemente é considerada cheia como um ovo ou como uma página inteiramente escrita, a análise pode agora perceber por que e como processos globais (econômicos, sociais, políticos, culturais) modelaram o espaço urbano e modelaram a cidade, sem que a ação criadora decorra imediatamente e dedutivamente desses processos. Com efeito, se eles influenciaram os tempos e os espaços urbanos, eles o fizeram permitindo que grupos aí se introduzissem, que se encarregaram deles, que se apropriaram deles; e isto inventando, esculpindo o espaço (para empregar uma metáfora) atribuindo-se ritmos (LEFEBVRE, 2006, p. 51-2).

É no plano do espaço enquanto materialidade e enquanto relação que são adicionadas suas múltiplas camadas, significando e re-significando-o continuamente. Lefebvre (2000, p. 104) argumenta que "Les espaces sociaux se compénètrent et / ou superposent. Ce ne sont pas des choses, limitées, les unes par les autres, se heurtant par leur résultat des inerties"²⁴. Nos re-assentamentos, dois fatores são importantes na produção do espaço: de um lado, a precariedade, e de outro, a possibilidade de acesso formal à habitação.

²⁴ Os espaços se compenetraram e/ou se sobrepõem. Eles não são coisas, limitantes, uns pelos outros, se colidem pelos seus contornos pelos seus resultados das inércias.

Os re-assentamentos são a materialização do conflito entre o espaço concebido e planejado segundo os ditames do capital e da luta por uma necessidade básica, que é o habitar. As ocupações somente são consentidas em áreas não valorizadas pela especulação imobiliária. Decorrente do interesse imobiliário e da valorização do solo na zona sul da cidade, que foram despejados em 1984, os moradores da Vila Santa Rita de Cássia (Vila dos Milagres) (FIG. 16). Após a remoção, eles alojaram-se na frente da mesma, na Avenida Cavalhada, próximo à rua Juarez Ávila, também zona sul de Porto Alegre. Foi essa vila e a ocupação em outra, na Avenida Eduardo Prado, que originaram a Nova Santa Rita (MORAES, 2008).

Algumas localidades, como o Elo Perdido (FIG. 17) e a Figueira, conhecidas como Cantão da Restinga Velha, apresentam um modo de viver que expressa nas ruas e nas pessoas as condições de pobreza do lugar: nas moradias construídas com sobras (madeira e outros materiais), inacabadas, nas pessoas, que de tão excluídas, internalizaram sua condição, como um *habitus*, a pobreza estando inerente ao sujeito, ajustando-o à sua posição social, como um

(...) sistema de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas e que, enquanto lugar geométrico dos determinismos uma determinação, do futuro objetivo e das esperanças subjetivas, tende a produzir práticas e, por esta via, carreiras objetivamente ajustadas às estruturas objetivas. (BOURDIEU, 2007 (b),201-2).



Figuras 16 e 17- Nova Santa Rita e Elo Perdido
Fonte: Nola Gamalho, Fev. 2009 e ago. 2008.

Ao internalizar sua posição, o sujeito internaliza um modo de vida, naturalizando uma estrutura atravessada por desigualdades, onde as distinções

sociais não são construídas por esses pobres, mas lhe são impostas, localizando-os no espaço e na sociedade. Demo aborda essa pobreza não a reduzindo à condição do pobre, do faminto, perspectiva que gera os assistencialismos, cuja eficácia apenas mantém as engrenagens das desigualdades, mas como os destituídos de cidadania, "(...) que vive em estado de manipulação, ou destituída da consciência da opressão, ou coibida de se organizar em defesa de seus direitos" (1994, p. 9).

Dentro de um contexto de fragilidade social, de instabilidades financeiras, a posse da casa está além de um bem de consumo. Financeiramente, significa redução de gastos e segurança, mas envolve também o âmbito do afetivo, produto da significação, como lar, como conquista.

A gente morava no pátio de um tio nosso, mas depois a minha mãe ganhou essas casinhas aqui no Barro Vermelho, que na época era Elo Perdido. Era além da Restinga Velha, a Restinga Velha era só até um pedaço, pra cá só tinha mato e começaram a fazer casinhas e dar pra essas pessoas. A minha mãe se inscreveu e ganhou. Aí ela saiu do pátio do meu tio e viemos pra cá. (Entrevista 20, moradora do Elo Perdido, em 12/06/2008).

A condição de opressão acumula-se nas trajetórias, as quais os sujeitos vivenciam até fixar-se no lugar. O Elo Perdido formou-se, primeiramente, a partir de ocupações de reservas técnicas dentro do próprio bairro e o reassentamento de famílias que moravam de forma desordenada nas adjacências e ocupações ocorridas no Núcleo Esperança (MORAES, 2008). Outro mecanismo de acesso corresponde à comercialização dos lotes, possibilitando à camada de menor renda, que migra entre aluguéis de peças e experiências em ocupações, adquirir a moradia.

Ora, o bairro tem 40 anos e sucessivas gerações que, ao constituírem novos núcleos familiares, revivenciam a dificuldade de aquisição da moradia. Seus vínculos com a Restinga já são afirmados anteriormente à constituição da casa própria, contudo sua aquisição é o que liberta o morador da dependência familiar e contínuas migrações, já delimitadas no bairro que ao ser hierarquizado segundo a valorização diferencial de suas localidades, localiza o morador do Elo Perdido, Figueira e ocupações como periféricos dentro da periferia. Não apenas por estar nas bordas, mas por re-constituir as distâncias sociais dentro do bairro.

[sobre a dificuldade para adquirir a casa própria] pra mim foi horrível, eu morei de aluguel, morei na invasão do Asun, lá é o pior lugar, foi horrível. Na época eu vim aqui pra casa da minha prima, aí depois disseram que queriam vender uma casa aqui pra baixo e eu vim pra cá. Eu comprei uma casa pra mim, pro meu marido e pros meus filhos, que é onde eu moro hoje. [sobre o valor] Foi caro, foi R\$ 6.000,00 e eu ainda estou pagando. Aí, hoje eu tenho a minha casinha... (Entrevista 20, moradora do Elo Perdido, em 12/06/2008).

São trajetórias que explicitam a aquisição da moradia como afirmação individual, pois decorrem de um longo percurso de instabilidades. Embora o Elo Perdido seja um dos lugares depreciados, inserido nas relações de alteridade que hierarquizam as localidades do bairro, marcado como o “beco da morte”, pela precariedade e violência, ainda assim é o local onde o sujeito constrói, através da aquisição da moradia, os vínculos com o lugar. A história de vida entrelaçada ao percurso de migrações entre co-habitar em favor, morar em ocupações e gastos além do orçamento familiar em aluguéis, torna a possibilidade de aquisição da casa própria o marco de segurança familiar. São histórias consolidadas no bairro, pois decorrem de migrações internas, o universo de possibilidades é restrito ao próprio lugar.

Na Figueira (FIG.18 e 19), os re-assentamentos aparecem como a própria precarização da vida, em que o espaço é desbravado e consolidado no re-assentamento. Tem-se concretamente o estranhamento com o local. Contudo, enquanto imposição, o processo de habitar na Restinga compreende o próprio *habitus*, constituído na aceitação e internalização da condição do seu lugar na cidade.



Figuras 18 e 19- Figueira.
Fonte: Nola Gamalho, ago. 2008.

Quando eu vim pra cá eu era pequena, né? Nós morava em Charqueadas, né? Aí viemos de lá pra Teresina, uma vila lá perto de onde fica o Grêmio, aí nós viemos pra cá, tiraram nós de lá e nós viemos pra cá. (...) Aí trouxe pra aqui, esse lugar mesmo. Eu sei que trouxeram nós pra cá. Isso aí era um matagal, não tinha luz... (Entrevista 37, moradora da Figueira, em 15/08/2008).

Co-habitar com parentes, em aluguéis de peças ou de favor são elementos recorrentes nas trajetórias de vidas no bairro. É potencializada a função da casa própria, que "(..) se constitui numa fórmula encontrada pelo trabalhador, como expediente de reprodução, para subsistir na situação em que o salário se situa abaixo do custo de reprodução da força de trabalho" (BONDUKI; ROLNIK, 1982, p. 127). A periferia é o lugar em que o pobre tem a possibilidade de adquirir sua moradia. Contudo, até mesmo a disposição de consumo do solo na Restinga é onerosa para essa população, sendo igualmente permeada por dificuldades em sua aquisição.

Alugava uma peça, era só o aluguel, eu mantinha meus alimentos e até hoje estou aí, a vida foi passando, foi passando, fiz amizades aqui, amizades com outros, e eu tive minha companheira (...) [sobre a compra do lote] não, passou vários anos pra poder conseguir, passou vários anos a gente trabalhando pra poder adquirir, né? E aí a gente adquiriu, porque hoje em dia se a pessoa não fizer isso aí, com esforço, com trabalho, a pessoa não tem nada, né? (Entrevista 38, morador da Figueira, em 15/08/2008).

A comercialização de terrenos e casas constitui outro viés do movimento de transformação do espaço. Dentro de uma concepção de ordenamento e assepsia, a forma espacial, as construções, as ruas são a expressão do caos e da precariedade. Contudo, o ato de habitar está além do pensamento hegemônico, além de padrões e valores, pois estabelece, nas conjunturas aqui abordadas, a afirmação do sujeito no mundo e entre iguais.

A 5ª Unidade Vicinal (FIG. 20 e 21) da Restinga Nova teve seu início de implantação em 1999, apresentando uma formação diferente das quatro primeiras. Possui 1623 lotes e 616 domicílios, sendo parte entregue como módulos sanitários de 3,30 m² e parte em unidades habitacionais de 32 m². Sua origem está associada a remoções de diversas vilas dentro e fora da Restinga. Dentro, destacam-se a Ocupação do Asun e da Rocinha. Também foram destinados lotes para famílias que co-habitavam na Restinga Velha e Nova. Entre as vilas removidas, destacam-se: Nossa Senhora das Graças (Vila Resbalo, bairro Cristal), Irmã Ermelinda (bairro

Cristal), Vila Alto Erechim (bairro Nonoai) Vila Chácara Sperb (bairro Nonoai), Vila São Vicente Mártir (Vila do Funil, bairro Camaquã), Vila Dário Totta (bairro Nonoai). A diversidade de vilas produziu atritos no início do loteamento, ocorreram problemas como tiroteios e dificuldade de subsistência (MORAES, 2008).



Figuras 20 e 21 - 5ª Unidade Vicinal
Fonte: Nola Gamalho, maio/2008

A 5ª Unidade não apresenta contigüidade com o restante do bairro e, embora seja referente à Restinga Nova, sua origem e localização estão mais relacionadas com a Restinga Velha. Contudo, diferente dos processos ocorridos em outros re-assentamentos, a aquisição de moradia na 5ª Unidade consistiu em promoção do morador.

(...) eu fui morar de aluguel na Restinga Velha, morei de aluguel, quando terminou o meu dinheiro do aluguel eu construí uma casinha nas invasão. Morei nas invasão do Unidão, tem um grupo de Porto Alegre que é a Udesca, a União dos Destaques de Porto Alegre, e aí a Udesca, a Udesca existe até hoje(...) Aí a Udesca veio na minha casa para eu participar. Chegando eles na minha casa: Mas o [fulano] mora aqui? Nas invasão? E eu tendo que pular pelos lodos pra entrar na minha casa e eu, mestre-sala da Imperadores do Samba, uma escola grande. Aí um deles disse assim: [fulano], me empresta o banheiro. E eu não tinha banheiro. Eu tinha um quadradinho que tinha uma cortininha que eu colocava um balde pras pessoas fazerem xixi, eu não tinha banheiro. Aí eu disse que eu não vou ficar aqui, eu vou lutar. Fiquei 8 (oito) meses ali e com o dinheiro da Imperadores eu comprei meu lá na 5ª Unidade. E aí eu fui presenteado com esse banheiro lá na 5ª, eu não dei quase nada. (Entrevista 11, morador da 5ª Unidade, em 02/04/2008)

As vivências marcam os sujeitos, que significam e são significados pelo espaço. Nas situações de intensa precariedade, a aquisição de moradia por remoção constitui o progresso pessoal; pois é significada como o ingresso à vida digna. São elementos explícitos na fala do entrevistado, a aquisição do módulo sanitário na 5ª Unidade foi o início da própria ascensão pessoal, retirando dele os elementos pejorativos do lugar.

As situações se repetem na produção das diferentes localidades do bairro. O crescimento interno intensifica as demandas de habitação, dado apontado na diferença entre lotes e domicílios, revelando uma realidade em que a constituição de novos núcleos familiares ocorre no mesmo lote.

O excesso de moradores por lote e as ocupações de áreas públicas ou reservas constituíram demanda de criação de novo solo. A formação do Núcleo Esperança II originou-se a partir da remoção de uma invasão no Barro Vermelho.

A vila Castelo (FIG. 22 e 23) foi construída para reassentar a invasão ocorrida na Avenida Cavalhada, próxima a Avenida Eduardo Prado, na década de 1980 (MORAES, 2008). Além dessas remoções, constam, segundo levantamento de campo, assentamentos de famílias em situação de fragilidade social, que foram encaixadas na produção de habitação da Vila Castelo.



Figuras 22 e 23- Vila Castelo
Fonte: Nola Gamalho, abril de 2008.

Ah, eu também, mas eu morei sabe, numa peça, eu morava numa peça menor que essa aqui. Aqui tem uma peça nesse terreno do lado, não sei se vocês repararam, eu morei numa peça que só cabia a cama, o fogão e só, não cabia uma cadeira, nada, só eu e a [Fulana]. Aqui na Restinga também, aí depois que eu mudei nessa peça, sabe, aqui depois, tu chegou a ver, na frente de onde era a escolinha. Quando eu saí da escolinha que eu passei, eu acho pro outro lado da rua. (...) Ali que eu morei. Quando eu saí dali eu fui pra uma peça enorme de grande, uma peça só, só que ia daqui e aí o que eu tinha? Eu só tinha aquela cama de solteiro com a [Fulana], um

armarinho de botar as roupas, e o fogãozinho de duas bocas. Aquilo naquela baita casa, na outra era pequeno pra muita coisa e a outra era grande, mas eu não tinha nada. E assim eu vivia a vida. (Entrevista 19, moradora da Vila Castelo, em 19/04/2008).

Algumas trajetórias já denotam vínculos com o bairro, em migrações dentro do mesmo, vivenciando e amalgamando, a partir das relações sociais, o sentimento de pertencimento ao espaço, lugar do pobre na cidade. O assentamento, ao tornar os sujeitos proprietários, fixa-os no lugar, possibilitando a aplicação de investimento em um bem próprio, promovendo o lugar e o sujeito. Ora, a valorização ocorre não apenas pela localização, mas pela trajetória de aquisição da moradia, processo permeado por intensa opressão, dependência da instância governamental e precariedade da condição humana. São elementos que compõem o pertencimento ao lugar.

Aí eu fiquei dois meses na minha irmã. Aí eu fiquei pensando. Na hora assim a gente pensa em jogar tudo pra cima. Aí eu pensei, o que eu vou fazer com os meus filhos, 4 (quatro) filhos? Eu tinha casa, tinha tudo. Mas a gente não pode deixar a peteca cair no primeiro tombo que a gente leva, né? Aí eu peguei e segui trabalhando. Aí eu tava na minha irmã e todo dia eu ia no DEMHAB xaropear eles, de repente eles iam conseguir uma casa de emergência pra mim, né? (...) Mas eu nunca deixava de ir, porque a gente não pode deixar: ah, eles vão conseguir (...) Aí teve um dia que eu disse: eu to atacada até da depressão, eu tomo remédio tarja preta e tudo. (...) tô com meus filhos praticamente na rua, aquele dia lá vocês viram, a assistente social tirou foto e eu não tenho, como eu vou ficar lá com a minha irmã? Quatro filhos, até pra comer não era tanto porque eu trabalhava, mas criança... (Entrevista 18, moradora da Vila Castelo, em 19/04/2008)

A casa própria, a partir dos processos de re-assentamento, envolve dramas humanos atravessados por intensa precariedade, tanto no lugar de origem, quanto no de recebimento. A cada nova produção do espaço, produz-se novo espaço, singular para os que o vivenciam, mas generalizado dentro dos reconhecimentos do bairro, que o fragmentam entre Velha e Nova. Independente do processo de re-assentamento, se desejado ou imposto, o mesmo produz a relação de pertencimento ao espaço, o que promove a re-elaboração de sua representação, impregnada das sensações vinculadas à estabilidade.

2.1.3. AQUISIÇÃO DE MORADIA POPULAR EM PROJETOS HABITACIONAIS

As políticas de produção de habitação popular, ao mesmo tempo que promovem a inclusão a partir do acesso a moradia, constituem, sob o viés sócio-econômico, espaços homogêneos. A casa própria é atrativa pelo desejo e conseqüente capacidade de consumo e pela necessidade, em ambas sendo determinantes as distâncias sociais. A promoção de habitação popular é, simultaneamente, solução e restrição, pois na relação entre valor de uso e valor de troca tem-se a fragmentação da cidade, envolvendo *status* distintos, constituindo os bairros nobres e periféricos, como a localização da Restinga, na periferia de Porto Alegre. A produção de habitação popular na Restinga (TAB. 7), faz parte dessa fragmentação diferencial da cidade.

Tabela 7: Produção do espaço por programas habitacionais				
Localidade	Data de Implantação	Nº de Lotes	Nº de Domicílios	O número de domicílios em relação ao de lotes
Restinga Nova – 1ª U. V.	05/11/1971	1004	1201	+ 197
Restinga Nova – 2ª U. V.	12/11/1975	602	661	+ 59
Restinga Nova – 3ª U. V.	28/08/1976	816	924	+ 108
Restinga Nova – 4ª U. V.	04/09/1980	1086	1219	+ 133
Conjunto Residencial Monte Castelo	01/12/1980	512	512	00
Conjunto Residencial Sargento Sargento Silvio Holembach	01/12/1980	416	416	00
Conjunto Residencial Loureiro da Silva	31/12/1985	416	416	00
Conjunto Residencial Angico	01/01/1987	96	96	00
Condomínio Harmonia	21/09/2000	20	20	00
Loteamento Núcleo Esperança	08/1993	456	450	- 6
Cabriúva	08/1989	218	254	+ 35

Fonte: MORAES, 2008

A Restinga Nova (FIG. 24 e 25) foi planejada a fim de amenizar o problema do *deficit* habitacional da população de baixa renda. Representa a independência do aluguel e a ascensão social que a condição de proprietário atribui. A legitimidade da posse valoriza a moradia, referenciada nos valores que

atravessam o *habitus* do trabalhador, um complexo sistema de referências e valores que atribuem ao pobre trabalhador um modo de vida. A casa é um importante símbolo, representando no sacrifício de sua aquisição os valores da conquista. A valorização desse bem não é restrita à dinâmica de mercado, das relações de troca, mas é o reconhecimento do sujeito dentro desse sistema de valores.

Na época a casa aqui não era qualquer um que tirava, eu tirei porque eu comprovei 6 (seis) salários mínimos, que eu trabalhava e fazia hora extra, eu era porteiro. (...) eu acho assim, o seguinte, eu acho que toda pessoa, principalmente o pobre, o sonho dele é ter uma casa própria. Quem não quer ter uma casa própria? Pagar aluguel, já é pobre e ainda paga aluguel, come na mesa, o aluguel come na mesa. (Entrevista 5, morador da Restinga Nova- 1ª Unidade, em 11/08/2008)



Figuras 24 e 25- Restinga Nova – 2ª e 4ª Unidades Vicinais
Fonte: Nola Gamalho, fev./2008; fev./2009.

A aquisição da casa própria é também a constituição de uma aposentadoria patrimonial, visto que pode ser comercializada em situações emergenciais. Alguns elementos não são particulares de determinada localidade do bairro, mas perpassam todos os mecanismos de aquisição da casa.

A trajetória de dificuldades, opressões, instabilidades se repetem, mais intensa nas ocupações e re-assentamentos, mas também vivida pelos moradores que adquiriram sua moradia nos programas de habitação. E são as suas histórias que agregam valor ao espaço, nas trajetórias do indivíduo que passam a marcar e ser marcadas pelo lugar.

A produção da Restinga Nova deu-se dentro de um espaço de referência já estigmatizado, a Restinga Velha. A elaboração do espaço de representação foi produzida na tensão do bom e do mau lugar, do trabalhador que,

com o esforço de seu trabalho, adquire a casa própria e o maloqueiro, que, por seu modo de vida, promiscuidade e ilegalidade do uso do solo, foi determinada sua localização na cidade. É sob essas alteridades que foi elaborada a representação do espaço, ancorada na figura do trabalhador e do progresso individual.

A história do bairro é atrelada aos fatos das vidas de seus moradores, que dada a sua condição de classe é constituída por sucessivos percalços, condições precárias de habitação, a constante possibilidade de despejo e o dispendioso gasto no aluguel.

[sobre quando foi para o bairro] foi em 1976, logo que me casei. Nós casamos e moramos na Volta do Guerino, no Passo da Areia. Nós morávamos lá, depois fomos morar na Bom Jesus, em casa a meia. Eu morava numa parte e meus primos na outra. Meus primos se mudaram, foram morar em Alvorada. Daí eu morei nessa parte que desocupou. Na Bom Jesus (...) aí, tinha lá uma empresa que queria desocupar o pessoal daquela planta, a casa que a gente morava não era regularizada, mas a gente pagava aluguel, morava num porão e pagava aluguel. Daí conversa vai, conversa vem, lá no estaleiro aí a gente começou a se juntar. Todo mundo com problema de moradia, daí a gente começou a se juntar. Um tinha feito inscrição no DEMHAB na época. Daí surgiu a possibilidade. Eu fui lá, minha esposa estava grávida do primeiro filho. Daí a gente foi batalhar, para ganhar casa na Restinga tinha que ter político influente, se não, não ganhava (...) (Entrevista 6, morador da Restinga Nova – 2ª Unidade, em 14/02/2008)

As possibilidades de aquisição da moradia ocultam o processo de segregação socioespacial, ao mesmo tempo em que revelam que viver e habitar a periferia é a arte da invenção, desde as estratégias de aquisição da moradia, até o ideário e práticas de melhoria, freqüentemente percebido como “progresso” e da própria submissão ao clientelismo político.

Eu acho que, no caso da Restinga, quem veio primeiro foi a minha avó, depois o meu pai e a minha mãe foram morar pra casa da minha avó, bem perto do [fulano], depois a minha mãe conseguiu casa, muito em função de paternalismo político, porque tinha o João Severiano que era jogador de futebol, era colega do meu tio e virou vereador. Aí na década de 80 teve esse lance das casas das Unidades Vicinais, aí teve a 4ª Unidade que foi uma das últimas que teve. Aí minha mãe conseguiu a casa em função do contato com o cara. Foi falctruagem, era sorteio e o cara disse: bota aí a casa da [fulana] que tá valendo. Não dá pra dizer se estava errado, não sei se estava errado, não quero dizer isso porque não sabe o desespero da minha mãe, nem nada. Minha mãe queria ter a casa dela. (Entrevista 9, morador da Restinga Nova – 4ª Unidade Vicinal, em 28/05/2008)

As trajetórias se sucedem no espaço-tempo, sobrepondo-se às velhas, novas histórias e novos moradores. Embora a origem seja a partir dos programas habitacionais, a transformação do espaço e comercialização dos lotes atrai novos moradores que, delimitados pelo solo enquanto valor de troca, encontram sua possibilidade de uso na Restinga. A aquisição da casa própria na periferia é a segregação oculta no mecanismo do mercado, sem contudo deixar de ser o aspecto positivo para o alicerce de famílias, que encontraram numa Restinga já estruturada, com ônibus, serviços e comércios, sua possibilidade de reprodução. O espaço é significado dentro do universo da condição do pobre trabalhador.

O que me trouxe pra cá foi que eu achei o bairro, de periferia, que era pelas minhas posses, mas era o que eu poderia comprar. E eu achei assim, um lugar muito diversificado, tem vários níveis de pessoas, vários níveis sociais, e achei que tinha acesso a mais comércio, que tinha mais escolas, que era melhor do que o bairro que eu estava, pra pobre ele era melhor. (...) Eu vim primeiro para o apartamento, as minhas posses não davam para uma casa, aí eu vim para o apartamento e já tinha passado por outros moradores, mas eu adorei, eu gostei, achei bem seguro, porque o prédio era fechado. (...) E eu sempre almejei ir pra uma casa, aí eu tirei empréstimo, acho que foi isso e vendi lá aquele apartamento e eu tinha comprado, tinha uma garagem ali, eu vendi a garagem e fui pra uma casa que ainda não é essa aqui. Fui pra uma casa aqui próximo, na 4ª unidade, precária, mas precária que Deus o livre... (Entrevista 10, moradora da Restinga Nova – 4ª Unidade, em 04/08/2008)

Em um contexto distinto da Restinga Nova, foi produzida a Cabriúva (FIG. 26) e o Loteamento Núcleo Esperança (FIG. 27). Não é apenas a contigüidade física que gera similitude entre esses núcleos e a Restinga Velha, mas sim sua forma e deficiência de equipamentos públicos. São singularizados apenas pelos moradores que vivenciam a diferença.

A formação da Cabriúva envolve a produção de moradia popular, remoção e ocupações. Foram assentadas famílias entre um e cinco salários mínimos. Também foram transferidos invasores do Núcleo Esperança. (MORAES, 2008). A representação do espaço que o estigmatiza não é entrave para a necessidade, transformada em desejo, da aquisição da casa própria.

Aí eu fui inscrever a minha filha, essa que é dona aqui. Aí a inscrição no DEMHAB era ali na Santana, ali na Princesa Isabel, a gente ia lá, eu que ia ver, depois a minha filha trabalhava, e eu ia lá olhar que eu tinha tempo. Um dia eu vim aqui, era só campo. (...) Chegou um dia. Eu disse [fulana]... (...) tu sabe que eu sonhei, eu sonhei que eu peguei um ônibus e um motorista tão estúpido pra mim, eu embarquei no ônibus e ele disse: não, não, esse

ônibus não é o seu não, o seu é aquele lá, da Restinga. Acordei. Quando a [fulana] chegou eu: que engraçado... A [fulana] faz assim: não espero mais, 12 anos, nem sei o que vai ser feito, pagar aluguel... ali não vem mais. Criatura, não demorou poucos meses, a minha filha chegou do serviço, tinha uma carta pra [fulana], chamando ela pra já, que era pra ver o sorteio, já tava a casa pronta e era pra ir lá na quadra ver o sorteio, iam fazer o sorteio. Olha, criatura, fiquemos abobado, aí minha filha foi sorteada. (Entrevista 36, moradora do Núcleo Esperança, em 11/09/2008).



Figuras 26 e 27- Cabriúva e Loteamento Núcleo Esperança
Fonte: Nola Gamalho fev./2009

Os edifícios Monte Castelo (FIG.28) possuem 32 blocos, 512 domicílios de 54,20 m²; Conjunto Residencial Sargento Silvio Holembach, 416 domicílios com 53,48 m²; Conjunto Residencial Loureiro da Silva (FIG. 29), 26 edifícios e 416 domicílios de 45,87 m²; Conjunto Residencial Angico, 96 domicílios de 50,50m² e o Condomínio Harmonia, 20 domicílios com 32,76 m², o qual foi demanda do Movimento pela Moradia em fórum do Orçamento Participativo.

São produções de moradia resultantes da lógica do déficit habitacional, marcadas por trajetórias semelhantes na condição da casa enquanto fuga de situações degradantes e ascensão ao status de proprietário.

(...) casado fui morar com meu sogro, não tinha casa, aquela coisa. Nem era dele, era alugada. E aquilo cria uma angústia, uma ansiedade nas pessoas, porque tu casou, tu tá prevendo um futuro e tu tá numa circunstância completamente instável. (...) Aí a [fulana] se inscreveu no DEMHAB e eram muitos candidatos e a gente já estava quase descrente, né? Porque esse Departamento Municipal de Habitação também é uma autarquia e ela se cerca de muitos apelos políticos, então muitos processos a gente sabia que eram adiantados em relação aos outros, gente que tinha padrinho, os próprios diretores do DEMHAB usavam isso como um meio político, e até hoje é assim. (..) Então eles usavam aquilo ali como um apelo político pra depois se candidatarem. Aí nos escrevemos pra ganhar uma casa, aí um belo dia o Flávio Anton chegou e: olha, eu tenho, como sociólogo lá, posso indicar duas pessoas pra ganharem, mas [fulano], é só apartamento. (...) Mas na situação que nós nos encontrávamos, nós não pensamos duas

vezes, pra já. E aí fomos contemplados, passamos por todo aquele processo de ser fotografado com o Zanella e o Pujol... (Entrevista 41, morador do Monte Castelo, em 26/09/2008)



Figuras 28 e 29- Conj. habitacional Monte Castelo e Conjunto habitacional Loureiro da Silva
Fonte: Nola Gamalho, Set. 2008

A produção de moradia popular se insere na padronização do espaço, na supressão da criatividade humana. É a produção de espaços homogêneos para uma população homogênea. Contudo, o que seria repetição foi impregnado pelas necessidades humanas, que exigem a ampliação da casa, e da criatividade, pois a melhoria da casa agrega um sentimento de dignidade, de estar incorporado à sociedade. É nesse sentido que, ao transitar pelas ruas da Restinga, percebe-se somente a diversidade e, em poucas situações, algumas marcas da forma original dessas moradias.

2.1.4. PRODUÇÃO DO ESPAÇO POR OCUPAÇÃO

A aquisição da moradia através das ocupações compõe o acesso à habitação, necessidade básica que a cidade formal negou, para a parcela da população intensamente fragilizada, que encontra no extremo da ilegalidade a possibilidade de adquirir a casa própria. A Restinga possui importantes formações espaciais originadas de ocupações (TAB. 8). Contudo, essa informalidade não é

condição para a ausência de vínculos entre morador e lugar, e a casa, nos aspectos afetivos e de reconhecimento comunitário, adquire *status* de propriedade.

Tabela 8: Produção do espaço por ocupação²⁵

Localidade	Data de Ocupação	Nº de Lotes	Nº de Domicílios
Vila Beco do Bita	1975	-	216
Rocinha	1992	199	180
Vale do Salso	01/96	76	88
Chácara Pedroso	-	-	229
Vila Baltimore, nº126 e nº360	-	-	168
Ocupação do Asun	-	-	73
Ocupações da João Antônio da Silveira (núcleos 2571 e 4000)	-	-	26

Fonte: MORAES, 2008.

As ocupações são a última alternativa, quando não há como co-habitar, pagar aluguel ou adquirir formalmente a moradia. Nesses casos, ocupar ou comprar um lote em ocupações é a possibilidade de sobrevivência. As trajetórias de migrações e instabilidades marcam os sujeitos, retirando deles o sentimento de dignidade, constituindo no habitar a “base da formação do sentido da vida (...)” (CARLOS, 2001, p. 220). Os relatos que envolvem a conquista da moradia são intensos, e sua aquisição representa a possibilidade de uma vida melhor.

Não, eu saí de lá e fui morar com um irmão meu no Menino Deus, depois que eu me separei dele. Depois do Menino Deus ele chegou pra mim e disse: Eu te dei pra morar por uns tempos e não pra morar pra vida inteira. Aí eu fiquei ofendida com aquilo ali, fazia três anos e meio que eu morava ali e fui embora. Aí eu disse pra uma amiga: Não tem uma casa pra me emprestar pra eu morar até... Eu não quero mais ficar aqui. E era lá no Teresópolis. Ela disse: tem uma peça lá, podia ter botado tu lá, recém foram os caseiros pra lá. Eu te dou. Aí nós fomos pra lá, depois eu vim para a Costa Gama e fizemos duas peças no terreno do meu irmão, ali na casa dele. Aí eu não queria mais ficar ali, daí eu soube que invadiram aqui. Eu queria... Mas tu não mora lá porque é muito tiro, muita bala, muita coisa. [simulando fala do irmão para ela]. (...) Aí eu não tinha mais onde morar, eu não tinha mais casa, não tinha mais emprego, não tinha mais nada. Eu tinha umas máquinas que eu emprestei pra minha irmã, daí ela me... Acho que tinha malha junto, tinha moldes que fazia pra ganhar um dinheirinho. Aí eu emprestei minhas máquinas pra ela e ela me deu R\$ 1.000,00 pra mim dá entrada nessa casinha que era uma casinha bem pequenina, daí eu vim pra cá. (Entrevista 13, moradora da Vila Beco do Bita, em 28/03/2008).

²⁵ Moraes (2008) identifica diversas pequenas ocupações em áreas de reserva técnica e praças, mas que não são aqui singularizadas na produção dos diversos espaços dentro da Restinga. São elas, na Restinga Velha: Baltimore, Vila rua nº 126 – 97 domicílios; Baltimore, Vila rua nº360 – 71 domicílios; Coliseu, ocupação rua nº 516-6 domicílios; Coliseu, ocupação rua nº 541 – 6 domicílios; Malvinas, núcleo rua nº101 – 3 domicílios; Manoel Faria da Rosa Primo, ocupação rua nº747 – 15 domicílios; Salem, Vila rua nº 383 – 63 domicílios. Restinga Nova: Cinco, ocupação acesso nº4228 – 4 domicílios; Peracchi Barcelos, núcleo rua Governador nº 4268 – 5 domicílios.

Os locais constituem imagens, representações que antecedem sua formação, pautadas no significado de ocupação, sendo elaboradas a partir da imagem formada e não da realidade. Vários elementos depreciam os locais de ocupação, a referência à precariedade e perigo está posta no senso comum, dada a associação direta e proporcional da pobreza com violência. As ocupações, em conjunto com a Restinga Velha, são os espaços cujas significações mais degradam o seu morador, reduzindo não apenas o valor de troca do solo, mas quem nele se estabelece. No entanto, é também a materialização do solo enquanto abrigo, constituindo a possibilidade de aquisição da casa própria.

A Vila Beco do Bita (FIG. 30 e 31) é uma ocupação antiga, que teve uma expansão significativa em período recente. Seu crescimento foi contido apenas pelo arroio do Salso, que o limita a norte. Sua origem foi marcada por condições muito precárias, formada por uma população intensamente marginalizada. Contudo, a produção do espaço é um constante movimento, da melhoria da casa, da constituição de relações socioespaciais, da sucessão das famílias, etc. Nesse sentido, a comercialização dos lotes atua também na transformação do espaço.

Na época a Rozeli que morava ali, ainda mora ali na frente, um ou dois invadiu, não sei direito que confusão deu, que ela disse assim: quem quiser entra lá e toma o seu lote. E aí se organizou e foram tomando os lotes, né? [sobre a dada da ocupação]. Se eu não me engano em 92 ou 93, nessa época mesmo, 93, 94. Uns 10, 12, 13 anos. A frente lá é mais de 20 anos, aquilo lá com certeza mais de 20 anos, porque eu era pequeno e já existia aquele pessoal morando ali na frente, porque a gente descia pra ir na sanga, quando dava pra tomar banho. (Entrevista 14, morador da Vila Beco do Bita, em 16/06/2008).



Figuras 30 e 31 - Vila Beco do Bita.
Fonte: Nola Gamalho, mar/2008

A grande demanda de moradia propicia sua comercialização ilegal, mecanismo presente nas áreas onde a especulação imobiliária não incide fortemente. A casa é transformada em desejo, objeto almejado, expectativa de uma vida melhor, independente se o acesso foi formal ou informal. Ainda que nas ocupações pare a possibilidade de perda, a legitimidade de sua posse dá-se em concordância com a comercialização, pois em sua maioria os moradores pagaram pelo direito de uso, constituindo no seu imaginário a condição formal de posse.

A gente fez o contrato e tudo, com o Chicão, porque a intenção era pagar. Creio que paguei um ano, eu acho, mas daqui a pouco começou: não, porque estamos pagando errado, porque isso, porque aquilo. Realmente, tinha muita gente que não tinha pago uma prestação e o cara não veio cobrar nada. Opa, para aí, se ele é dono, se ele não é dono e tem procuração do dono, se tá tudo certo, porque ele não tá cobrando de todo mundo? Tá cobrando de um e de outro? E aí, assim, não pago mais, não pago mais e vamos ver no que vai dar. (...) Ele não vai tomar meu dinheiro, como eu sei que teve pessoas que pagaram à vista o terreno. Nós fizemos um acordo com o DMAE, a gente fez um acordo e o DMAE só intermediou, não fez nada com nós, só intermediou. E foi feito lá no CECORES, assim, R\$ 50,00 de entrada e 12 parcelas de meio salário mínimo. O pessoal ficou feliz da vida, não tinha água, não tinha luz, não tinha nada, mas em menos de um ano nós estamos de dono do nosso negócio... (Entrevista 14, morador da Vila Beco do Bitá, em 16/06/2008).

Habitar não é uma simples mercadoria a ser consumida, mas uma conquista de dignidade. Residir em ocupações remete os moradores a elementos que degradam a condição humana, ancorando a representação do espaço em aspectos de insalubridade e do não reconhecimento do direito de uso. Contudo, é o início da caminhada em busca do progresso que se estende da casa para a rua, da relação privada e pública. Tem-se um percurso de luta pela casa própria, histórias, embates que contribuem para a consolidação dos laços espaciais e na apropriação do lugar pelos sujeitos que o mesmo é produzido e significado.

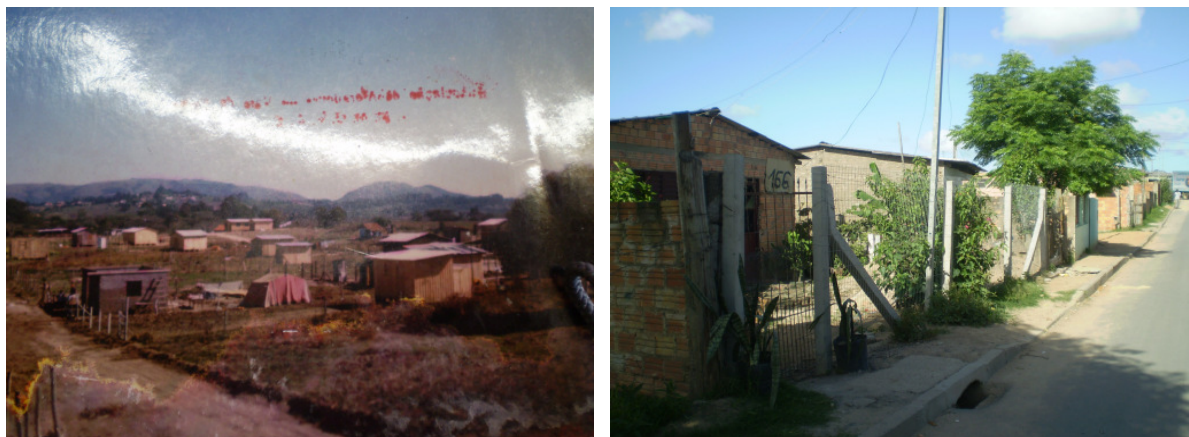
Não, agora tem tudo de todo mundo, esse valo aqui e sai lá na entrada da Restinga, ele vem lá do Mapa, do Pinheiro, então tudo o que tem no caminho vem ali. Aí o meu irmão e esse cara, nós pegamos o terreno e começamos a limpar aqui, nós limpamos daqui até a casa da dona [Fulana] e foi com enxada e facão e aí precisava dormir aqui pra cuidar o material... (...) e garantir o lugar, então eu fazia assim, eu dormia aqui até a ameaça de pontada, quando eu ficava com ameaça de pontada eu voltava a dormir lá na casa da minha mãe, aí eu me recuperava da ameaça de pontada e voltava aqui, voltava a ter ameaça de pontada e vamos pra lá. (...) Valeu, valeu a pena, hoje tenho uma casa que é minha, coisa que muito amigo meu não tem, não conseguiu, tem uma coisa que é minha, um cantinho pra cuidar dos filhos (...) Então é minha casa, pode não ser das melhores, das mais maravilhosas do mundo, mas é onde a gente consegue viver e sobreviver por enquanto, né? (Entrevista 14, morador da Vila Beco do Bitá, em 16/06/2008).

Com o espaço, estabelecem-se relações afetivas de pertencimento, pois o lugar é significado a partir das lutas e como possibilidade de reprodução da vida. Nesse contexto, o valor de troca é pouco relevante, embora não descartado, em comparação ao valor de uso, pois ao espaço são agregados valores referentes às histórias, alegrias e tristezas vividas por seus moradores. O habitar constitui “o mundo da percepção sensível, carregado de significados afetivos ou representações, que por superarem o instante, são capazes de traduzir significados profundos sobre o modo como essas se constituíram...” (CARLOS, 2001, p. 219).

Assim como a ocupação da Vila Beco do Bita, o Vale do Salso (FIG.32 e 33) foi produzido pela comercialização ilegal dos lotes. A área foi vendida por Cláudio Kemper a Claudionei e Rita Ignácio Pereira, filha do Bita, que fracionaram a área em 75 lotes de 300 m, vendidos por R\$ 2.500,00, cada (MORAES, 2008). A comercialização ilegal gerou o conflito pelo reconhecimento do direito de propriedade.

Quando nós viemos pra cá, isso aqui era uma plantação que tinha aqui né? (...). E a gente veio pra cá e um grileiro que cuidava da área que tinha aqui vendeu como se fosse dele. O valor de R\$ 3.000,00 cada lote, e 75 lotes. E a gente comprou. Quando a gente tava construindo a casa aí chegou o oficial de justiça aqui, dizendo que a área era do DEMHAB e que tinha uma reintegração de posse, né? Então deu uma confusão enorme, a gente foi pro Ministério Público, foi a última coisa que resolveu. Primeiro nós fomos em meios de comunicação, nós fomos em rádio, fomos no Zambiasi (...) Hoje conseguimos, tive que ficar indo em reuniões e buscando com medo de perder. Eu não tinha dinheiro pra comprar outro. E aí fui lutar por ele. E aí eu consegui. Hoje estamos realizando umas obras aí. A gente ainda não está com a regularização definida. Ainda não temos documento nenhum da área, mas a gente tem o direito de moradia assegurado no Ministério Público. (Entrevista 39, morador do Vale do Salso, em 18/07/2008)

São inúmeras as famílias que investem as escassas economias ou, que adquirem empréstimos para a aquisição do lote, potencializando o drama da comercialização ilegal e da possibilidade de despejo da área. Na produção do espaço formal, o direito de uso dá-se pela posse reconhecida da propriedade privada. Na ocupação do Vale do Salso instalou-se um conflito e luta pelo reconhecimento da posse. Tal conjuntura de instabilidades agrega valores, sentidos e sentimentos ao espaço. As amarras do sujeito com o lugar não são unicamente pela sua condição como consumidor, mas também pela suas trajetórias e conquistas.



Figuras 32 e 33 - Vale do Salso em 2000 e 2009

Fonte: Acervo de morador; Nola Gamalho

Eu tinha tanta vontade de ter o meu local pra morar e não depender de aluguel. Porque pra mim, aluguel é um dinheiro que vai fora. Principalmente pra quem luta por aquele dinheirinho, aquele dinheirinho tão difícil de ganhar. Tu paga água, luz, aluguel, quase vai todo o teu salário. E aí todo mês era aquilo ali. A gente não tinha quase nada. O que nós temos hoje, né? A gente tá é quase construindo a casinha ali nos fundos, né? A gente construiu uma barraquinha provisória de madeira, provisória e já faz uns 10 anos que tá ali. Mas a casinha de tijolo nós estamos fazendo ali nos fundos, né? (Entrevista 39, morador do Vale do Salso, em 18/07/2008)

Já a ocupação do Asun²⁶ (FIG. 34 e 35), diferente das anteriormente mencionadas, apresenta-se como uma espacialidade de transição, dada a condição depreciativa que agrega ao seu morador. Em algumas situações, a aquisição da moradia apresenta-se em um quadro de extrema precariedade, podendo formar um laço permanente ou temporário com o espaço. Na ocupação do Asun os laços são temporários, formando uma espacialidade de transição para outra situação: por aquisição, outra ocupação ou assentamento em outra área, como os assentamentos na Vila Castelo e na 5ª Unidade. Esses espaços de moradia temporária são reconhecidos como portadores de negatividades.

O lodo, as pessoas, as casas, tudo compõe a estética da degradação humana. Nessa ocupação, não tem sentido as representações acerca da Restinga, pois eles já estão em meio ao ápice do estigma, no extremo da exclusão, à margem do mercado de trabalho. Não há impacto sobre eles as representações do bairro, pois a possibilidade de morar na Restinga, fora da ocupação, já é promoção social.

²⁶ Ocupação localizada atrás do supermercado Asun.

Eu fazia as minhas necessidades todas numa sacolinha, dava um nó e jogava atrás do Asun (risos). Aí eu disse pra ela que agora eu sou rico, perto do que eu passei... Quando eu saía, quando eu botava uma roupa pra mim ir trabalhar, quando eu saía eu já me embarrava todo no lodo, já caía a calça no lodo e eu tinha fé, eu sei que um dia eu vou ter o meu canto... (Entrevista 11, morador da 5ª Unidade, ex- morador do Asun, em 02/04/2008)



Figuras 34 e 35 – Ocupação do Asun
Fonte: Nola Gamalho, abr./2008

O progresso pessoal somente é alcançado com o distanciamento da ocupação. Por conta disso que constitui um espaço de transição, alterando constantemente a população e restando apenas os mais marginalizados.

Eu já pensei várias vezes, tu sabia? Tu vai dizer que eu sou louca, mas eu pensei em ir morar em aluguel, numa rua principal, onde não tenha barro, não tem poeira, não tem nada. Tu viu minha filha? A minha filha única, são seis homens e uma mulher. Eu queria dar uma vida melhor pra ela, estaria pagando aluguel, mas ela estaria numa rua principal, onde só mora gente... não vou dizer que quero morar no meio da gente assim... não é isso. (Entrevista 28, moradora da Ocupação do Asun , em 05/04/2008).

Embora depreciativo, a possibilidade de aquisição de uma casa na ocupação é a alternativa de sobrevivência que resta para aqueles sujeitos que estão no extremo da sociedade e que encontram nas ocupações sua inserção na cidade, ainda que de forma marginal.

Primeiro eu morei lá no aluguel que nem ele tava falando, daí quando ele foi eu queria também ir, né? Porque o aluguel consome muito a gente, né? O aluguel era R\$ 120,00, e a mulher queria aumentar mais? E o banheiro era separado, era caro, não valia a pena. A gente tá pagando uma coisa que não é da gente. Daí o meu ex-marido, que é o pai das crianças: Aí, porque tu só inventa moda e não sei o quê? Não, eu quero ir lá pras Invasão. Aí fomos lá pras Invasão, aí o cara tinha invadido uma casa lá, uma pré-moldada muito bonitinha. Daí eu fui lá, falei com ele, o amigo do meu marido também foi lá e falou com ele. Aí ele disse assim: não, se vocês querem eu vendo pra vocês. Aí eu bah, negócio fechado, eu quero. Só não tinha banheiro, aí nós compramos por R\$ 700,00, e ficamos uns anos lá. (Entrevista 18, moradora da Castelo, ex-moradora do Asun, em 19/04/2008).

Segundo Bonduki e Rolnik (1982, p. 138), “O trabalhador, ao optar pela casa própria, não visa apenas eliminar o gasto mensal com a habitação, mas objetiva também a formação de um patrimônio (...)”. Esse é certamente um ponto importante na aquisição da moradia, contudo, é a precarização de parte desse segmento social que os exclui da capacidade de optar, não há escolha. É nesse contexto de precariedade que proliferam múltiplos processos de compra e venda marcados por estratégias que tangenciam as formas de comércio capitalista.

Já estava na minha mão. E aí o que acontece, eu botei a chave dependurada com o voto, o sangue de Jesus tem o poder, boto o olho por terra e a inveja também e me dá a vitória. E o que aconteceu? Em uma semana eu liguei pra ela: escuta aqui, eu tenho um som três em um, daqueles antigos e uma televisão de 14 polegadas. (...) tudo funcionando, só antigo. Ta, tô indo aí. Olhou... Tá, me dá mais R\$ 100,00. Não, se eu vou te dar os R\$ 100,00, eu tô mentindo. Não tenho, mas olha aqui óh, arregacei o balcão, tinha um pacote de farinha dentro do balcão e uma lata de óleo. Tá me dá esse som e a televisão e fica com a casa. (Entrevista 28, moradora da Ocupação do Asun, em 05/04/2008).

Essas situações envolvem diferentes segmentos sociais, todos marcados pelo processo de segregação espacial imposto e camuflado pela fragmentação hierárquica do solo urbano. Nas ocupações, predomina um segmento que faz parte apenas parcialmente desse mercado de consumo, desenvolvendo estratégias de habitação e de relações sociais particulares, onde o que aparece no senso comum como caótico (precariedade das casas e da escassa infra-estrutura, intensa religiosidade, brigas de vizinhança) compõe formas criativas de sobrevivência dentro das possibilidades de existência que esse segmento possui.

A Rocinha (FIG.36 e 37) é uma ocupação que promove a permanência dos moradores, diferente do Asun. Contudo, é também identificada como um espaço ruim. As representações sociais da Rocinha foram ancoradas às do Rio de Janeiro. *“A Rocinha é a maior invasão. Aí eles se identificaram com a Rocinha do Rio, porque é morro e as casinhas eram umas por cima das outras. Ficou Rocinha. As pessoas foram invadindo, fazendo suas casinhas”*. (Entrevista 15, moradora da Rocinha, em 14/03/2008). A Rocinha teve intensos conflitos decorrentes de rivalidades entre os pontos de tráfico de drogas, intensificando a associação.



Figuras 36 e 37- Rocinha
Fonte: Nola Gamalho, fev./2008

As ocupações correspondem ao espaço conquistado da natureza. O comércio de moradias é intenso e são poucos os moradores da época da invasão. *“A Rocinha estava tomada por arame e por tábuas, por tudo. E aí começou, porque aqueles que moram ali hoje, acho que são poucos que são os mesmos que moram, eu acho que não tem ninguém”* (Entrevista 17, moradora da Cabriúva, em 12/06/2008).

O fluxo populacional está relacionado com a demanda de moradia no bairro. Os motivos são recorrentes: vários núcleos familiares em um mesmo lote, precariedade de aluguéis, atritos familiares, entre outros. E como o lugar é pouco valorizado, o valor do lote torna-se mais acessível.

Quem mora na Rocinha veio de onde? Muitos vieram daqui da Restinga mesmo, que não tinham onde morar, tavam no fundo da casa de fulano, moravam com os pais, moravam com a mãe, moravam com vizinho, moravam em casa de aluguel, ou brigou com o marido: bah, onde eu vou morar? Esses dias a mulher queria sair daí que se separou do marido e faltava R\$ 350,00 pra ela comprar lá em Viamão, perto da mãe dela. Ela

vendeu a casa por R\$ 350,00, que era o que ela precisava. (Entrevista 17, Moradora da Cabriúva, em 12/06/2008)

O lugar é produzido e reproduzido dentro das possibilidades de existência dessa população. Maricato (1992, p. 83) argumenta que: “Uma das faces centrais da exclusão é a ilegalidade generalizada (...) ilegalidade nas condições de moradia, (...) ilegalidade nas condições de trabalho (...)”. É essa ilegalidade que, contraditoriamente, inclui o morador, pois ele passa a ter um espaço de referência. Ao localizar-se, o sujeito passa a transformar o espaço, primeiro a partir de sua casa, e, nesse contexto, pequenas transformações, como pinturas, cercas, plantas, são intensamente significativas, personalizando a moradia e valorizando a rua.

A ocupação da Chácara Pedroso está na propriedade do DEMHAB e da Cooperativa dos Bombeiros. É uma vila irregular inscrita no Programa de Regularização Fundiária. Sua ocupação é recente, pois o levantamento ortofotográfico de 1973 e o mapa de núcleos e vilas irregulares de 1994 não indicam a ocupação.

Na Restinga, existem inúmeras pequenas ocupações em áreas de reserva técnica, e demais ocupações, que não constituem uma singularidade dentro do bairro ou são reconhecidas dentro de outra localidade, sendo sua formação ainda pouco reconhecida e não participando do imaginário do mesmo.

A produção do espaço por ocupação é oposta à racionalidade do espaço planejado. A desordem, elemento combatido nos discursos é o próprio movimento de mutação do espaço, cuja dinâmica retrata o cotidiano de dificuldades vivenciadas por seus habitantes.

2.1.5 AQUISIÇÃO POR LOTEAMENTO CLANDESTINO

Os loteamentos da Restinga (TAB.9) são todos clandestinos, pois não atendem às regulamentações municipais. A Chácara do Banco (FIG. 38 e 39) é o loteamento mais antigo e, junto com a Flor da Restinga, se diferencia do restante do bairro. Devido à distância, tanto a Chácara do Banco quanto a Flor da Restinga, desenvolvem poucas relações com o restante da Restinga; o contato é mais intenso com o centro comercial do bairro. Constituem uma exterioridade, o reconhecimento é

primeiro pela localidade, depois pelo bairro. “Muito pouco eu conheço. Eu conheço pouca coisa, vou ali pra vila, que às vezes eu tenho que ir no banco, tenho que ir no mercado (...) ali no centro da Restinga” (Entrevista 27, moradora da Flor da Restinga, em 21/05/2008).

Localidade	Data de Ocupação
Chácara do Banco	1980
Flor da Restinga	1990
Loteamentos na Av. Ignês E. Fagundes	década de 1990
Cooperativa dos Bombeiros ²⁷	2004

Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre.



Figuras 38 e 39 - Chácara do Banco
Fonte - Nola Gamalho, jul. 2008

A produção do lugar nos loteamentos corresponde a uma população com pequeno poder aquisitivo, o que possibilitou a aquisição da moradia própria, ainda que em área irregular. Por estarem mais afastados, a Chácara do Banco e a Flor da Restinga (FIG. 40 e 41) são mais valorizados, atraindo moradores com maiores condições de aquisição da moradia, mas ainda à margem das possibilidades de posse em área regular. “*Como eu vim chegar... eu morava num apartamento na Taquari, no Cristal, aí resolvemos comprar alguma coisa nossa mesmo. Aí saímos procurando, aí encontramos aqui*” (Entrevista 26, moradora da Flor da Restinga, em 18/04/2008).

A trajetória de aquisição da casa, como possibilidade de fuga do aluguel, repete-se nos diferentes espaços do bairro. É na periferia que o pobre tem

²⁷ Esse loteamento é apenas identificado, mas não há levantamento de campo sobre o mesmo.

condição de ingressar na condição de proprietário de um imóvel. “*Eram precisados. Então aqui, como aquela vez eles podiam comprar, que era mais barato, eles acharam que então compravam pra morar no que é deles, pra nunca mais se incomodar ...*” (Entrevista 32, morador da Chácara do Banco, em 10/07/2008).

Os loteamentos clandestinos são realizados com o simples fracionamento do lote e comercialização do mesmo. A instalação de serviços dá-se através de pressão da população ou por demandas do orçamento participativo. Embora hoje os loteamentos da Restinga sejam valorizados, seus primeiros moradores encontraram dificuldades semelhantes às encontradas no restante do bairro.

[sobre as casas no início da Chácara do Banco] A casa era mais ou menos igual àquela, de madeira, não era bem... Era bem simples e a outra era de tijolo, sem rebocar e a outra que tinha aqui também, era de tijolo sem reboco e aqui era uma estrada de chão batido cheia de buracos e tinha um valo e tinha umas tábuas pra passar e não tinha luz, não tinha água. (Entrevista 32, morador da Chácara do Banco, em 10/07/2008)



Figuras 40 e 41 -Flor da Restinga
Fonte: Nola Gamalho, abril 2008

Os loteamentos da Av. Ignês Fagundes são divididos pela Vila Beco do Bita. Devido à proximidade com a 1^a e 3^a Unidades, são comumente confundidos ou remetidos à Restinga Nova. Foram fracionados e comercializados pelos herdeiros de Ignês Fagundes. Assim como os demais, não possui nenhuma regularização junto à prefeitura.

2.1.6 DA CASA AO LUGAR: O PROGRESSO

A aquisição da casa própria como luta se repete em inúmeras narrativas, corroborando a construção do espaço de representação em um processo de valorização da propriedade, do lugar e da casa. Essa trajetória não encerra ao adquirir o imóvel, o progresso segue com a melhoria da casa. É uma paisagem comum na periferia as habitações sem reboco ou em construção, e essa situação constitui-se, por um lado, nas representações do espaço enquanto precariedade, porém na construção do espaço de representação é o progresso, é a substituição da maloca, da casinha de madeira, de compensado, por uma de tijolo.

Nesse processo de construção, predomina a mão-de-obra familiar de forma gradual e constante, já que corresponde a um importante gasto, disputando com outras prioridades. Segundo Rolnik e Bonduki (1982, p. 129), “(...) ao produzir sozinho a sua casa, o trabalhador cria um valor de uso, apropriado totalmente por ele, e que é potencialmente uma mercadoria, pois pode ser comercializado a qualquer momento”. A casa é simultaneamente poupança e abrigo, e construí-la vai além de uma estratégia de economia, pois agrega o valor simbólico de ter sido construída pelo sujeito.

Aí o falecido meu tio comprou material e a gente foi arrumando devagarzinho. Pedia uma mão pra um, uma mão pra outro, que tem primo pedreiro e tem eu de servente, então fizemos. Pra não pagar um profissional, um profissional vai cobrar, pra te levantar uma parede dessas aí ele vai te cobrar R\$ 40,00, uma parede dessas aí, num dia. Aí vai levar 5 ou 6 dias. Quanto vai? É um montão de dinheiro. (Entrevista 38, moradora da Figueira, em 15/08/2008- fala do filho)

A identificação de progresso com a melhoria da residência também ocorre em áreas de produção de habitação por políticas públicas. Tanto a aquisição da casa própria quanto sua melhoria qualificam o sujeito que, provindo ou não de situações de extrema precariedade, são valorizados positivamente pela melhoria da casa.

(...) Natal passado eu não dei nada pra eles, porque eu sento e converso com eles: olha, filhos, é isso, isso e isso, que que a mãe faz? A mãe faz, mas vai faltar pra isso e isso. Se a mãe arrumar o piso, vocês vão ver que a casa vai estar bonitinha, vai estar rebocada, mas não vão ganhar presente. Esse vai ser o presente de vocês, vocês querem? Não querem a mãe dá o presente e a casa fica assim. Aí eles optaram que eu arrumasse a casa, que

a gente entrasse no final do ano dentro de uma casa decente. (Entrevista 18, moradora da Castelo, em 19/04/2008)

Os sujeitos vivenciam o espaço a partir do habitar, independente da forma de apropriação. É a partir da produção da casa que as pessoas se reconhecem no lugar. E é a partir dos usos que são atribuídos contornos e fronteiras. Os mecanismos de aquisição da moradia aqui expostos são o próprio imbricamento entre as histórias de vida e as histórias de produção do espaço, onde a vida se realiza.

É na escala do local que a história de vida é compartilhada na construção conjunta do espaço, dos códigos e dos reconhecimentos a partir da ordem próxima. A periferia é o lugar onde o pobre consegue produzir a própria existência, onde a normatização e especulação imobiliária são menos intensas.

A produção do bairro ocorre pela sua compartimentação, em etapas, que se diferenciam e se assemelham, conforme o enfoque. As localidades apresentam singularidades para aquelas pessoas que as vivenciam, seja pelo acesso ao lote ou por conhecimento acerca das diferenças.

A produção da habitação como mecanismo que consolida o laço do sujeito com o espaço repete-se em todo o bairro. Embora apresente singularidades, é uma das formas de positivar o espaço, constituindo o espaço de representação em oposição às representações que o estigmatizam. Outros fatores estão contidos nessa afirmação, como a produção dos laços de vizinhança e de solidariedade e os mecanismos de contrapor as representações vinculadas ao espaço como precário e violento.

3. O LUGAR DO SUJEITO NO MUNDO-A PRODUÇÃO DOS VÍNCULOS

Alô Tinga ginga sou retrato de você
Eu sou você minha gula é de vitórias
Sinto ira se perder
Sou orgulhoso por demais
Nos carnavais só da você
(Das maravilhas do Éden aos Sete Pecados Capitais –
Samba enredo da Escola de Samba
Estado Maior da Restinga, em 1993)

A significação da existência das pessoas ocorre no imbricamento de suas trajetórias e da produção do espaço. Os caminhos percorridos são diversos, como as histórias dos casais que, ao constituir a família, encontraram na Restinga a possibilidade de reproduzir a própria existência: são os “filhos” da Restinga, pessoas que nasceram ou chegaram ao bairro muito novos e os quais a vida toda é marcada no lugar, no espaço da escola, da igreja, das praças, nas migrações dentro do bairro.

É a partir da casa, onde o sujeito tem a própria individualidade, a produção do sujeito singular e a rua, que a existência se amplia, alcançando o reconhecimento social, em que lugar e sujeitos serão consolidados em representações. Mesmo reconhecendo a condição de lugar pobre, eleva-o à condição de dignidade, alicerçada no progresso pessoal e na inserção, através do trabalho, à sociedade normatizada.

Paralelo ao movimento em que pessoa e lugar se misturam, tem-se a representação do bairro que transborda, adquirindo identidade própria. “*A Restinga está fazendo a sua história...*” (Entrevista 3, morador da Restinga Nova – 1ª Unidade, em 14/03/2008). A contradição entre as esferas do concebido, a partir da informação institucionalizada, que anuncia 53.794 mil habitantes (OBSERVAPOA), e a esfera do espaço percebido e vivido, em que a percepção de seus moradores contabiliza uma população muito superior, é uma importante referência da constituição das representações do espaço e do espaço de representação: “*(...) informalmente, a Restinga tem cento e poucas mil pessoas, formalmente tem 70 mil,*

mas quem mora dentro, quem circula, vê que a Restinga tem muito mais...” (Entrevista 4, morador da Restinga Nova – 1ª Unidade, em 18/06/2008). Independente da veracidade do número, a representação do bairro é de sua grandiosidade, projetando-o a partir de uma identidade própria, palco de múltiplos segmentos sócio-culturais.

É o espaço de afirmação, em que, embora permeado por dificuldades, é o lugar de construção da vida. *“(...) porque eu sou um cara revoltado comigo mesmo, passei muita fome, frio, como te disse, pedi esmola muitas vezes (...) eu terminei de criar meus filhos nessa casa aqui...”* (Entrevista 5, morador da 1ª Unidade, em 11/08/2008). É o espaço vivido, é emocional, abstrato, o qual contém lembranças, alegrias, tristezas, mas, acima de tudo, é a história da pessoa. Espaço coletivo e história individual se misturam, fato fortemente marcado na fala em que os filhos foram criados no lugar. É a dimensão de possibilidade da reprodução do sujeito. *“A significância marcada pelo lugar onde se desenvolveu uma parte significativa da vida cria os símbolos do reconhecimento: a vida não se realiza suspensa no ar, mas enraizada em um lugar”* (CARLOS, 2001, p. 232). É na trajetória de vida que o pertencimento ao lugar é construído.

A vida do sujeito se inscreve no espaço e o espaço se inscreve na vida. *“Falar sobre mim ou sobre a vila? A minha história é aqui dentro”* (Entrevista 11, morador da Restinga Nova – 5ª Unidade, em 02/04/2008). A história das pessoas se desenvolve no lugar, na rua, na casa, nas relações de vizinhança, na ordem próxima. *“Eu não tenho queixa, com meus filhos nunca aconteceu nada, e quando eu vim pra cá eles eram adolescentes. Fiz o casamento deles aqui, festa de 15 anos da menor, fiz festa no clube...”* (Entrevista 8, moradora da Restinga Nova - 3ª Unidade, em 05/03/2008). O espaço e os vínculos formam-se em uma ação conjunta, em que as práticas espaciais e os laços sociais são essenciais para uma experimentação menos individualista. *“(...) a minha vida é em três etapas, lá na Restinga Velha, no Barro Vermelho e aqui. Na Restinga Velha eu gostava, que eu tinha amigos lá...”* (Entrevista 30, morador dos Loteamentos da Av. Ignês E. Fagundes, em 28/06/2008). Os lugares são significados nas práticas espaciais, na constituição das redes de relações. *“Na minha praça a gente brincava muito, os meus amigos, a gente era muito unido (...) brincava de bolita, polícia e ladrão e na minha praça tava sempre muito lotada”* (Entrevista 9, morador da Restinga Nova 4ª

Unidade, em 28/05/2008). A vida é “lugarizada”, na praça, no local, fazendo parte da constituição da pessoa, em apropriações afetivas do espaço.

A ordem próxima, as relações de vizinhança em um contexto de ausências, em uma sociedade pautada no consumo, em que o reconhecimento ocorre pelo ter e as relações sociais são mediadas pelo capital econômico e simbólico, o reconhecimento do outro se torna imprescindível. Os estigmas acerca da periferia tornam o morador invisível ou indesejado e é no reconhecimento dos seus valores de cidadão, de trabalhador, que sua existência é significada.

Eu vivo lá no meu canto, vivo lá na minha casa e todo mundo na Restinga me conhece. Hoje tem crianças que estão dançando comigo que a mãe vai lá e diz: eu dancei contigo, agora minha filha está dançando contigo. Foi muito tempo e era isso, na época, pra mim na Restinga era importante que as pessoas me reconhecessem (Entrevista 11, morador da Restinga Nova – 5ª Unidade, em 02/04/2008)

Há um encaixe entre sujeito e lugar, em um pertencimento recíproco e indissociável. “(...) *eu te falei sobre vender, mas eu não vou vender, porque eu tomei isso aqui como... é o meu lar, não só o meu lar, é onde eu tenho que viver, é a minha vila*” (Entrevista 14, morador da Vila Beco do Bitá, em 16/06/2008). De um lado, há o enquadramento simbólico que identifica os sujeitos com classes sociais e classes sociais com determinados espaços. Contudo, é nesses espaços que contrariamente a uma ordem individualista que retém as pessoas aos seus espaços privados, ou públicos, quando de consumo, que a valorização do sujeito ocorre pelas relações de proximidade, com histórias compartilhadas, consolidado e firmando os vínculos com o espaço.

É como eu te disse, eu gosto da Restinga, é um lugar que provavelmente eu vou morar pra sempre, não sei se meus filhos vão ter o mesmo gosto que eu, porque eu adoro, não pela Restinga, mas pelo povo, porque sair domingo daqui, a minha esposa não gosta que eu saia, nem domingo, nem sábado, porque é o dia de encontrar as pessoas na rua, então se eu saio pra levar dez minutos, eu levo duas horas. (Entrevista 14, morador da Vila Beco do Bitá, em 16/06/2008)

A produção do lugar, a partir da cooperação na construção das casas, no compartilhar situações, como a ausência de infra-estrutura e o uso ilícito de energia elétrica e água – os famosos “gatos” – consolidam relações de vizinhança, pois exigem o diálogo. O que origina na necessidade e como estratégia de

sobrevivência amplia-se na constituição da afetividade, pois o pertencimento ao espaço é também o pertencimento a um determinado grupo que compartilha vivências. Santos (2002) argumenta o conceito de lugar relacionando-o com a uma produção do cotidiano, em que o “(...) acontecer solidário, esse espaço banal da Geografia (...) é criador da interdependência obrigatória e da solidariedade, geradas pelas situações de cara a cara ...”(p.258).

A pluralidade de segmentos sociais, de trajetórias de vida, de percalços e dificuldades são referências que compõem o cotidiano dos moradores. “*Por isso, e depois de tanta vivência dentro da Restinga, que parece que tu já tem 100 anos, né? Sabe, de tanta coisa que tu vivencia...*” (Entrevista 11, morador da Restinga Nova – 5ª Unidade, em 02/04/2008). Há uma multiplicidade de planos que possibilitam a interação, onde o cotidiano é intensamente compartilhado, e a vida e história do sujeito agregam-se a outras vidas, outras histórias, pois as histórias do lugar passam a ser também as das pessoas.

Constitui a produção de um espaço humanizado, resultado da intensa estratificação social, produzindo espaços cujas relações de vizinhança, de rua, de religião consolidam os vínculos, produzindo as amarras do sujeito ao espaço. Em um contexto de exclusão, o ser notado, o ser alguém é o que dá existência ao sujeito, sendo reconhecido no espaço. Se de um lado ele é excluído, desde as suas origens de “maloqueiro”, até a sua condição de periférico, de outro ele é incluído, faz parte das redes de reciprocidade.

3.1 O LUGAR DO POBRE

A Restinga constitui a produção concreta e simbólica do espaço do pobre. É simultaneamente prisão e liberdade, pois de um lado é onde o pobre consegue sobreviver, de outro é o lugar da vida, das relações de proximidade, compondo a singularidade do modo de vida. Bourdieu destaca o *habitus* como uma “gramática geradora de condutas (...)” (2007 (b), p. 355). O pobre reconhece e internaliza o seu lugar na divisão da sociedade, identifica-se com um complexo

sistema de valores, cuja funcionalidade está impregnada de intencionalidades, atuando no controle e na domesticação social.

As limitações impostas pelo mercado de consumo do solo urbano são internalizadas, não apenas com relação ao capital econômico, mas também ao capital simbólico, que define o modo de vida segundo os diferentes segmentos sociais.

Até que me preocupou bastante, porque eu morava num bairro de classe média que era o Bairro Tristeza e vim pra Restinga, quer dizer que é um desnível bem grande, né? Mas era a alternativa que eu tinha, eu não tinha outra alternativa. Eu tive que vir, tive que enfrentar a realidade da Restinga (Entrevista 2, morador da Restinga Velha, em 06/06/2008)

É a estruturação da consciência da própria hierarquização social. “(..) Não é a condição de classe que determina o indivíduo, mas o sujeito que se autodetermina a partir da tomada de consciência, parcial ou total, da verdade objetiva de sua condição de classe” (BOURDIEU, 2007 (b), p. 189). É o sistema estruturado e estruturante do conjunto de práticas e ideologias contidas nos diversos âmbitos de formação do espaço. Essa diferenciação de classe aparece desde a forma mais explícita, até a mais sutil, na produção das imagens e dos significados das alteridades contidas nas distinções socioespaciais.

Sabe, como é aquela história, que às vezes as pessoas dizem, às vezes tu é pobre, mas tu te acostuma a ser pobre, às vezes tu é rico e te acostuma a ser rico, não sabe o que fazer, então são muitas informações que tu fica meio... Eu me acostumei a trabalhar em construção civil, a trabalhar desde as 7:30 da manhã, até às 5:30. Eu fico meio perdido se não estiver trabalhando nesse horário, é como se tu te acostumasse com aquela rotina... (Entrevista 30, morador dos Loteamentos da AV. Ignês E. Fagundes, em 28/06/2008)

Embora aparentemente naturalizada nas próprias distinções, essa significação do pobre e do saber do seu lugar, é impregnada de propósitos. Segundo Demo (1994, p. 13) “Pobreza é, em sua essência, repressão, ou seja, resultado da discriminação sobre o terreno das vantagens”. A pobreza é produto da desigualdade social, com expressões econômicas, espaciais e simbólicas. É a domesticação dos dominados, pelo reconhecimento na distância social em que sua história é inscrita.

É fortemente consolidado o imaginário do bairro como o lugar do pobre e no extremo do estigma, o lugar do “marginal”, tanto no sentido conotativo quanto

denotativo. Contudo, essas representações são combatidas na produção do espaço de representação e o bairro torna-se a dignidade do trabalhador, que consolida sua vida na casa própria e nas relações sociais.

(...) aqueles imaginários de dizer: bah, a Restinga, foi jogado pra lá os negros que foram deslocados, vilas que foram deslocadas, portanto, foi levado também a marginalidade, a pobreza, então estaríamos perto da pobreza como se eles fossem um risco. Tudo isso tinha no horizonte imaginário. Mas concretamente o que percebíamos é que era pessoas que estavam no mesmo barco, tentando se resolver na moradia. E com a idéia na cabeça: bom, resolvemos a questão que era patrimonial, a moradia, resolvi aquela questão de não ter que pagar aluguel pra um imóvel que não seria o teu, e tu estabilizaria o teu casamento, se presumia uma estabilidade econômica... (Entrevista 41, morador do Monte Castelo, em 26/09/2008)

O lugar do pobre é a produção da alteridade vinculando simultaneamente espaço e classe. Contudo, o local de produção da moradia, de estabelecimento de vínculos de solidariedade, o lugar que significa o sujeito, precisa ser valorado afirmativamente. O resultado dessa contradição é a construção não do espaço das precariedades, mas onde o pobre vive ao seu jeito, reconfigurando o imaginário da periferia.

Aí o que eu fiz, como elas são crianças ainda, eu fiz assim, a gente fez um debate da Patricinha²⁸ com a da Restinga, aí a Patricinha fala das comodidades do luxo, que ela tem e a funkeira, que é da Restinga, fala para ela que mesmo ela sendo humilde, que ela é feliz também, do jeito dela. Então é um debate muito tri. É o debate da Patricinha com a pobre. (Entrevista 33, moradora da Chácara do Banco, em 10/07/2008)

O debate entre a Patricinha e a pobre é a expressão da alteridade enquanto afirmação de um modo de viver do morador da Restinga. Corresponde ao reconhecimento da condição de “humilde” enquanto afirmação, não como um modo de vida renegado ou inferiorizado, mas alicerçado na identidade da periferia. No caso, tem-se o estranhamento entre os sujeitos que definem espaços distintos e, como resultado, as distâncias sociais.

A distância entre o espaço vivido e o concebido é marcada pelas diferentes formas de pensá-lo. Caos e ordem, feio e belo, nobre e marginal, são dicotomias presentes em escalas de valores, incidindo sobre os lugares e balizando suas representações. Contudo, as simplificações ocultam as estratégias de

²⁸ O termo “Patricinha” envolve uma série de significações da menina, compondo um estilo e gosto específicos de meninas de classe média e alta

habitação, que para um modo de pensar o espaço de forma racional e asséptico, em que urbanização é ordenamento, a periferia é a imagem do caos, de viveres remetidos a valores não civilizados. A estética da precariedade habitacional está para além de sua redução à condição de lugar feio.

E é isso, onde mora um pobre, não é qualquer um que mora, porque o cara é criativo, inventa, mesmo sem dinheiro. Arruma um compensado, amarra com arame, quando vê tem uma maloca. Essas pessoas moram porque são criativas, a pessoa não é desprezível, sem inteligência, porque mora num lugar desses... Vamos combinar, tem que ser muito inteligente. Pra bobo ele não serve (Entrevista 6, morador da Restinga Nova, 2ª Unidade, em 14/02/2008).

Embora a precariedade seja uma constante em algumas localidades do bairro, as representações do espaço, a partir de suas intencionalidades, são elaboradas com aspectos seletivos de tais precariedades, ou assumem caráter coadjuvante nessa construção. É imprescindível o reconhecimento do espaço do pobre e a produção do vínculo, como um produto da história de vida, como se o sujeito se acostumassem ao lugar, fato expresso através da relação de afeição com o bairro.

[sobre a fala de que a Restinga é o lugar do pobre] Não, agora tem gente bem de vida que mora aqui. Mas nem todos são bem de vida, tem muito pobre, tem gente aqui, aí nessa Restinga que passa até fome. Isso é real, tem que dizer o que é, né? Tem pobre, tem muita gente aí passando fome, desemprego, um lugar que não tem serviço pra ninguém, é difícil tu achar um emprego aí, então é tudo difícil, porque é longe. E com tudo isso eu gosto da Restinga, agora já estou gostando, já estou há 37 anos (Entrevista 5, morador da Restinga Nova, 1ª Unidade, em 11/08/2008).

O morador da Restinga é significado a partir da estratificação socioespacial, que limita espaços e sujeitos. São processos intensos, vividos no estigma de não pertencimento à cidade como um todo, mas seletivamente nos espaços de seus iguais. O lugar do pobre está posto no olhar do outro, na sensação de que o sujeito pode sair do lugar, mas que o lugar não sai do sujeito.

Aí nesse período, na metade da década de 90, aí a Restinga começou a melhorar, já tinha transporte noturno, aí em 85, 86 eu vim morar na Restinga de novo. Vendi o apartamento lá e vim morar aqui nessa casa. Eu queria voltar a morar aqui, lá era muito chato, era... Se as crianças apareciam com um furinho na camisa eram os maloqueiros da Restinga. Pobre é triste, tem a marca para sempre. Aí agente tinha o pessoal que conhecia, tudo morava pra cá, aí a gente acabou vindo morar aqui...(Entrevista 6, morador da Restinga Nova, 2ª Unidade, em 14/02/2008)

Os segmentos sociais são reconhecidos pelo espaço no qual se localizam. É o processo de constituição material e simbólica da cidade e, por esse viés, a distância social é mais difícil de transpor do que a física, dado o poder das idéias. Ora a assepsia, espaços modernos, elegantes, está além de sua constituição material, e não é nessa que está seu poder. A eficácia das distinções está na internalização do *habitus*, dos seus valores de classe, de sua posição social.

Embora o reconhecimento da cidade a partir de suas simbolizações observe no bairro elementos depreciativos, internamente produzem-se diversos outros, que constituem os vínculos com o espaço, perpassando os laços entre os grupos, ou da rua, ou da vila, ou da religião, entre tantos outros. É o constante movimento entre o espaço vivido e percebido, a partir das relações sociais e o espaço concebido, cujo estigma de lugar pobre e violento vigora no senso comum.

3.2 VIZINHOS: ESPAÇOS DE CONFLITO, ESPAÇOS DE SOLIDARIEDADE

As trajetórias dos moradores da Restinga são marcadas por dificuldades e ausências, as quais, através das relações com o outro, estabelecendo-se laços de cooperação, constituem a estabilidade do sujeito. É a relação entre o eu, o individual, da esfera da casa, da propriedade e do eu social, que sobrevive por estar em grupo. “(...) o sentido dado aos espaços afetivamente diferenciados é o de construção do próprio reconhecimento, de saber-se quem é e em qual contexto social, psíquico e afetivo se está inserido” (PINTO, 2003, p. 112).

[sobre as relações de vizinhança] No coração. Aqui tem a outra, a outra da esquina lá é minha afilhada, me chama ela de madrinha e tudo, mas não é afilhada, ela vive é só no coração. Sempre assim e é tudo eu, gritam uma coisa, outra a gente vê, um problema de família não tem importância, mas se é uma doença a gente já grita e meu genro tem condução, se precisa levar..... Pra mim a Restinga é uma história muito grande, muito grande (Entrevista 36, moradora do Núcleo Esperança, em 11/09/2008)

A vida em comum é a expressividade, em que o espaço é identificado nas relações de proximidade na vida, que não se reduz ao âmbito privado, mas que extrapola para o espaço da rua, da praça, da feira. E o sentimento de afeição que

emerge nas falas constrói-se no cotidiano, nas práticas das mais banais e inconscientes às mais intencionais e planejadas. Esse modo de viver expresso nas relações de comunidade, além de necessidade e estratégia de sobrevivência, constitui a representação do morador da periferia, envolvendo elementos de uma vida difícil, com o valor do trabalho e as relações circunscritas ao lugar.

São aquelas coisas que acontecem no dia a dia que as pessoas estão lá fechadas em uma maneira de ser. Estão em uma forma mais autêntica. Nem sempre a gente conhece as pessoas pelo nome, mas pelo apelido e qualquer coisa que acontece normalmente sobrevém relações de solidariedade, um precisa de uma coisa, outro precisa de outra coisa, até quando tem risco de alguma coisa, até ali as pessoas são solidárias, né. Estão sempre brincando, umas brincadeiras que sai pela janela, brinca com um, com outro, porque isso, aquilo, e eles sabem que as brincadeiras perpassam um sentimento de afeto entre as pessoas. E quando sai na rua, vai na feira, a feira também, de que as pessoas se reencontram. Aí tu vê que a Restinga tem esses apelos de humanidade. (Entrevista 41, morador do Monte Castelo, em 26/09/2008)

A vizinhança adquire *status* de família, agregando valores que não participam da ordem capitalista do solo urbano, são valores para as pessoas que os vivenciam. A vida comunitária é uma importante estratégia de sobrevivência, em relações atravessadas pela necessidade da solidariedade. Constitui o lugar partilhado, em que “o mundo ganha sentido por esse objeto comum, alcançado através das relações de reciprocidade, que ao mesmo tempo produzem alteridade e comunicação” (SANTOS, 2002, p.317). O referencial de vida e as dificuldades inerentes ao lugar são compartilhados, e sua superação dá-se em conjunto, transformando sujeitos e espaço.

[sobre quais seriam os laços com o lugar e as pessoas] Eu acho que o tempo de moradia, o carinho e o respeito que cada um pegou pelo outro, no caso assim, conhece a mãe, o pai, ou já são pessoas de idade e vão vendo tu te criar. Saber que tu tá no mesmo ritmo, tá na mesma luta, pela mesma batalha, então tu vai criando um laço quase familiar com determinadas famílias. Não dá pra dizer assim: ah, é só meu vizinho. Não é, é quase família, porque tu convive anos e tem pessoa aí que a gente já convive há mais de 25 anos, não tem como dizer que é só um vizinho. (Entrevista 34, moradora do Barro Vermelho, em 29/04/2008)

A mesma pressão cotidiana que gera desavenças motivadas por problemas corriqueiros, como o barulho dos animais, ou as brigas e brincadeiras entre as crianças, gera também a necessidade do outro, aproximando pela solidariedade os vizinhos. As dificuldades e suas soluções ficam marcadas no

sujeito, que reelabora a própria representação do espaço, afirmando-o nas relações que mantém com seu entorno.

[sobre quem são os moradores da rua] São muito poucos os novos. Noventa ou noventa e cinco por cento dos moradores antigos. [sobre as relações de vizinhança] Pelo menos comigo e com minha família são boas as relações com todos os vizinhos. Um ajuda o outro no que for preciso, no que for possível, tem bastante solidariedade entre os vizinhos. Até vou citar um fato que logo que eu vim pra cá eu tive um problema muito sério de nervos. Eu trabalhava em dois serviços. Aí esse vizinho do lado não tinha carro, quem tinha carro era o meu irmão. Meu irmão não sabia dirigir direito. Aí era altas horas da noite e entrei numa crise de nervos. O vizinho me botou no carro e me levou pra um posto de saúde na Restinga Nova. É uma coisa que me marcou bastante. Até hoje eu sou muito grato a ele por isso, é uma solidariedade. Não são todos que fazem isso por um vizinho, mal, mal ele me conhecia. (Entrevista 2, morador da Restinga Velha, em 06/06/2008)

Ao agir a partir de um *habitus*, mesmo que esse não seja consciente, tem-se o reconhecimento de sujeitos entre iguais, que compartilham viveres e valores e, dessa forma, distinguem-se. O reconhecer-se do morador da Restinga envolve a relação com o outro, em processos permeados pela mútua necessidade, que nas trajetórias compartilhadas atribui uma identidade ao morador, não o seu anonimato ou a sua depreciação, mas o reconhecimento do sujeito. O símbolo desse reconhecimento é a figura do vizinho, constituído a partir da proximidade física e emocional.

[sobre o comentário de que a entrevistada não sairia do lugar] É que aqui pelo menos as pessoas se conhecem, me respeitam, o que dificulta é que as farmácias são longe, o mercado é longe (...) Agora no mais, daqui eu não me mudo. Procuro melhorar, ir construindo, ir arrumando, ir ajeitando, porque eu conheço todo mundo e todo mundo me conhece. (Entrevista 24, moradora do Barro Vermelho, em 29/04/2008)

Conhecer e ser conhecido são processos construídos nas trajetórias de vida, na constituição de um espaço cujas normas são formadas a partir da proximidade, do viver local. O imaginário do bairro é consolidado na imagem de grandeza, de ser um bairro grande, com uma população grande e, ao mesmo tempo, se tornar pequeno, dada a proximidade das relações.

Então é isso aí, a gente permanece sobrevivendo aqui no bairro, enfrentando as dificuldades, como diversos outros bairros, mas a Restinga é um ótimo lugar, Restinga é um ótimo lugar. Aqui é um ótimo lugar de sobreviver, de conviver, entendeu? (...) Depois tu também faz amizade com todas as pessoas, tu cumprimenta um, tu cumprimenta outro, no fim a Restinga fica pra ti, a Restinga fica pra ti como um lugarzinho só, desse tamanhozinho. Quem vem, pensa que é enorme, mas pra quem mora aqui dentro, é desse tamanhozinho, é pequenininho, porque tu convive, tu faz amizade com todo mundo. (Entrevista 1, morador da Restinga Velha, em 02/07/2008)

Ora, são elementos que constituem motivações para o pertencimento ao bairro, assim como a expropriação à qual a população é submetida, as dificuldades que os moradores da periferia passam, que torna o reconhecimento, frente à comunidade, frente à ordem próxima, do vizinho da rua, dos amigos, dos filhos, dos netos, da materialização da existência da pessoa enquanto alguém. Ser alguém no lugar é consolidar os laços; em uma sociedade da efemeridade, do consumo, o ser ainda é significativo.

É muita gente que a gente conhece. Eu me dou com todo mundo dessa rua e da outra e da outra. Tinha uma época que eu tinha um restaurante aqui. Todo mundo me conhecia, todo mundo me conhece e me chama de Vó. O bar se chamava Vó [Fulana] Buteco. Fazia muito bolo pra fora, aniversário, casamento. Conheço todo mundo. [sobre os planos para o futuro] Morrer aqui. Minha filha diz: podia vender lá e comprar um apartamento perto de mim. Mas eu não quero. Inclusive, meus filhos não querem sair daqui. Me dou bem com todo mundo, acostumada, eu vou lá pra minha filha e é muito diferente, pessoal muito seco, cada um enfiado dentro de sua casa. Aqui a gente senta na rua e vem um, vem outro, nunca fica sozinho. Lá a gente fica só. Saio na área vem um: tudo bom? Tudo. Vem um e beija, a vizinha grita de lá, a outra grita da esquina. Fico sozinha só dentro de casa. A gurizada toda me conhece, passa, dá beijo e vai embora, depois passa outro. (Entrevista 8, moradora da Restinga Nova, 3ª Unidade, em 05/03/2008)

As relações de vizinhança desenvolvidas na periferia diferenciam-se por serem mais intensas, constituídas no reconhecimento mútuo, envolvendo a esfera do afetivo, do pertencimento. Desta maneira, é constituída a proximidade, dada pelo sentido do lugar que, segundo Santos (2002), constitui uma fábrica de relações numerosas, freqüentes e densas. É nas relações espaciais, que perpassam as redes, como as de religiosidade, no sentido de lugar, que mesmo os indivíduos que vivem no extremo da precariedade encontram a própria utilidade social.

Outro viés que permeia as relações desenvolvidas no plano do lugar é a solidariedade que, enquanto valorização do ser humano, tanto para quem desenvolve quanto para quem recebe o auxílio, atribui o reconhecimento da

importância da pessoa para o seu entorno. O universo de significação do sujeito é atravessado por múltiplos elementos que o depreciam, mas é ao ser importante para o próximo, que ele reconhece em si os seus valores e, ao identificar o espaço como uma produção das pessoas, reprojeta essa valoração ao lugar.

Eu não tenho nada pra reclamar na vida. Eu só tenho que agradecer por esse povo que me ajudaram, as irmãs do Monteiro, o [Fulano]. Porque sem a ajuda dos outros, a gente não é ninguém. A gente consegue as coisas dizendo pra ti que a gente não tem. Eu pensava, como eu vou ajudar os outros se eu sou tão pobre, é dizendo pros outros que a gente consegue. (Entrevista 13, moradora da Vila Beco do Bitá, em 28/03/2008).

Conhece-se o lugar e as pessoas, atribuindo à vida em comunidade significados e segurança. Embora possa haver limitações de deslocamento dentro do bairro decorrentes do envolvimento com as rivalidades entre gangues, é na sua trajetória como morador do lugar, nas suas relações de pertencimento e na sua rede de relações que promovem a consolidação de seus vínculos. Habitar um lugar é ser reconhecido e dominar os códigos, ter domínio espacial de suas ruas, pessoas e atividades.

Que nem eu digo, a piazada, a gurizada, o cara pra eles é um herói, entendeu? Já deu tiro, já tomou tiro. Eu digo, eu tô aqui é pela comunidade, porque se fosse por outra coisa, se não tivesse mulher, não tivesse filho, eu já tinha ido embora há muito tempo. Eu tô aqui é pela... Gosto da Restinga, vários anos convivi, morei aqui e tomei tiro, mas não largo daqui. Morei em vários lugares, Viamão, mas não adianta, como a Restinga não tem. O cara convive com a comunidade, se dá com todo mundo, conhece todo mundo. Aí tu vai pra outro lado e não conhece ninguém, tu é morador novo, até tu te habituar com o lugar, com a vizinhança... Aqui não, aqui eu conheço todo mundo, o cara vai e entra em qualquer casa aí, se tiver que dormir o cara dorme, se tiver que jantar o cara janta... (Entrevista 16, morador da Rocinha, em 02/10/2008)

A partir do viver local, tem-se o domínio dos códigos e normatizações essenciais ao sentimento de segurança. A normatização é vinculada à ordem próxima, às relações estabelecidas entre diferentes sujeitos em diferentes espaços. Quando as relações são menos perpassadas pelo ordenamento do Estado ou por um modo de vida alicerçado no consumo, a organização local é imprescindível para a própria sobrevivência.

[sobre quando pegavam água na pena] Era, olha isso é assim, a maioria do pessoal já puxou, tinha aquele cano, vamos puxar, foram emendados canos. Aí: oh, Fulana, quero tomar banho, olha a pena. Tinha que uns controlar os outros, porque não tinha força pra todo mundo. Mas aí graças a Deus, eles fizeram encanamento, a prefeitura, né? (Entrevista 15, moradora da Rocinha, em 14/03/2008)

O uso comum da água é um claro exemplo da interdependência que os moradores dessa localidade, em que a decisão de um morador, como no exemplo do banho, interfere na de outros, tornando mais comunitário o cotidiano. Ora, constitui o oposto da racionalidade do espaço normatizado, tornando mais densas e complexas as práticas espaciais.

[sobre o uso da pracinha] Eles já vê que eu tô indo. Eu nunca saio só com os meus, é com mais 6 ou 7 [crianças da localidade]. Os guris já vê. Marcar jogo tem que ser lá pelas 5, porque 6 ou 7 horas da sexta, os guris fumam a maconha deles, o cigarro deles, eles chegam do serviço, trabalham, tem muitos aqui da rua que trabalham e vão fumar as coisas deles, bater a bola deles. Sete horas a cancha é dos guris. Se eu tô indo com as crianças e tem uns que não trabalham, tem o respeito. Se não tiver, eu grito. (Entrevista 15, moradora da Rocinha, em 14/03/2008)

Embora essa situação seja particular da Rocinha, não é um diferencial no bairro. Diversas estratégias foram usadas ao longo dos anos nas diversas espacialidades do bairro e quanto mais urbanizado e mais consolidado o fornecimento de serviços e infra-estrutura, mais reduzida fica a vida comunitária.

Enquanto menos monetarizado, o ordenamento é constituído a partir de reconhecimentos da necessidade do outro. O uso do espaço comum da Rocinha, como a pracinha, ocorre dessa forma. A valorização está no trabalhador que vai usar a praça, sem juízo de valor da forma de utilização e, na ausência dessa, pelo uso comum das famílias e crianças.

Vive-se intensamente o espaço, vive-se com todos os sentidos, com a emoção. E tem que saber viver, saber avançar e recuar, saber lidar com todo o universo posto, como a própria banalização da violência. É a gramática de Bordieu, saber falar, saber agir, saber se portar, dominar os códigos, consolidados na própria produção do espaço, nas trajetórias das pessoas.

Um dia ele bateu boca comigo na frente da minha casa e foi lá dentro e voltou. E eu atravessei a rua em direção a ele e disse o que houve? E ele assim, assim. Que eu estava sentada com a minha afilhada e ele ficou dizendo gracinha e eu mandei ela entrar e aí ele ficou furioso. Aí eu disse: o quê? Tá armado? Então puxa essa merda se tu tá armado, o que guri? Te vi de fralda, tu vinha na minha casa, o que tu tá pensando? Eu vou dizer uma coisa pra ti, o homem pra andar armado tem que puxar a arma e saber atirar e tu pode atirar e pode te preparar. Aí ele ficou, ba ba ba. Ele não ia atirar em mim, não ia atirar pela consideração que tem por mim, porque muitas vezes matei a fome deles ali, pelo... como eu posso te explicar? Talvez o grau de amizade que a família tinha comigo, ou talvez porque não sabia o que poderia acontecer se atirasse em mim. Eu acho que eu não seria uma inimiga pra ele, ele sabe que eu jamais seria uma inimiga dele, sabe que sou estourada, que se tiver que dizer eu vou dizer. Lam fumar maconha na porta da minha casa e eu dizia: vão fumar pra lá que eu tenho criança pequena com problema respiratório aqui dentro. (Entrevista 35, moradora do Núcleo Esperança, em 04/09/2008)

É a proximidade que agrega segurança aos moradores, pois é a vida que não se restringe ao espaço privado da casa. A necessidade de conhecer o seu entorno torna todo morador uma pessoa pública, adaptado ao ordenamento local. *“Eu acho que tenho medo de sair daqui, ir pra outro lugar e não gostar, não me adaptar com o estilo de vida, sei lá”* (Entrevista 25, morador do Barro Vermelho, em 06/06/2008).

A rua é o ponto de encontro do chimarrão, das conversas, das brincadeiras das crianças, é o espaço onde todos se conhecem. Contudo, nem todos os moradores vivenciam todas as localidades decorrentes da fragmentação do bairro e, nesse sentido, dominar os códigos é dominar os códigos da sua rua, da sua localidade.

[sobre quem assalta no bairro] Antes tinham muitos que moravam aqui e assaltavam aqui mesmo. Aí um dia meu filho pegou eles ali, chamaram os gurus e deram uma surra neles, bateram na cara deles. Aqui meu, para de aprontar para o pessoal daqui, que é trabalhador, conhece vocês desde pequenos, como vocês vão assaltar o pessoal daqui? Aí eles pararam, mas eles não estão assaltando mais aqui, não tem mais assalto. Mas se tu vai pra outro lugar, se tu vai lá pra baixo, o cara de lá não te conhece e vai te assaltar, ele vai fazer alguma coisa contigo. Agora se eu chegar às três horas da manhã aqui no Fórum e subir aqui, não tem problema, porque todo mundo me conhece... (Entrevista 17, moradora da Cabriúva, em 12/06/2008)

É nesse universo plural, permeado pela própria condição de exclusão que, contraditoriamente, os laços afirmativos com o espaço são produzidos. A vida da pessoa se inscreve e escreve no próprio lugar. São nascimentos, mortes,

casamentos, escolas, grupos. São vidas em que o bairro adquire o sentido de lugar para o sujeito.

E foi como eu fui parar na Restinga, a minha filha fez 26 anos dia 18, e eu já estava na Restinga quando ela nasceu. Pra ter uma idéia, ela se sente absolutamente restingueira, toda a trajetória dela de infância, tudo, de vida, se deu lá. A gente também percebeu isso, as pessoas que foram nascendo na Restinga já foram criando um sentimento de amor ao bairro, né? E as pessoas reagem do ponto de vista emocional, afirmativamente, quando falam bem da Restinga e às vezes reagem mal quando a mídia, ou as falas das pessoas, no dia-a-dia da cidade, uma leitura negativa da Restinga... (Entrevista 41, morador do Monte Castelo, em 26/09/2008)

São elaborados conhecimentos e referências na produção das representações do espaço. O contato com a natureza, o viver da rua, que na periferia tem potencializado a sua condição de encontro são elementos que agregam valor de uso e pertencimento ao espaço.

A minha filha não quer estar mais morando lá, num apartamento tri bom lá, mas não quer, ela quer morar na Restinga. Na Restinga ela conhece as pessoas, ela pode andar na rua, o sol é aberto, bate na cara da gente. Lá não, lá tem os prédios, tal hora o sol bate, tal hora o sol não bate. Por isso que o teu pai mora aqui, há 34 anos nessa imundice. (Entrevista 31, participação do morador da 2ª Unidade, em 26/06/2008 – o morador se refere à filha que foi criada no bairro e que na época da entrevista morava no bairro Cristal)

Esse pertencimento, embora abstrato, é a consolidação do lugar no sujeito; o espaço é interiorizado nas sensações e lembranças. Nesse sentido, ao sujeito são sobrepostas as características do espaço, recorrendo ao imaginário do senso comum a representação do morador da periferia. Não é apenas o sujeito que está na periferia, é a periferia que está no sujeito.

Eu tenho amor pela Restinga, que pra mim não foi nada fácil. Eu gosto da Restinga mesmo, aqui a Restinga é muito bom. Aqui eu terminei de criar os meus filhos, os meus amigos estão todos aqui, as amizades, e eu gosto daqui, não sairia da Restinga pra morar em outro lugar. (Entrevista 33, moradora da Chácara do Banco, em 10/07/2008)

Olha, o que eu tenho pra te dizer é que não tem outro lugar melhor pra morar. Sempre gostei, sempre, apesar de muitas coisas. Tem amigos que estão bem, têm outros que estão muito mal, têm outros que estão vivos, têm outros que estão mortos. Eu conheci meu marido aqui, meu ex-marido, pai dos meus filhos. Todos eles nasceram na Restinga. (Entrevista 17, moradora da Cabriúva, em 12/06/2008)

A produção das representações da distância social, o que hierarquiza lugares e sujeitos, é subvertida em construções que não podem ser reduzidas a artificiais, porque se fala da vida das pessoas e na geração de sentido para essas vidas.

Sabe quando tu compra uma casa própria? Eu acho que deve ser essa sensação, de estar em cima do que é meu. Eu sinto que é o meu lugar, é o meu bairro, é meu. Eu não sei explicar bem. Que nem na escola de samba, eu amo, vou sambar, só não vou trabalhar, mesmo que eu vá para outra escola de samba, da zona norte: lá vai a [Fulana] da Restinga, a [Fulana] da Tinga. (Entrevista 35, moradora do Núcleo Esperança, em 04/09/2008)

Constituem-se relações de pertencimento, emotivas e sensoriais. O bairro está inserido em uma ordem simbólica que localiza o pobre na cidade. Contudo, é essa condição que corrobora a constituição de laços e vínculos entre os sujeitos e com o espaço. O viver na periferia não é individualizado, as vidas são compartilhadas, as pessoas se conhecem e, de forma mais ou menos intensa, participam da vida uns dos outros.

4. VIOLÊNCIA: AS CONTRADIÇÕES NA PRODUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES

(...) Sente o Drama,
O preço, a cobrança,
No amor, no ódio,
A insana vingança,
Negro Drama,
Eu sei quem trama,
E quem tá comigo,
O trauma que eu carrego,
Pra não ser mais um Preto Fudido,
O drama da Cadeia e Favela,
Tumulo, sangue,
Sirene, choros e vela,
Passageiro do Brasil,
São Paulo,
Agonia que sobrevivem,
Em meia zorra e covardias,
Periferias, vielas e cortiços,
Você deve tá pensando,
O que você tem haver com isso
Desde o início,
Por ouro e prata,
Olha quem morre,
Então veja você quem mata,
Recebe o mérito, a farda,
Que pratica o mal,
me vê, pobre, preso ou morto,
Já é cultural (...)
(Racionais Mc's - Negro Drama)

As representações são construções sociais e, portanto, intencionais, compondo um conhecimento compartilhado, não isento de ambigüidades e conflitos, mas com a importante função de orientar os sujeitos em suas práticas socioespaciais. Elas incidem no plano do espaço vivido, convergindo ou contrapondo, formando os espaços de representação.

Na Restinga, as representações do espaço incidem com um forte viés estigmatizante, misturando as representações de sua origem pobre, vinculadas às malocas e aos maloqueiros com elementos atuais, referentes à transgressão da ordem e ao uso de violência. É nesse contexto que, a partir do espaço vivido, são constituídas representações que atuam na inversão de valor de lugar estigmatizado, sem, contudo, negar os elementos que o estigmatizam. São desenvolvidos saberes

comuns que reduzem os elementos negativos a uma fração do espaço (remetendo-se a uma porção da rua, ou a um ponto da localidade) ou da população (distinguindo o trabalhador do “marginal”) ou a produção de alteridades que segmentam o bairro, reproduzindo os pré-conceitos nessas produções de alteridades.

É através do processo de objetivação (MOSCOVICI, 2003) que um fato abstrato, como o medo, é transformado em algo concreto materializado em espaços ou grupos de indivíduos tidos como marginalizados. As representações do bairro estão amplamente objetivadas nos aspectos relacionados ao medo e esses ancorados na figura do morador da periferia, ou seja, o medo e a violência materializam-se na imagem do bairro e de seu morador, da Restinga e do Restingueiro.

Contudo, a violência que aparece generalizada no senso comum da cidade, é distinta da vivida no cotidiano das pessoas. Embora presentes no espaço, os aspectos relacionados à violência e à criminalidade não constituem negação da relação de afeto do morador com o bairro. Na negação dos elementos que depreciam a Restinga, surgem argumentos que produzem distorções entre os próprios moradores, constituindo o “nós” e o “eles”, o trabalhador e o vagabundo. É uma temática complexa, assim como as relações espaciais que se constituem a partir desses aspectos, e é nesse complexo imbricamento que são produzidas as estratégias de negação do estigma e valorização do espaço vivido.

Ora, enquanto construções, as representações do espaço estão continuamente em transformação, sendo repensadas e re-elaboradas. É nesse processo que a teoria do núcleo central (PEREIRA DE SÁ, 1996) tem relevância para as reflexões acerca da produção das representações do bairro Restinga. Segundo essa teoria, as representações são divididas em núcleo central, que corresponde à porção rígida e estável, e em sistema periférico, flexível e mais suscetível a mudanças. O núcleo central das representações da Restinga está associado à condição de classe de seu morador, ou seja, localiza o bairro na hierarquia social da cidade. A constituição dos elementos de afirmação do lugar e a identificação do espaço com os aspectos relacionados ao medo e à criminalidade constituem a parte flexível das representações, sendo acionadas de forma distinta na produção do espaço de representação e a da representação do espaço.

A violência urbana está nas ruas e nos jornais diários. Está no rádio, na televisão e nas nossas preocupações cotidianas. No entanto, não somos atingidos por essas diferentes fontes de informações sobre a violência da mesma maneira, e isso se reflete nas nossas concepções acerca dela. A classe social a que pertencemos, o local onde moramos, o jornal que lemos, o programa a que assistimos, bem como a imagem que estes nos dão de nossa classe social e do local onde moramos constituem e compõem o modo como vivenciamos e pensamos essa violência. (ZALUAR, 1994, p. 13)

A percepção da violência é distinta segundo o grupo social, assim como sua manifestação no espaço. Devido a isso, tornou-se importante nas representações do espaço urbano, enquanto um problema das grandes cidades, estando diretamente associada à camada de baixa renda e, no senso comum, remetida a alguns bairros, em especial à Restinga.

A condição de espaço violento é reconhecida tanto como uma construção artificial, quanto como alteração e aumento dos fatos pela mídia. A partir dos veículos de comunicação e, em particular do Diário Gaúcho²⁹, o morador da Restinga se percebe em uma realidade estranha, pois constitui a associação direta entre espaço e violência, constituindo os liames que personalizam o bairro como expressão do medo. No entanto, se o sujeito é valorizado a partir de sua localização espacial e se ao espaço são atribuídos sentidos depreciativos, torna-se, então, imprescindível o combate ao estigma. *“Isso é loucura da cabeça, isso é a mídia que faz (...) a Mídia faz isso, a mídia assombra, assusta, porque eles querem sucesso (...) a fama da Restinga é a mídia que faz ...”* (Entrevista 1, morador da Restinga Velha, em 02/07/2008).

A identificação da violência como um produto estrutural, mas remetido à periferia, é um fato sentido na condição de morador do lugar e é na negação da particularidade do fenômeno ao bairro que o mesmo volta a ser associado ao âmbito estrutural. *“É a população, as pessoas sem segurança, a segurança sempre foi pouca, nem é tanto aqui, mas em todos os lugares do país”* (Entrevista 1, morador da Restinga Velha, em 02/07/2008). Há o reconhecimento de que o fenômeno da violência não é redutível ao espaço do pobre, não é intrínseco à condição de classe, mas que é uma realidade presente nas grandes cidades.

²⁹ Jornal popular, pertencente ao grupo RBS e Zero Hora, comercializado no estado do Rio Grande do Sul.

Aí ela falou: A Restinga é boca braba. Eu já dei um break na senhora, vem cá: - Porque é boca braba? A violência de repente nós estamos num bairro burguês, na Floresta e podemos ser abordados por um cara num carrão ou de moto. E aí? Tu não tá livre de estar na parada e ser assaltada. A Restinga é conhecida por ser violenta, violenta entre aspas, porque todo lugar é violento. (Entrevista 3, morador da Restinga Nova- 1ª Unidade, em 14/03/2008)

O combate ao estereótipo da violência constitui um mecanismo de resistência à própria degradação do sujeito, já que sua significação enquanto cidadão, trabalhador, consumidor, passa pela sua localização no espaço. Corresponde ao manuseio de estratégias que combatam a relação entre espaço e violência, processo que torna invisível os elementos que valoram positivamente o espaço, como a diversidade de projetos sociais desenvolvidos no bairro.

Se tu olhar, se tu tiver o hábito de ler jornal, tu pode dizer que mais da metade das matérias que saem da Restinga são sobre violência, morte, tráfico, isso e aquilo. Não vejo grandes manchetes falando do trabalho social, não vê as manchetes falando, tirando o carnaval, quando a escola ganha, tirando isso tu não vê. (Entrevista 4, morador da Restinga Nova -1ª Unidade, em 18/06/2008)

Contraditoriamente a mídia incide também na constituição do espaço de representação, agregando informações acerca do bairro aos moradores “*Esses dias saiu no Diário trocentas gangues, gangues que eu nem conhecia dentro da Restinga³⁰*” (Entrevista 20, moradora do Elo Perdido, em 12/06/2008). “*Onze gangues está no jornal de hoje, é só pegar o jornal que vocês vão ficar abobados*” (Entrevista 19, moradora da Vila castelo, em 19/04/2008). Ora, o estranhamento quantitativo das gangues decorre da não vivência desse âmbito, ou seja, a existência de territorialidades vinculadas ao tráfico não está, necessariamente, presente no cotidiano das famílias. Nesse sentido, a parte flexível das representações sofre novas elaborações, agregando informações e conhecimentos que passam a ser familiarizados, reconhecidos na identificação do espaço. “*Aí sim que é de cantinho com cantinho, como se diz. Entre os da Velha, do Cantão, da rua dos Martinica, não sei quem. Às vezes nem a gente sabe qual são as gangues que tem, é um monte, um monte mesmo*” (Entrevista 20, moradora do Elo Perdido, em 12/06/2008).

³⁰ Matéria do Diário Gaúcho em 19/04/2008, referente às gangues existentes no bairro.

Em determinado momento, o estereótipo é combatido, em outro, assimilado na produção do espaço de representação. Não se objetiva a negação do conteúdo espacial associado à contravenção, mas que sua participação no cotidiano dos moradores é distinta da sua representação hegemônica. A construção da representação é um fato social, mas perpassa também a individualidade do morador, suas experiências e vivências.

Tu viu a reportagem do jornal que a Restinga tava em 3º lugar em bandidagem? Faz o quê? Faz uns dois meses isso. Saiu uma folha inteirinha da Restinga. Mas eu acho assim, a pessoa só vive ali dentro pra saber como é. (Entrevista 12, moradora da 5ª unidade, em 24/05/2008)

De violência, esse tipo de coisa? Pois aí é que tá, pra mim que moro aqui eu não consigo... Eu sei que tem, mas eu não me sinto assim, eu não vejo isso. Eu ouço muito no rádio o que está acontecendo, porque eu não vejo essa marginalidade toda que falam, não consigo ver. (Entrevista 10, moradora da Restinga Nova - 4ª Unidade, em 04/08/2008)

A violência só é conteúdo espacial quando participa do cotidiano dos moradores. Perspectivas que neguem os aspectos da violência como conteúdo espacial ou, que no oposto, assimilem integralmente tais representações são reduções ou alienações da produção do espaço. A violência é percebida e vivida em suas singularidades, participando das relações socioespaciais e das estratégias de sobrevivência, seja do grupo vinculado aos atos identificados como criminais, principalmente o tráfico e os assassinatos, ou os demais moradores, identificados como trabalhadores.

Ora, se as representações são prescritivas, ou seja, determinam as relações com o objeto, no caso o espaço, o ato de reconstituí-las significa a própria fissura na representação hegemônica e a constituição de novas representações compartilhadas por um determinado grupo. De um lado, há as representações do espaço que prescrevem que a entrada no mesmo deve ser evitada ou acompanhada de formas de proteção, identificando-o como espaço do medo. De outro, produzem-se representações que negam o fato ou reduzem-no a outras particularidades, reelaborando-as a partir do conteúdo espacial e de seus códigos.

O tráfico de drogas é um conteúdo espacial, produtor de territorialidades que atingem mais fortemente os sujeitos vinculados à rede de reciprocidade do tráfico, seja em conformidade ou em atrito. Enquanto conteúdo social remetido a uma minoria, mas vivenciado de forma abrangente, a violência

atua na constituição de contornos das relações socioespaciais, delineando limites reconhecidos por aqueles que os vivenciam.

4.1 TRÁFICO: REPRESENTAÇÃO E CONTEÚDO SOCIOESPACIAL NA CONSTITUIÇÃO DAS TERRITORIALIDADES

O tráfico de drogas participa tanto das representações do espaço quanto do espaço de representação, pois é um importante conteúdo espacial, atuando na configuração de fronteiras vividas e percebidas de formas distintas por seus moradores. As fronteiras não são compartilhadas de forma homogênea, mas adquirem significação a partir do pertencimento a grupos rivais, que se configuram na rua, na quadra ou na localidade.

O tráfico de drogas tem sua expressão mais explicitamente materializada na forma territorial e na produção de alteridades, que identificam o fenômeno, principalmente, nas localidades da Restinga Velha e Ocupações. Nessas, o conflito entre segmentos distintos extrapola a relação restrita entre as gangues, tornando-se público, nas denominadas “guerras”, enfrentamentos entre grupos rivais. A manifestação territorial dos grupos dá-se pelos “embolamentos”, conjunto de pessoas que pertencem a determinado domínio do espaço, correspondem à proximidade explícita, ou seja, a inteira inserção nas reciprocidades do conflito, ou o contato esporádico, mas potencial de relações com o ponto de tráfico e pertencimento ao perímetro de ação do mesmo.

Se tu não tem embolamento nenhum, tu não tem guerra com ninguém de baixo, tu não tem guerra com ninguém de cima, tu não tem embolamento nenhum, procura ficar no teu canto. Ele não, [história de um rapaz que foi morto] ele não tinha guerra com ninguém, mas só no fato de tu parar e ficar na boca dos guris, começar a mexer com os caras também, natural que pra eles tu tá embolado, aí no que eles te pegar eles te matam, pra eles é embolado. Tu pode estar passando junto dos caras, caminhando, mesmo não tendo envolvimento nenhum, pra eles tu tá embolado. A mesma coisa nós, nós vê um do lado deles, é embolado igual, o cara não sabe direito. (Entrevista 16, morador da Rocinha, em 02/10/2008).

A inserção completa ou parcial nos embolamentos é a condição que torna concreta as territorialidades, vividas preferencialmente pelos agrupamentos

ligados ao tráfico. Mas, enquanto conteúdo espacial, participa da vida dos demais moradores, em suas estratégias e práticas socioespaciais. “Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais ou produtivistas” (RAFFESTIN, 1993, p. 158). A constituição de territórios é uma criação, um produto das relações, ao mesmo tempo em que as condiciona.

A intencionalidade da territorialidade são ações e práticas constantes de controle sobre determinada área. A instabilidade do território exige a manifestação das relações de poder como uma estratégia constante de sua afirmação. São relações que se sucedem no espaço, marcando-o e tornando-o diferenciado. Na Restinga, o ponto de tráfico constitui o epicentro a partir do qual é irradiado esse controle, permeando a malha das estruturas de poder constituintes daquele território. Nesse contexto, a territorialidade constitui-se em ações e práticas constantes com o intuito de estabelecer e manter o controle sobre determinada área (SACK, 1980).

A primeira expressão de diferença que se manifesta territorialmente é o conflito entre Restinga Velha e Nova. “*Os gurus da Nova não passam pra Velha e os da Velha não passam pra Nova, porque correm o risco de morrer*” (Entrevista 35, moradora do Núcleo Esperança, em 04/09/2008). A distinção entre o tráfico de drogas da Restinga Nova e da Velha se fundamenta na configuração espacial e maior policiamento na Nova, o que interfere também a relação da territorialidade do tráfico com outras, como a normatização do Estado, presente no espaço a partir da ação policial. “*O bagulho é que a Nova é muito movimento de polícia, entendeu? O bagulho tem que ser mais camuflado (...)*” (Entrevista 16, morador da Rocinha, em 02/10/2008). Por ser mais dissimulado, o tráfico é menos presente no cotidiano do morador, sendo atribuído à Restinga Velha, onde as manifestações são mais visíveis e conhecidas.

Além de conteúdo espacial, as territorialidades do tráfico atuam também na significação dos mesmos. É a partir da proximidade, das relações de pertencimento e conhecimento do lugar que as relações são estruturadas. Nem todos os elementos que compõem a territorialidade são de conhecimento generalizado, mas particularizado nas relações e na proximidade espacial e referente aos embolamentos. São territorialidades que, em função dos conflitos,

mudam os seus referenciais de poder, sem necessariamente, alterar os limites, mas alterando os grupos que controlam determinada área.

Tem Os Primos, os Nilton, os Veios, os Cobago. Os Cobago são da Velha também, né? Tem os Alemão, é um grupo de jovens, que ali no grupo deles, no meio tem quem trafica, eles andam armados, daqui a pouco eles estão se atirando uns nos outros. Tão uns brigando com os outros. Até hoje eu não sei qual a rixa deles, porque a maioria desses meninos, até onde eu saiba, foram criados juntos. Se conhecem desde pequenos, só que uns ficaram num grupo e outros no outro. Daqui a pouco uns estão atirando nos outros. (Entrevista 15, moradora da Rocinha, em 14/03/2008)

O tráfico reproduz a lógica de mercado e a competição por espaço e consumidores, se manifestando nas rivalidades e nos conflitos territoriais. Ao entrar para um embolamento, tem-se a limitação do deslocamento dentro do próprio bairro. As possibilidades de circulação marcam o exercício do poder, reafirmando-o ou subvertendo-o. A circulação comunica a territorialidade através de sua manifestação de poder sobre determinado perímetro.

Então muitos daqui de cima não descem lá para baixo. É a Rocinha, a Rocinha e a Cabriúva, aqui em cima eles arredondam tudo aqui pra Rocinha. Não descem lá pra baixo e os lá de baixo não sobem. Às vezes até sobem, que eles têm mais [sinal indicando dinheiro], e eu acho que eles sobem de carro, moto, se tiver que subir, pra dar tiro nos guris. (..) lá a divisão é ruas: um grupo é de uma rua, o outro da outra. Eles estão entretidos lá, com eles mesmos. (Entrevista 15, moradora da Rocinha, em 14/03/2008)

A territorialidade é revelada nas relações de poder, pela postura corporal, pelo controle da rua, visível na presença do “Cabeça de lata” (vigilante do ponto de tráfico) e pelo uso de armas de fogo. Os vigilantes não apenas comunicam, mas mantêm o poder pela manifestação de força. *“Ali pra baixo ali, naquela rua ali, na outra esquina, ali tu passa como quem não quer nada e tu vê um cara parado na esquina e tu não dá nada, ele tá parado, mas aquele tá cuidando ...”* (Entrevista 37, morador da Figueira, em 15/08/2008). Essas marcações estabelecem os diferentes graus de acesso ao espaço, pois não são vivenciadas de forma homogênea por todos os moradores. A territorialidade pode constituir território concreto, demarcado preferencialmente para os sujeitos que possuem relações com o tráfico de drogas.

Ao se apropriar do espaço, através das relações de força e poder, os grupos projetam nele o seu campo de domínio, fraturando-o conforme a atuação de determinada gangue, limitando, classificando e controlando os graus de acesso

(SACK, 1980). Ao nomear as gangues conforme seus líderes e a localização no espaço, está-se produzindo a classificação, identificando que determinada área pertence a determinado grupo, restringindo o acesso. O comunicar pode estar materializado nos próprios indivíduos ligados ao tráfico, no porte da arma, mas também é um elemento que participa dos códigos locais e, embora nem sempre visível, está posto como um conhecimento espacial.

(...) eu acho que ali era Os Alemão e Os Veio. Eles não se dão, é uma esquina perto da outra (...) eles não se dão com eles ali de baixo, dos Véio. Os Alemão não se dão com os Veio, os Véio não se dão com os Alemão, o Carro Velho não se dão com os Véio, os Véio não se dão com o Carro Velho. Nós não se dava com os Buti, não se dava com os Bolo Fofo, não se dava com os Balaca, entendeu? Várias gangues: Os Balacas, os Buti, os Bolo Fofo, o Mingau, depois vem o Carro Velho, os guris lá de baixo. (Entrevista 16, morador da Rocinha, em 02/10/2008)

É a prática do conflito que assegura a dominação de determinado grupo no ponto de tráfico e na área, definindo-se como práticas socioespaciais, cujo produto é o território e as territorialidades. O conflito comunica a área de poder do grupo, participando de forma contraditória do cotidiano dos demais moradores. O que parece distante e abstrato faz parte do dia-a-dia das pessoas. Nesse sentido, há a distinção do tráfico e dos traficantes. Os moradores inseridos nos embolamentos participam das relações de proximidade, de vizinhança, de um cotidiano compartilhado, de histórias de vida construídas no lugar.

(...) porque onde as pessoas moram que começa a criar tipos de turminhas, vão se criando juntos, quando vê estão roubando juntos, e é quase praticamente assim: são tudo da mesma área, né? É que nem ali em cima, nessa zona aqui em cima, dos guris ali [se referindo à boca do Alemão] é tudo família, é um bandão junto, e eles ficam tudo na esquina, e roubam, assaltam... (Entrevista 25, morador do Barro Vermelho, em 06/06/2008)

Ao se referir com o termo “os guris”, o morador externaliza as relações de proximidade e de mutualidade. O modo de vida é distinto, a separação entre trabalhador e “vagabundo” estabelece o compartilhar da mesma condição espacial, sem, contudo, participar das relações de reciprocidade. “*Eu não, minha guerra é com os caras, minha guerra é com eles, não vou envolver ninguém daqui e nem envolver ninguém de lá. (...) Vagabundo é vagabundo*” (Entrevista 16, morador da Rocinha, em 02/10/2008).

Embora o tráfico constitua um conteúdo espacial, é necessário compreender os mecanismos em que se manifesta e mantém o poder, assim como a sua relação com o restante da comunidade e seu papel na produção das representações sociais e alteridades do bairro.

4.2 REPRESENTAÇÕES E CONTEÚDOS ESPACIAIS: FISSÕES ENTRE AS RESTINGAS

A territorialidade dos pontos de tráfico é um importante elemento na produção das alteridades espaciais da Restinga, reproduzindo os estigmas aos quais o bairro é submetido. Essa alteridade tem uma forte materialização na fragmentação entre Restinga Nova e Velha e as áreas de ocupações.

Para quem nunca veio aqui, acha que a Restinga é como a Restinga Velha, cheia de ladrão, de maloca. É o pensamento deles. Fala que mora na Restinga e já acham que é parente de marginal, de bandido. Que mora nas malocas lá em cima. Porque eles vê muito movimento da Restinga Velha. Quando sai no jornal sobre traficante, assassino, é tudo na Restinga Velha, pra baixo não tem nada a ver. O pessoal que não conhece aqui acha que aquilo lá é a Restinga. Pelo contrário, mora muita gente boa, mais boa que má, bem mais. Pessoas trabalhadeiras, pessoas que não se envolvem com o banditismo. (Entrevista 8, moradora da Restinga Nova – 3ª Unidade, em 05/03/2008)

A violência é reconhecida na diferenciação espacial, na contraposição do “nós” e do “eles”, os estabelecidos e os *outsiders* (ELIAS e SCOTSON, 2000), processo no qual um grupo se identifica em uma escala de valores em relação ao outro grupo, engendrando relações singulares pautadas na alteridade. No estudo de Elias e Scotson (2000) a diferença é construída pela temporalidade da ocupação e condição de classe, em que os primeiros vestem-se de um *status* superior.

Essa é a auto-imagem normal dos grupos que, em termos do seu diferencial de poder, são seguramente superiores a outros interdependentes. Quer se trate de quadros sociais, como os senhores feudais em relação aos vilões, os ‘brancos’ em relação aos ‘negros’, os gentios em relação aos judeus, os protestantes em relação aos católicos e vice-versa, os homens em relação às mulheres (antigamente), os Estados nacionais grandes e poderosos em relação a seus homólogos pequenos e relativamente impotentes (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 19)

É a produção de representações constituindo alteridades espaciais, atingindo a Restinga Velha e as ocupações, que são mais suscetíveis a estigmatizações. De um lado, condena-se a visão homogeneizante acerca do bairro; de outro, é reproduzida na depreciação de suas localidades. Enquanto no estudo de Elias e Scotson (2000) o fato motivador da diferença na comunidade de Wiston Parva foi o tempo de chegada, na Restinga esse mesmo fato motivador pode ser entendido a partir do mecanismo de acesso ao solo, que é associado à condição de classe do morador, ou seja, a capacidade de consumo do espaço.³¹ Pelo fato de a alteridade na Restinga estar associada à condição de classe e conseqüente forma do espaço, nesse caso os estabelecidos não seriam o grupo mais antigo, mas a Restinga Nova, e os *outsiders*, o grupo inferiorizado, a Restinga Velha.

A Restinga reproduz em sua fragmentação a hierarquização social da cidade. O Atlas de desenvolvimento humano da região metropolitana de Porto Alegre construiu, a partir das unidades censitárias, uma tipologia³² da cidade em que a Restinga é dividida em 5 (cinco) unidades (TAB. 10): Restinga Nova³³, Barro Vermelho³⁴, Vila Beco do Bitá³⁵, Restinga Velha³⁶ e 5ª Unidade³⁷. A partir dessa tipologia é possível reconhecer as alteridades da Restinga e sua estratificação social. Assim como os indicadores de renda e anos de estudo do bairro são inferiores à média da cidade, a mesma informação tem expressão espacial de sua diferenciação.

³¹ Sempre lembrando que, nesse processo, existem generalizações, pois as distintas áreas o são para os sujeitos que as vivenciam. Nesse caso, é comum generalizar tudo o que se encontra de um lado da Estrada João Antônio da Silveira como Restinga Nova e do outro lado como Restinga Velha. Embora haja diferenças até no mecanismo de acesso ao solo.

³² Essa tipologia torna-se útil na discussão acerca das alteridades entre Restinga Velha e Nova. No entanto, coloca em uma só unidade realidades igualmente díspares, como as Ocupações. É, contudo, uma problemática compreensível, pois segue as informações dispostas nas unidades censitárias do IBGE. Essas nem sempre seguem um padrão possível de análises espaciais, pois uma mesma unidade pode englobar duas situações opostas, como a unidade que engloba a 4ª unidade da Restinga Nova e a ocupação do Asun.

³³ A unidade Restinga Nova é formada pelas unidades vicinais - 1ª, 2ª, 3ª, 4ª- pela ocupação do Asun, os loteamentos da Av. Ignês E. Fagundes, a leste da Vila Beco do Bitá e Jardim do Salso.

³⁴ A unidade Barro Vermelho é formada pelos loteamentos Flor da Restinga, Chácara do Banco, parte do Barro Vermelho e Morro São Pedro.

³⁵ A unidade Vila Beco do Bitá é formada pela vila de mesmo nome e loteamentos Ignês E. Fagundes, a oeste da mesma vila.

³⁶ A unidade Restinga Velha é formada pela Nova Santa Rita, Figueira, Elo Perdido, Cabriúva, Loteamento Núcleo Esperança, Núcleo Esperança, Rocinha, Castelo, Chácara Pedroso, parte do loteamento da cooperativa dos bombeiros e Restinga Velha.

³⁷ Essa unidade é formada unicamente pela 5ª Unidade.

Tabela 10: Dados das Unidades de Desenvolvimento Humano na Restinga

Unidade	Renda média dos responsáveis pelo domicílio -2000	Média de anos de estudo dos responsáveis pelo domicílio -2000
Restinga Nova	554,64	6,65
Barro Vermelho	497,61	6,02
Vila Beco do Bita	396,96	6,73
Restinga Velha	375,11	5,32
5ª Unidade	233,18	6,01
Porto Alegre	1418,55	9,07

Fonte: Atlas de desenvolvimento humano da região metropolitana de Porto Alegre

É fato que existem localidades do bairro com maior fragilidade. A alteridade entre Velha e Nova, ao mesmo tempo em que produz, também é produto da diferenciação social. De um lado, os pobres, de outro, os mais pobres ainda. Além da dicotomia histórica, tem-se a intensa fragilidade da 5ª Unidade, dado de fácil compreensão, decorrente de sua formação recente.

O reconhecimento das diferenças entre os dois núcleos está associado, num primeiro momento, as suas origens e à diferença imposta pelo Estado ao produzir um desenvolvimento desigual entre a Restinga Velha e a Nova, fato manifesto nas ruas, nas casas, nos equipamentos públicos (FIG 42 e 43).



Figuras 42 e 43 - Distinções entre as Restingas Velha e Nova
Fonte: Nola Gamalho -2008; 2009

Há o compartilhar da identidade do bairro, o restingueiro, o orgulho, mas há também as fissuras, produtos do acúmulo histórico de tratamentos desiguais nos dois núcleos. Identificado como sendo desigual decorrente da condição de classe, fator que integra os processos de distinção.

Tu pega a situação econômica, se tu pegar a própria Restinga Nova tem uma situação resolvida, são funcionários públicos, ganham suficientemente para a sua subsistência. (..) Tu pega lá o Vale do Salso, da Vila Cocô, é uma ocupação, tem de tudo, não tem infra-estrutura. É horrível. Depois vamos mais para Restinga Velha, daí as diferenças são maiores ainda, são gritantes (...) Se pegar o pessoal da Rocinha, são pessoas que vieram de uma situação econômica inferior, não têm emprego, são biscates...(Entrevista 6, morador da Restinga Nova - 2ª Unidade, em 14/02/2008)

A constituição das alteridades é um processo além da constatação de uma realidade concreta, é o indivíduo se situando em uma estrutura hierárquica de valores sociais, onde a diferença é constituída na tomada de consciência de sua posição socioespacial, internalizando um conhecimento compartilhado acerca da hierarquização interna ao bairro. E, nesse processo, tem-se a própria reprodução da identificação das atitudes desviantes com a condição do pobre.

Ora, se o indivíduo é significado pelo local que ocupa, então se vê a necessidade de reelaborar tais representações, pois, valorizando o lugar, o sujeito valora a si mesmo e, ao reprojeter o estigma no outro, elimina-o de si. O fato de reconhecer o outro dentro de uma escala hierárquica de valores é a própria reprodução de marcas, as quais identificam o bairro como violento. O estigma sofrido é reprojeto no outro, intensificando a constituição dos conflitos.

A diferença é o mecanismo através do qual o sujeito coloca sua localidade em uma posição superior e nega a violência e a marginalidade como fatos amalgamados a sua condição espacial. A alteridade é motivada pela distinção social, pelo reconhecimento de áreas pobres e áreas mais pobres, em uma relação direta entre pobreza e marginalidade. É na materialização da diferença no contexto histórico de formação do lugar e em sua forma que à Restinga Nova é imputado um *status* superior em relação à Restinga Velha, identificando-a, juntamente com as ocupações, como núcleos da violência no bairro.

A diferença que tem é que as pessoas falam que pra cá o pessoal todo é maloqueiro. Essa é a diferença, tu fala que mora na Restinga Velha, não só lá, como fora também, tu diz que mora na Restinga Velha e a pessoa já te olha com outra cara. (Entrevista 25, morador do Barro Vermelho, em 06/06/2008)

A alteridade é marcadamente espacial, cujos limites são fixados a partir da Estrada João Antônio da Silveira, traçado que separa dois grupos distintos,

concretamente e simbolicamente. Remeter o morador da Restinga Velha à condição de maloqueiro é um resquício dos processos que originaram o bairro. A morfologia é diferencial, produto das políticas públicas, pois de um lado há o espaço planejado (Restinga Nova), de outro há o espaço de recepção da população dos reassentamentos (Restinga Velha). A forma corrobora com a explicitação que vincula o tráfico à Restinga Velha e sua forma mais velada na Restinga Nova, que quando identificada é remetida à exceção.

(...) é tudo a mesma coisa, é só por nome: Restinga Velha, Restinga Nova, Núcleo Esperança, Núcleo A, Núcleo B. É tudo a mesma coisa, onde tem morte, droga, bandido, vizinhos bons, pessoas boas, é em tudo quanto é lugar, tanto na Nova quanto na Velha, na Rocinha que é muito falada ... (Entrevista 20, moradora do Elo Perdido, em 12/06/2008)

As distinções são sentidas e combatidas em construções mentais alicerçadas na própria evolução da Restinga Velha enquanto espaço de trabalhadores e relacionado à transformação da paisagem, em que as malocas foram substituídas por casas de alvenaria, símbolo do progresso pessoal. Embora haja a negação da diferença, há o reconhecimento de que as políticas públicas atingem assimetricamente o espaço, questão concreta na distinção da infraestrutura, pois na Restinga Nova há um número superior de equipamentos públicos, como praças, maior disponibilidade de transporte público, escolas e postos de saúde.

Não é questão de Restinga rica e Restinga pobre. O pessoal tá levando por outro lado, porque na realidade Restinga Nova e Restinga Velha é porque a Restinga Velha foi criada primeiro, depois foi se gerando a Restinga Nova, com determinados acessos dentro dela e se ampliou bem mais, vieram outro tipo de pessoas, então já são pessoas que foram vindo depois, com outro conhecimento, outro aprendizado e o pessoal leva por isso. (...) Questão de ônibus, a Restinga Nova tem vários ônibus, um atrás do outro, já na Restinga Velha é uma demora, então isso dificulta e bota as pessoas... Tipo assim, no Barro Vermelho é uma turma, na Restinga Velha é outra turma, já fica com atrito com a Restinga Nova, a Restinga Nova são uns privilegiados, tem posto de saúde, tem posto de gasolina, tem bombeiros, tem posto de polícia. (...) Na Restinga tudo é igual, essas diferenças é na cabeça das pessoas. (Entrevista 24, moradora do Barro Vermelho, em 29/04/2008)

Essas diferenças justificam as rivalidades, intensificando a fragmentação do espaço e constituindo territórios e territorialidades, limitando e contendo a integração desses dois núcleos. A identificação de áreas distintas está

associada ao mecanismo de acesso ao solo urbano e sua forma, que é deficiente de infra-estrutura nas ocupações.

[sobre o nome da vila: Vila Cocô] porque deságua aqui todo o esgoto da Restinga, ele desce aqui no arroio do Salso e o arroio do Salso circunda o Vale do Salso. Surgiu por causa de gente invejosa: vão tirar o pessoal de lá. E não tiraram e hoje tá ganhando asfalto, esgoto, tá ganhando uma obra do PAC (...) as pessoas não vieram pra cá que não tiveram a coragem de vir e hoje dizem "Vila Cocô", mas é só por ciúmes(...) No início, além desse rótulo que colocaram na vila, a pessoa da Restinga Nova: ah, aquilo ali vai ser um local de tráfico, vai ser mais uma incomodação pra Restinga.(Entrevista 39, morador do Vale do Salso, em 18/07/2008)

O tráfico é uma realidade concreta do bairro, porém suas manifestações e impactos nas práticas socioespaciais é que são distintas. A relação do tráfico na Restinga Nova está associada a forma mais ordenada do espaço, corroborando para que o mesmo seja mais velado. Na Restinga Velha, as áreas de tráfico são mais declaradas e o conflito entre pontos próximos é mais intenso, atraindo a atenção devido aos tiroteios e ao número de mortes, normalmente restritas às relações de reciprocidade entre as gangues. O tráfico ocorre em ambas as Restingas, que, contudo, conformam representações distintas devido à forma de sua manifestação no espaço e à intencionalidade de sua produção, ou seja, a produção do distanciamento do sujeito com relação à violência.

Tem rixa porque as bocas são perto e são grandes, patroazão e essa aqui é boca pequena. Tem boca dentro da Restinga Nova, só que é bem mais discreto que lá na Restinga Velha. Olha, eu hoje sei de algumas bocas porque meu irmão é taxista e aí eu estava esses dias, e ele não comenta também, mas como eu estava pra tirar a folga dele, ele trabalha de noite: olha, abre o olho, se te pedirem pra ir pra tal lugar, tu não faz corrida pra tal lugar, de tal a tal lugar tu não chega e não chega perto. Mas tem lá? Claro, o irmão da fulana tá nisso e o irmão da ciclana. E na Restinga Nova. Na Restinga Velha eu sei porque são lugares declarados que aqui tem uma boca e eu que controlo o território. Só que na Restinga Nova não tem briga porque ainda não são declarados, que nem aqui, aqui é uma boca pequena, então eu acho que nem armas eles têm ali, é só tráfico mesmo, só loló, só maconha, só o crack, não sei se tem crack... (Entrevista 14, morador da Vila Beco do Bitá, em 16/06/2008)

As guerras e as mortes tornam público os pontos de tráfico, constituindo um conteúdo espacial compartilhado, integralmente ou parcialmente, por seus moradores. A vivência a partir das relações de proximidade, balizadas pelas redes de relacionamento ou pelo domínio espacial, associada à proximidade da moradia, relacionam o que está fortemente no âmbito da representação

hegemônica, com o conhecimento e compartilhamento dos códigos locais. Vive-se a violência enquanto fato, mas também enquanto imagem significada e estereotipada, pois sua manifestação no cotidiano dos moradores é diversa e até mesmo ausente.

4.3 AS REPRESENTAÇÕES DO TRÁFICO: A CONSTRUÇÃO DA EXTERIORIDADE DO FENÔMENO

A generalização do tráfico enquanto patologia social, inerente à condição espacial do pobre, reproduz a lógica da produção das representações das Vilas de Malocas, elaboradas nas décadas de 1950 e 1960. O espaço é produzido nas práticas cotidianas, marcando-o na constituição da moradia, nas relações de vizinhança, nos trajetos diários. Contudo, o espaço também marca o sujeito, tanto positivamente, quanto de forma depreciativa. Os mecanismos que generalizam no espaço a condição de violento não são plenamente reconhecidos pelos moradores, gerando formas de lidar com a questão, reduzindo-a a sujeitos ou a fragmentos do bairro. Se o lugar marca o sujeito, então é necessário reelaborar as representações, constituindo a Restinga enquanto afirmação.

(...) isso tem sempre [sobre o tráfico], teve uma época que a casa aqui da frente vendia drogas. Até muita gente estranha que vinha aqui, mas uma vez eles levaram um susto e pararam. Já moravam aí antes da gente vir pra cá, mas nunca brigaram, porque a gente se dá bem, a gente sabia, via, o pessoal chegava. (...) [sobre os compradores da droga] não, só tem um lá na ponta da rua que era, que são meio marginal, então às vezes eles vinham buscar. Não trabalham, vivem só na rua, assim... Eles usam droga, acolhem na casa deles também os que usam, mas é só na ponta da rua. (Entrevista 8, moradora da Restinga Nova – 3ª Unidade, em 05/03/2008).

O cotidiano da vida em periferia desenvolve conhecimentos acerca do espaço, tornando familiar as relações desenvolvidas a partir da proximidade, delimitada pela extensão das relações às quais o morador está vinculado, podendo corresponder à rua, à localidade e até mesmo à amplitude do bairro. A rua é o âmbito de maior domínio do morador; é, depois da casa, seu referencial de localização social. O tráfico está inserido no espaço e pode ser desenvolvido por um vizinho e, ao fazer parte dessas relações de proximidade, tem-se o contato com o

fator que estigmatiza o bairro. Contudo, sua condição é reconhecida como restrita a determinado grupo, ou casa, restituindo a diferença entre o “nós” e o “eles”. A alteridade que reconhece diferentes Restingas é deslocada e reduzida a outras escalas.

A representação da Restinga ancorada no medo homogeneiza a sua diversidade, localizando seus moradores em parâmetros pré-concebidos. A violência enquanto representação do espaço não é a mesma do espaço de representação, pois a identificação com o lugar de pertencimento e o domínio dos códigos compõem formas e estratégias de vivenciá-lo. O medo imaginado não é o mesmo do vivido, pois na ordem próxima são desenvolvidos códigos e normatizações, que possibilitam ao morador o domínio das relações territoriais.

Aqui nos Bitas não tem problema, eu digo aqui não tem problema, mas em toda a Restinga não tem problema também, porque mesmo eles [tráfico] não me conhecendo, eu não vou passar na frente deles também, eu vou sair por um lugar e voltar por outro. Eu sei o limite deles e eu não vou passar no limite deles, então isso é só fama da Restinga. (...) os caras que fazem e acontecem, eles moram naquele cantinho ali, e o trabalhador que mora na volta está tendo fama por causa daquele cantinho ali. Que nem aqui, nós temos fama por causa daquele pedacinho e, no entanto, ninguém faz. (Entrevista 14, morador da Vila Beco do Bitá, em 16/06/2008)

O espaço de representação é construído no reconhecimento do morador do bairro como trabalhador, negando o imaginário que o associa à marginalidade. Ora, há o fato tráfico, contudo sua identificação é restrita a uma pequena parcela dos moradores. O tráfico está no “cantinho”, alusão ao espaço e relativo a “eles”, os moradores vinculados às gangues.

Eu desço pra buscar a minha guria no colégio. Oi tia [Fulana], tudo bom? Tudo bom. Tu soube o que aconteceu lá? Mataram o fulano, mataram o ciclano. Tu fica apavorada, porque são tudo uma gurizada que tu conhece, são tudo umas merdinhas que tu conhece. A gente fica chateada, mas é o que eles procuraram pra eles. (Entrevista 12, moradora da 5ª Unidade, em 24/05/2008)

A afirmação da condição espacial é consolidada na negação do tráfico como expressão do espaço e na transformação da paisagem, substituição de moradias precárias, as aludidas malocas, por casas de alvenaria, pelo calçamento da rua, no reconhecimento da condição de trabalhador honesto, e na continuidade do mesmo através dos filhos. A condição de pobre, núcleo das representações, não

é negada, mas afirmada, como o reconhecimento de um *habitus* do morador da periferia, do trabalhador, que enobrecem o morador. O conflito não é com o reconhecimento enquanto morador da Restinga, mas sua associação com “bandidos”.

A negação das representações que associam a pobreza à marginalidade é um importante componente da produção do espaço de representação, que se equilibra entre a negação do fato e a sua manifestação no espaço (manifesta nos mecanismos de negação da violência) como sua restrição a uma parcela do bairro ou um segmento da população. “*É uma minoria, né, que são os desocupados e traficantes, que a grande massa da população da Restinga são todos trabalhadores, né. Acho que é uma minoria que faz essa má fama da Restinga*” (Entrevista 2, morador da Restinga Velha, em 06/06/2008). O combate à identificação do espaço como violento é realizado na redução de suas negatividades na constituição de realidades externas à pessoa. São construções, pois o fato pode fazer parte do cotidiano, pode acontecer na rua, mas é exteriorizado na afirmação do morador do lugar.

A violência é também identificada como externa ao bairro, por estar contida nas redes de reciprocidade entre as gangues. O tráfico e os extermínios, que identificam o bairro como violento, constituem a relação do “eles” entre “eles”, ainda que contido nas relações de proximidade, pois os mesmos sujeitos que são vinculados ao tráfico fazem parte das famílias do bairro, têm sua história também indissociável ao espaço.

Quando eu perguntei pro taxista: bah, tu viu que teve uma morte ali assim? Sabe o que o taxista me disse? Justiça seja feita, semana passada ele matou um lá na Vila Cocô, agora foi a vez dele. O cara tava de bicicleta, deu três tiros, aí depois veio e deu mais cinco, só na cara. Mas quando é entre eles a gente não fica triste, quando é entre eles tá tudo certo, a gente fica triste assim, foi na frente do colégio 9 horas, se é alguém que não tem nada a ver... (Entrevista 18, moradora da Vila Castelo, em 19/04/2008)

Co-existe um emaranhado de situações que são aparentemente contraditórias. Em alguns momentos, tem-se a banalização e a naturalização da violência, pois normalmente estão restritas às redes de relação do tráfico. Em outros momentos, há o choque, o não-reconhecimento, fatos que marcam o espaço, a memória e as vidas, como as marcas de tiro no asfalto. Marcas impregnadas de significado, marcas de mortes que não são facilmente aceitas, como a de um menino

de 13 anos de idade (FIG. 44). E as representações não são construídas dissociadas dessas contradições, permeiam associações, compõem estratégias e são impregnadas de sentimentos, de vidas, de histórias e de opressão. As contradições são elementos do que é mutável, do que é continuamente reconstruído.



Figura 44: Marcas de tiro no asfalto – morte de menino de 13 anos.
Fonte: Nola Gamalho, em ago./2008

Ora, é complexo o exercício de construir um entendimento ordenado das relações contidas no espaço e atravessadas pela materialização da violência no cotidiano das pessoas. Existe a violência enquanto conteúdo espacial. Contudo, sua materialização não é a mesma da generalizada no senso comum e que compõe as representações do espaço. Há uma intrincada rede de concepções, entendimentos e vivências que são distintos e que distinguem as Restingas. E o espaço de representação não nega e tampouco reconhece a integralidade da violência no espaço, constituindo formas de torná-la externa, seja a partir da rua, da localidade, ou reprojetoando em outros espaços do bairro.

As diferenças são manifestas no espaço, apresentam-se na sua forma, nas ruas, nas casas, na materialização do tráfico nas pessoas, que manifestam o poder no seu trajeto, no corpo, no que é explícito, como a arma de fogo, e o que está no âmbito do imaginário, como as mortes, a valentia. Denotam relações de poder e controle de uma determinada área. Contudo, ao perpassar as relações de

proximidade, culminam por fazer parte do cotidiano e das estratégias locais. Lida-se com a representação e com o fato, denotando os conhecimentos inerentes à particularidade de seu viver e o não reconhecimento do espaço enquanto patologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção do espaço e das representações sociais são processos intrincados, pois todo lugar é, além de suas objetividades e de sua forma material, um aglomerado de idéias e percepções. No bairro Restinga essas produções compõem, em distintos âmbitos, mecanismos de diferenciação social, dominação e pertencimento ao lugar. É um espaço concebido, mas não cristalizado em formas-conteúdos e é, ao transformá-lo, que a ocupação humana vai constituir o espaço vivido, re-elaborando suas representações a partir das trajetórias dos seus moradores.

Ao longo da pesquisa alguns aspectos ficaram muito evidentes, como a importância de desconstruir noções que reduzem ou alterem os imaginários acerca do processo de produção da Restinga. O bairro originou-se das vilas de malocas, de um planejamento urbano que identificava nas vilas irregulares os elementos de promiscuidade e patologia social, idéias naturalizadas como inerentes ao espaço e germes da produção das representações: as vilas de malocas, com todo o imaginário acerca do maloqueiro e os estigmas que esse carregava, via-se transformada em um bairro, fruto de uma reforma urbana.

De vila de malocas passou a periferia, ainda lugar do pobre, das ausências, do feio, do insalubre, das promiscuidades... Essa transformação ocorreu sobre os estigmas já existentes, adquirindo nuances, roupagens diferentes, mas sem alterar significativamente o conteúdo de tais significações. Um elemento que compõe fortemente os imaginários acerca do bairro atualmente são as manifestações de violência (o tráfico de drogas e os assassinatos), que vem adquirindo mais expressividade tanto na mídia quanto no cotidiano do lugar.

A origem da Restinga está vinculada ao re-ordenamento do espaço urbano e ao déficit habitacional, além disso, representou a possibilidade de aquisição da casa própria para a camada de menor poder aquisitivo. No entanto, a

pesquisa demonstrou que há um movimento em que os planos vivido, concebido e percebido relacionam-se diretamente entre si. Além das transformações nos dois primeiros núcleos (Nova e Velha), outras áreas são agregadas ao bairro, como as ocupações e loteamentos clandestinos. É um movimento constante em que o vivido altera o concebido: o espaço padronizado é totalmente heterogêneo, as casas são alteradas, ampliadas e personalizadas. Além disso, o concebido altera o vivido quando o Estado intervém na ordem próxima, regularizando os serviços que antes proporcionavam uma maior integração entre os seus moradores: a “pena” ou o “gato” que antes eram compartilhados entre os vizinhos, condicionando práticas espaciais integradoras, passam a ser as contas de água e luz que devem ser pagas todo o mês por cada domicílio. Enfim, ao transformar o espaço, seja pelo viés da normatização - do concebido - ou pelo viés da produção da existência, das práticas espaciais - do vivido e percebido - alteram-se também as suas representações, pois o morador passa a reconhecer-se como participante da cidade legal.

Ao apropriar-se do espaço, transformando-o, o morador desenvolve laços de pertencimento, re-afirmando positivamente suas diferenças. Para quem vivencia a Restinga, consolidando sua vida no bairro, na produção de sua casa, nas relações socioespaciais, o lugar é apropriado afetivamente. O acesso à moradia atribui o sentimento de dignidade ao sujeito, que re-projeta esse sentimento no lugar.

A partir de sua produção material, tem-se a constituição das relações socioespaciais, atravessadas pelo reconhecimento de vidas partilhadas, consolidando a sensação do morador de fazer parte de algo ou de um lugar. Além disso, o contexto em que o bairro foi produzido e a distância do centro da cidade contribuíram para afirmar os laços entre os sujeitos que vivenciaram os mesmos problemas, situação em que a solidariedade torna-se uma boa estratégia para aquele modo de vida.

As representações sociais estão em múltiplos planos, nas concepções sobre o bairro, na racionalidade do poder público, no dia-a-dia dos moradores, nas práticas socioespaciais. Contudo, as representações presentes no senso comum da cidade impactam na vida e no reconhecimento dos moradores, imprimindo-lhes marcas, constituindo entraves até mesmo para o acesso ao mercado de trabalho. Deste modo, correspondem a dois movimentos, um que elabora conhecimentos sobre o espaço e outro que os elabora a partir da vivência do espaço. Esse se

constitui a partir do espaço vivido e percebido, afirmando a Restinga e o “restingueiro”.

Ora, o entendimento das dinâmicas espaciais comprovam que as representações do espaço tem finalidades, influenciando a vida das pessoas e naturalizando as distinções sociais. Vê-se, portanto, a importância de desconfiar das verdades postas, de inquietar-se com as imagens generalizadas acerca dos lugares e dos processos. A periferia é mais complexa do que os imaginários da violência e da pobreza.

Enquanto que as representações do espaço são formuladas a partir de elementos como a distância social e física e os aspectos remetidos à violência; o espaço de representação é alicerçado nos laços afetivos com o espaço de realização da vida, de constituição da moradia, de reconhecimento do sujeito público, identificado a partir de valores de progresso e trabalho, constituindo, enfim, o trabalhador pobre e o cidadão domesticado pelas hierarquias sociais.

Ao longo da pesquisa ficou evidente o sentimento de afeição do morador com o bairro. O domínio dos códigos e das relações de vizinhança passam de mera necessidade a fator de estabilidade e segurança do morador: um pedido de ajuda pode ser a constituição do vínculo afetivo, instituindo, assim, relações de cooperação mútua.

O espaço de representação também é produzido a partir de intenções e, nesse sentido, os elementos que depreciam o lugar e o morador são remetidos a outras escalas ou sujeitos, assim como, não restringem o problema ao bairro, ao lugar do pobre, mas a uma realidade do mundo atual. A afirmação do lugar dá-se também pela negação dos elementos que o depreciam, pois enquanto fato espacial, os aspectos vinculados ao tráfico de drogas participam da produção das representações, re-projetando os estigmas do bairro em fragmentos do mesmo, ou seja, o bairro Restinga transforma-se em Restinga Nova, Restinga Velha e invasões.

Existem múltiplas Restingas: a dos re-assentamentos, das ocupações, da moradia popular, dos loteamentos clandestinos. O bairro é fragmentado em diversas localidades, gerando também as distinções internas. São diversos planos de identificação do sujeito com o espaço, contudo, o reconhecimento do bairro é tão forte que se sobrepõe às demais, isto é, a pessoa pode morar tanto na Restinga Nova quanto na Restinga Velha, que mesmo assim, se identificará como morador da Restinga.

A produção da Restinga é passível de particularização em diversos âmbitos, um exemplo é a sua origem, a partir das remoções, das ausências de infraestrutura e das alteridades constituídas entre os dois primeiros núcleos. Outro exemplo é o crescimento da violência, fato marcante na vida das grandes cidades, que embora aconteça no bairro, faz com que o imaginário da cidade acerca desse, reduza-o como um lugar extremamente violento. A violência, contudo, mesmo presente no cotidiano dos moradores do bairro, como foi observado no levantamento de campo, não pode ser um fato que o represente, pois é um absurdo reduzir de forma arbitrária a riqueza e diversidade de práticas espaciais, de histórias e trajetórias do bairro a aquela imagem.

O reconhecimento a partir das representações do espaço oculta toda a diversidade e contradições de sua produção. Desta maneira, o bairro é constituído por uma população segregada pelo Estado e pelos mecanismos de comércio do solo urbano, contudo, também é a possibilidade de aquisição do imóvel, pelo viés formal ou informal, e é o lugar em que as pessoas com menor poder aquisitivo conseguem escrever a própria história, marcando o espaço e sendo marcadas por ele.

A pesquisa apontou que a produção do espaço de representação na Restinga é múltiplo, envolvendo dramas humanos, trajetórias de repressão (remoções), de opressão (migrações até adquirir a casa própria), constituindo amarras entre morador e o bairro. Esse se transforma em um lugar de acolhimento e onde a proximidade possibilita relações em que a figura do vizinho adquire contornos de solidariedade.

Quanto mais a sociedade é normatizada e tecnológica, menos locais são seus habitantes. A Restinga não deixa de estar nessa sociedade da informação, a tecnologia, os bens de consumo são presentes no espaço. Contudo, o viver periférico aciona outros elementos que correspondem à lógica local, de domínio espacial, de conhecimento das dinâmicas e práticas do lugar. Assim, a relação com a moradia é mais do que um bem, do que um imóvel com valor no mercado, é o acúmulo de histórias do sujeito, lugar de realização da vida.

Infelizmente, age-se mais pelas representações constituídas sobre o espaço do que a partir de sua pluralidade. É necessário, portanto, constituir entendimentos dos lugares que não reduzam suas complexidades a categorias estruturadas, isto é, que não se preocupem apenas em resolver questões a partir de conhecimentos unilaterais, não levando em conta as intencionalidades e os

imbricamentos dos diversos planos que compõe aquela realidade, mas sim, que pense que o espaço é contido e contém histórias, vidas e dramas. Com isso, a produção da Restinga é permeada por contradições, conflitos e encantos, e é isso que a torna um campo de inquietações e possibilidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVENIDA Ipiranga e seus problemas. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 6, n.1599, 11 ago. 1969, p. 3.

BARBOSA, Adoniran. **Saudosa Maloca**. Interprete: Adoniran Barbosa. Identidade. São Paulo: EMI, 2002.

_____. **Abrigo de Vagabundo**. Interprete: Adoniran Barbosa. Raízes do Samba. São Paulo: EMI, 1999.

BOLOGNESI: empreendimentos moradas do sul. Disponível em: <<http://www.bolognesi.com.br/site/?interface=empreendimento>> Acesso em: 15 ago. 2008.

BONDUKI, Raquel; BONDUKI, Nabil. Periferia da grande São Paulo. Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed. São Paulo, 1982. p.177-154.

BOURDIEU, Pierre. Gosto de Classe e estilo de vida. In: **Pierre Bourdieu: sociologia**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **O poder simbólico**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007 a.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007 b.

CARDOSO, Cristiane. **Do espaço concebido ao espaço vivido**: um estudo de caso sobre as representações espaciais e identidades na Favela da Maré, RJ. 2006, 208 f. Tese (doutorado em geografia). Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Gerais, Departamento de Geografia, Niterói-RJ, 2006. Disponível em: <<http://www.qprocura.com.br/dp/56789/Do-espaco-concebido-ao-espaco-vivido:-um-estudo-de-caso-sobre-as-representacoes-espaciais-e-identidades-na-favela-da-Mare--RJ.html>> Acesso em: 15 out. 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandrini. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

_____. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. Uma leitura sobre a cidade. **Cidades**: revista científica, Presidente Prudente, v1, n.1, p.11-30, 2004.

_____. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur, 2007.

CÉLIO vai confinar malocas. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 3, n.771, 17 de nov. 1966, p. 2

COMBATE aos loteamentos clandestinos. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 8, n. 2413, 23 mar. 1972, p. 3

DAMIANI, Amélia Luisa. A propósito do espaço e do urbano: algumas hipóteses. , **Cidades**: revista científica, Presidente Prudente, v.1, n.1, p.79-95, 2004.

D'ÁVILA, Nádia. **DEM HAB**: com ou sem tijolos, a história das políticas habitacionais em Porto Alegre. Porto Alegre: unidade editorial, 2000.

DEM HAB. Zero Hora, **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 5, n. 1462, 27 fev. 1969, p. 2.

DEMO, Pedro. **Pobreza política**. 4 ed. Campinas: Autores associados, 1994.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência**: gangues, galeras e o movimento hip hop. São Paulo: Annablume, 1998.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A sociedade vista da periferia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais da Associação Nacional de Pós-graduação**, São Paulo, v.1, n.1, p.84-99, 1986.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FAILLAGE, Tânia Jamardo **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 4, n.920, 18/05/1967, p12-13.

FLORES, Léo Guerreiro de. Fotografia, p & b, 1956.

Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional – Metroplan. Foto aérea. Porto Alegre, 1966. 1 Fotografia aérea. Escala 1:20.000.

_____. Foto aérea. Porto Alegre, 1978. 1 Fotografia aérea. Escala 1:20.000.

_____Foto aérea. Porto Alegre, 1990. 1 Fotografia aérea.

GAMALHO, Nola Patrícia. **Movimento social, identidade e espaço público na periferia urbana**: a radiodifusão comunitária no Bairro Restinga – Porto Alegre, 2005. 81f. Monografia (graduação)- Instituto de Geociências, Curso de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GAMALHO, Nola Patrícia; HEIDRICH, Álvaro Luiz. Periferia: a produção do espaço e representações sociais no/do bairro Restinga- Porto Alegre/RS. **Para Onde!?**- Revista eletrônica, Porto Alegre, Ano 2, n. 3, p. 61-75. jul/dez 2008. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/seerparaonde/ojs/principal.htm>>. Acesso em: 11 fev. 2009.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1991.

GOFFMAN, Erving. **Estigmas**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ed. Rio de Janeiro: LCT, 1988.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. 2 ed. São Paulo:Bertrand Brasil, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna** .15.ed. São Paulo:Edições Loyola, 2006.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Territorialidades de exclusão e inclusão social. In.: REGO, Nelson; MOLL, Jaqueline; AIGNER, Carlos (Orgs.). **Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

HEIDRICH, Rosanne Lipp João. **Projeto e realidade na consolidação de uma área urbana**: Bairro Restinga – Porto Alegre/RS. 2000. 189f. Dissertação (mestrato em

Planejamento Urbano e Regional). Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

JODELET, Denise. Représentations sociales: um domaine em expansion. In: _____. **Les représentations sociales**. 5 ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1997

JOVCHELOVITCH, Sandra. Re(des)cobrando o outro. In: ARRUDA, Ângela. **Representando a alteridade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

KUNDERA, Milan. **A insustentável leveza do ser**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

LAGOS DE NOVA IPANEMA. Disponível em: <<http://www.novaipanema.net/site/empreendimentos/>> Acesso em: 15 ago.2008.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. **La producion de l'espace**. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000.

_____. **O direito à cidade**. 4.ed. São Paulo: Centauro, 2006.

LEMOS, ERIDSON. Restinga, miséria é nome de vila pobre e difamada. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 5, n. 1395, 07 dez. 1968, p. 13.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MAGALHÃES, Daltro B. Dique, União e areia, tudo é uma vila só depois do trevo. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 6, n.1769, 20 fev. 1970, p.4)

MALOCAS da rua Avaí vão para a Restinga. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 6, n. 1737, 16 jan. 1970, p. 9

MALOCAS: DEMHAB continua remoção. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 4, n.695, 10 jul. 1967, p. 14

MALOCAS o feio da avenida vai sair. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 6, n.1599, 11 ago. 1969, p. 3.

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura do possível. In: _____(Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed. São Paulo, 1982, p.71-94.

_____. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MEDEIROS, Laudelino T. **Vilas de malocas**: ensaio de sociologia urbana. Porto Alegre, 1951. Manuscrito.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização de entrevista não- diretiva em sociologia. In.: THIOLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquête operária**. São Paulo: Polis, 1980. p. 191-212.

MORAES, Aldovan de Oliveira. **Áreas do DEMHAB e conexas**. 6. ed. 2008. 3 v.

_____. **Duas ou três coisas a respeito de regularização fundiária**. 2 ed. 2007. Manuscrito.

MORTE e desespero **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 5, n. 1435, 25 jan. 1969, p. 13

MOSCOVICI, Serge. Dês représentations collectives aux représentations sociales: éléments pour une histoire. In: JODELET, Denise. **Les représentations sociales**. 5 ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

_____. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NOVA Restinga surgiu na mentalidade de sua gente. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 7, n. 1965, 29 set. 1970, p. 3

O DIRETOR do DEMHAB. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 8, n.2683, 23 jan.1973, p.6.

OLIVEIRA, Maria da Conceição de. **Representações sociais do turismo na praia do Campeche/ Ilha de Sta. Catarina**: uma abordagem interdisciplinar.2003. Tese.

(Doutorado interdisciplinar em ciências humanas). Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

OLIVEN, Rubem George. **Urbanização e mudança social no Brasil**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

OS DEMOLIDORES estão à solta. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 6,n. 1577, 16 jul. 1969, p. 11

PAVIANI, Aldo. A lógica da periferização em áreas metropolitanas. In: SANTOS et al. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1996. p.182-90.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto história**, São Paulo, n.15, p.13-33, abril/1997.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Departamento Municipal de Habitação. **Malocas: diagnóstico evolutivo das subabitações no município de Porto Alegre, RS**. Porto Alegre: Demhab, 1973.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Departamento de Habitação – Demhab. **Levantamento Universal e as necessidades sócio-habitacionais de Porto Alegre: habitação marginal e a promoção do bem-estar social**. Porto Alegre, 1966.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001 a.

_____. Era uma vez o beco: origens do mau lugar. In: BRESCIANI, Maria Stella (Org). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001 b, p. 97-119.

PINTO, Neide. Maria de. Almeida. A construção das identidades e as formas de sociabilidade entre famílias residentes em cortiços na cidade de São Paulo; **Revista Faz - Ciência, Sociedade, Espaço e Economia**, v. 5, n. 1, p.107-129; 2003.

RACIONAIS MC. **Negro Drama**. In: 1000 trutas 1000 tretas. São Paulo: Unimar Music, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática S. A, 1993.

REMOVIDAS as malocas de três vias públicas. **Correio do Povo**, Porto Alegre, ano 73, n. 35, 11 nov. 1967, p. 10

RESTINGA, Estado Maior da. **Das maravilhas do Éden aos Sete Pecados Capitais**. Samba enredo, 1993.

SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

SACK, Robert. **Human territoriality: theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SEABRA, Odette Carvalho de lima. O pensamento de Henri Lefebvre e a geografia. In: **Boletim Paulista de geografia**, São Paulo, n.74, p.7-21,1996.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Lenyra Rique da. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 1991.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia (Org). **A produção Capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas. **Revista da Associação de Geógrafos Brasileiros**: seção local Dourados, p.71-85, Set/ out/dez, 1996.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Efectos negativos del trafico de drogas en el desarrollo socioespacial de Rio de Janeiro. In: **Revista Interamericana de Planificacion**, Quito, v.28, n. 112, p. 142-159, oct./dic. 1995.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. São Paulo:34, 2001.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo:Polis, 1980.

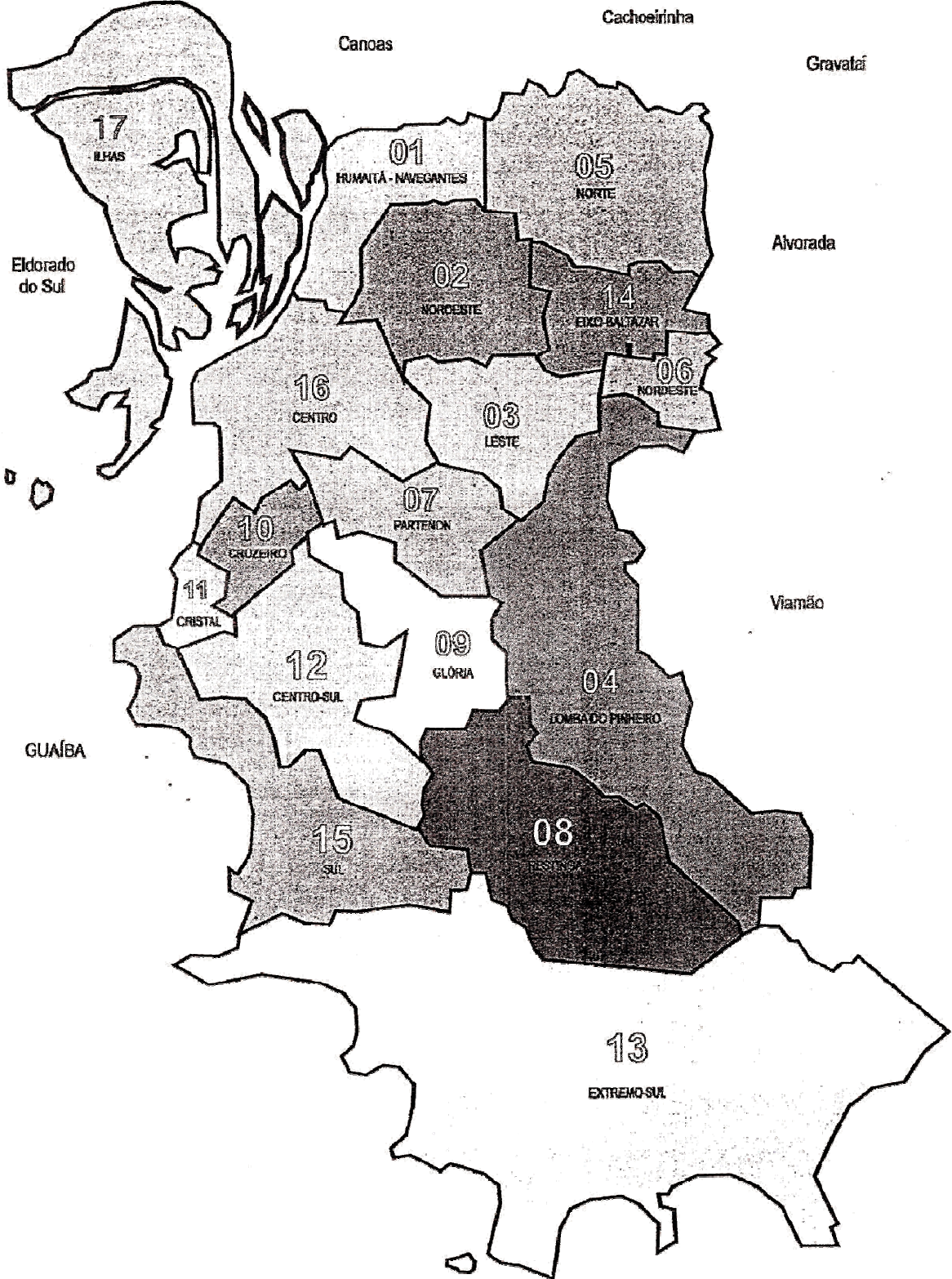
TRATAMENTO urbanístico para ilha da pintada. **Correio do Povo**, Porto Alegre, ano 73 , n. 283, 06 set. 1968, p. 7

VELHO, Gilberto. (org). **Desvio e divergência: uma crítica da patologia social**. 5 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

48 mil maloqueiros removidos. **Zero hora**, Porto Alegre, ano 11, n. 3409, 24 jan. 1975, ´. p. 11.

ANEXO A: Regiões do Orçamento Participativo



ANEXO B: Reportagem do Diário Gaúcho

28

DIÁRIO GAÚCHO

PORTO ALEGRE, SÁBADO, 19/4/2008, E DOMINGO, 20/4/2008

RONDA POLICIAL

508 O DOMÍNIO DA VIOLÊNCIA

Restinga vira refém de guerra entre gangues

CAROLINA ROCHA
carolina.rocha@diariogaucha.com.br

Tiros, medo, mortes. Esse tem sido o cotidiano dos moradores do Bairro Restinga, em Porto Alegre. Cercada pela disputa de pontos de tráfico e poder entre gangues, a população de aproximadamente 50 mil pessoas teve de se acostumar com o barulho das balas.

Provas desta guerra, travada na Zona Sul da Capital, são as marcas de tiros espalhadas pelos prédios públicos junto à Esplanada da Restinga. Ao todo, as polícias civil e militar têm conhecimento de pelo menos 11 gangues atuando na Restinga Velha e na 1ª Unidade da Restinga Nova.

1 Gangue do Alemão Israel

Ele herdou o ponto do pai, Jesus, já falecido, que teria sido um famoso traficante. Segundo a polícia, Alemão, a mãe e um irmão seriam os cabeças da gangue. O local onde atuam é chamado de "Rua Colômbia", numa alusão ao país conhecido como produtor de coca.

É a maior gangue da Restinga, a que movimenta o maior volume de drogas e dinheiro e que tem a maior quantidade de "soldados". Eles usam celulares e orelheiros para vigiar o ponto.

2 Gangue do Chiquinho

Líderes: Nicrêso de Freitas Fernandes, 38 anos, o Chiquinho, Henrique Cesar Fernandes, 18 anos, o Nisinho e um terceiro traficante conhecido como Véio. Outro criminoso, conhecido como Paulo Sérgio, o Psicopata, também fazia parte do bando. Chiquinho e Nisinho foram presos em 27 de março, acusados de três tentativas de homicídio. Nisinho está em liberdade. É uma das gangues mais violentas da região.

3 Gangue do Zezinho e do Nandão

Líderes: Os irmãos Zezinho e Nandão. Os dois cumprem pena por tráfico. Recebem apoio da Gangue do Chiquinho e seriam os principais adversários da Carro Velho. Foi no tiroteio entre os remanescentes desta gangue, com apoio do Chiquinho, contra a do Carro Velho, que um menino de seis anos foi baleado.



10 Gangue do Primo
Líder: Paulo Ricardo Pires, 27 anos, o Primo. Em 2000, foi condenado a cinco anos de prisão. Seria a grande inimiga da Gangue do Milton. Esta já foi a maior quadrilha da Restinga. Desde que Primo foi preso, o bando se desarticulou e perdeu força.

11 Gangue dos Bolinhas
Líderes: Nilo, Nego Di, Bunda, Tchutchu e Hebert. Todos têm entre 16 e 20 anos. São violentos e comandam o tráfico em toda a 1ª Unidade da Restinga Nova. Um dos membros da gangue, Fábio Rogério Bragatti, 44 anos, que estava em liberdade provisória, foi morto em 24 de março. Há suspeita de que ele tenha sido morto por Luciano da Silva Leiria, conhecido como o Caveirinha, 26 anos, que estava foragido e também foi morto.

9 Gangue dos Balacas
Líderes: Diogo e Pedro. Seriam parentes de Nina e Fofó. São violentos e, segundo a polícia, estariam envolvidos no tiroteio em frente ao Fórum da Restinga, ocorrido na semana passada. Recrutam jovens e adolescentes.

8 Gangue do Milton
Líder: Milton de Mello Ferraz, 38 anos, preso desde 2000. Ultimamente, a gangue não tem participado dos tiroteios. É a grande rival da gangue do Primo.

7 Gangue do Buti
Líder: Buti. O criminoso deixou a prisão há pouco tempo e, desde sua volta, o bando está se reorganizando. A maior parte da quadrilha é formada pelos membros da família de Buti.

6 Gangue da Jaque Gorda
Líder: Jacqueline Ferrão Correa, a Jaque Gorda, 38 anos. Especializada em maconha, Jaque foi presa na tarde de quinta-feira, 17 de abril, em uma operação do Denarc. Ela estava em prisão domiciliar.

5 Gangue do Fofó
Líderes: Nina e Fofó, mãe e filho. Atuam na Rua Coliseu, na quadra entre a Rua Belize e a Avenida Meridional. Trabalham com cocaína e crack. Geralmente não se metem em tiroteio.

4 Gangue do Carro Velho
Líderes: Adriano de Souza Mello, 19 anos, o Carro Velho, e Mingau. Carro Velho foi preso pela tentativa de homicídio do Mateus Oliveira da Rocha, seis anos, em outubro de 2007. O garoto foi baleado em uma troca de tiros entre as gangues do Carro Velho e do Zezinho, que seriam parentes do menino.